

FLÁVIA ROSA SANTOS SILVA

**A LEI GERAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO
DE IVINHEMA/MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
CONTEXTO DE TERRITORIALIDADES
CAMPO GRANDE – MS
2018**

FLÁVIA ROSA SANTOS SILVA

**A LEI GERAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO
DE IVINHEMA/MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico em contexto de territorialidades da Universidade Católica Dom Bosco, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Romero Marques

CAMPO GRANDE – MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

S586L Silva, Flávia Rosa Santos

A lei geral e o desenvolvimento local: o caso de Ivinhema/MS / Flávia
Rosa Santos Silva; orientador Heitor Romero Marques. -- 2018.
102 f.

Dissertação(mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

1.Agricultura familiar 2. Desenvolvimento regional I. Marques, Heitor
Romero II. Título

CDD – 338.98171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “A lei geral e o desenvolvimento local: o caso de Ivinhema/MS”.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 23/03/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof Dr Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco


Prof Dr Pedro Pereira Borges
Universidade Católica Dom Bosco


Prof Dr Waldir Leonel
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Dedico:

Ao meu esposo, Carlos Henrique da Silva, companheiro de todas as horas.

Às meninas, Maria Eduarda e Ana Júlia Rosa, filhas e amigas para as quais não cango de dizer o quanto as amo, respeito e acredito nos seres maravilhosos que Deus me deu.

Aos meus pais, Braz Onofre e Clemência Rosa dos Santos, pela preocupação e cuidado ao longo da caminhada da minha formação acadêmica.

À minha Amiga Maristela França pelo apoio e incentivo ao desafio de ingressar e concluir o mestrado.

E às pessoas que de alguma forma fizeram parte dessa caminhada pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes contribuições, apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grata.

Agradeço, primeiramente, a Deus por me colocar diante do desafio e depois me sustentar na fé, me fazendo crer que tudo é possível quando se tem perseverança.

Agradeço ao meu esposo, Carlos Henrique da Silva, pela sua compreensão, respeito, tolerância e ajuda em determinados momentos ouvindo e discutindo sobre o encaminhamento dado a temática da dissertação. Agradeço pela nossa família e por toda a caminhada juntos.

Agradeço aos meus pais, Braz Onofre e Clemência Rosa dos Santos, pelo amor incondicional.

Agradeço ao professor doutor Heitor Romero Marques pelo seu apoio, compreensão e carinho para com o processo de finalização da dissertação e defesa. Pelo valor que atribui a todo ser humano na sua capacidade de avançar no caminho escolhido.

Agradeço ao professor doutor Olivier Francoise Vilpoux, pela orientação, total apoio, disponibilidade, pelo saber que transmitiu. Pela amizade, cuidado e sobretudo, sua paciência em todos os momentos.

Agradeço aos professores que, durante a frequência das aulas, estiveram presentes na formação do conhecimento em Desenvolvimento Local.

Agradeço ainda, aos amigos do Sebrae que colocaram seus conhecimentos e experiências a disposição deste trabalho.

Meu muito obrigada a todos!

SILVA, Flávia Rosa Santos. **A lei geral e o desenvolvimento local:** o caso de Ivinhema/MS. Dissertação. 102f. 2018. Programa de Mestrado Acadêmico e Doutorado em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades. Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Com o tema voltado para a análise dos impactos que ocorreram diante do desenvolvimento das áreas rurais do município de Ivinhema/MS a partir da implantação do Projeto Prolocal e da implementação da Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas [Lei Complementar nº 123, sancionada em 14 de dezembro de 2006], transformou-se em instrumento facilitador de inclusão produtiva dos pequenos negócios, na medida em que contribuiu para regularizar e ampliar vantagens competitivas e comparativas das pequenas empresas. O Sebrae/MS criou o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios (Prolocal) para dar continuidade à implementação da Lei Geral, investindo em 21 municípios como pilotos de ações estruturadas para orientação estratégica na formulação de projetos, treinamentos, consultorias, capacitação e instrumentos de avaliação e monitoramento de resultados. O Município de Ivinhema foi um dos municípios selecionados para a implantação do Projeto, pois atendeu aos requisitos do Edital nº 001/2011, lançado pelo Sebrae/MS. Objetivou-se com este estudo identificar os impactos que ocorreram diante do desenvolvimento das áreas rurais do município de Ivinhema/MS a partir da implantação do Projeto Prolocal e da implementação da Lei Geral. A metodologia empregada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa empírico-analítica, seguindo dois tipos de abordagem: a diagnóstica e a quanti-qualitativa. Quanto às bases lógicas o método utilizado foi o analítico-sintético e quanto à coleta de dados como pesquisa de campo, devidamente complementada pela revisão bibliografia. Os resultados mostram que os participantes da pesquisa são na maioria casados e com mais de 2 filhos, são proprietários das glebas em que residem e a principal mão de obra da família é o cônjuge. As propriedades possuem até 40 hectares e os proprietários estão instalados na localidade a mais de 25 anos. O conhecimento científico dos pesquisados é limitado, pois a maioria possui o nível educacional fundamental incompleto, utilizam o conhecimento empírico, experiências herdadas de seus ancestrais, vivem da renda produzida na agricultura familiar. Com a implantação do Prolocal pelo Sebrae/MS organizando e aplicando o conhecimento técnico junto aos produtores da agricultura familiar os resultados apresentaram-se mais vantajosos e rentáveis, favorecendo a comercialização dos produtos junto ao PNAE.

Palavras-Chaves: Lei Geral. Prolocal. Agricultura Familiar. PNAE.

SILVA, Flávia Rosa Santos. **General law and local development:** the case of Ivinhema/MS. Dissertation. 102f. 2018. Program of Academic Master's and Doctorate in Local Development in Context of Territorialities. Catholic University Don Bosco.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the impacts that occurred in the development of the rural areas of the municipality of Ivinhema / MS since the implementation of the Prolocal Project and the implementation of the General Law. The General Law for Micro and Small Enterprises, Complementary Law No. 123, enacted on December 14, 2006, became a facilitating instrument for the productive inclusion of small businesses, insofar as it contributed to regularize and increase the competitive and comparative advantages of small businesses companies. Sebrae / MS created the Project to Support Economic Development of Municipalities (Prolocal) to continue implementation of the General Law, investing in 21 municipalities as pilots of structured actions for strategic orientation in the formulation of projects, training, consulting, training and instruments evaluation and monitoring of results. The Municipality of Ivinhema was one of the municipalities selected for the implementation of the Project, since it met the requirements of Notice No. 001/2011, launched by Sebrae / MS. The methodology used for the development of the work was empirical-analytical research, following two types of approach: diagnostic and quantitative. Regarding the logical bases, the analytical-synthetic method was used. Regarding the objectives, the research is classified as analytical-descriptive and data collection as field research, duly complemented by the literature review. The results show that the participants in the survey are mostly married and have more than 2 children, are owners of the areas in which they live and the main workforce of the family is the spouse. The properties have up to 40 hectares and the owners have been settled in the locality for more than 25 years. The scientific knowledge of the respondents is limited, since most of them have an incomplete basic educational level, they use empirical knowledge, experiences inherited from their ancestors, they live on the income produced in family agriculture. The development of agriculture prior to Prolocal was only focused on the empirical experiences of producers. With the implementation of Prolocal by Sebrae / MS organizing and applying the technical knowledge to the producers of family agriculture the results were more advantageous and profitable, favoring the commercialization of the products with the PNAE.

Keywords: General Law. Prolocal. Family farming. PNAE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desempenho do setor agronegócio: PIB receitas 2018.....	21
Figura 2 – Produção e área plantada de grãos: projeção 2016/17 a 2026/27.....	27
Figura 3 – Representação da agricultura familiar e não familiar no PIB Brasil.....	30
Figura 4 - Dinamização Econômica.....	37
Figura 5 - Municípios selecionados para participar do Prolocal no Estado do Mato Grosso do Sul.....	45
Figura 6 – Localização de Ivinhema em Mato Grosso do Sul.....	48
Figura 7 - Reunião de acompanhamento do projeto.....	51
Figura 8 - Reunião de repasse de informações.....	51
Figura 9 - Dia de campo: visita as plantações de maracujá e mamão.....	56
Figura 10 – Ilustração das ações no campo.....	57
Figura 11- Fluxograma do processo da pesquisa.....	62
Figura 12 - Termo de Adesão ao Projeto entre Prefeitura de Ivinhema e Produtores	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ocupação da agricultura familiar: utilização das terras nos estabelecimentos	30
Quadro 2 – Ações de Desenvolvimento do Projeto Território da Cidadania da Grande Dourados	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Situação civil.....	63
Gráfico 2 – Tem filhos	63
Gráfico 3 – Quantos filhos.....	64
Gráfico 4 – Quem trabalha na propriedade rural.....	64
Gráfico 5 – Tempo que possui a propriedade em Ivinhema.....	65
Gráfico 6 - Origem da propriedade.....	65
Gráfico 7 – Tamanho da área.....	66
Gráfico 8 – Nível de escolaridade.....	66
Gráfico 9 – Principal fonte de renda.....	67
Gráfico 10 – Outras fontes de renda.....	67
Gráfico 11 – Produção para consumo.....	68
Gráfico 12 – Produção para venda.....	69
Gráfico 13 – Quem influenciou a escolha da produção	70
Gráfico 14 – Avaliação da atividade rural de pequena propriedade	70
Gráfico 15 – Onde vendia a produção antes do PNAE.....	71
Gráfico 16 – Ano que iniciou a venda para o PNAE.....	72
Gráfico 17 – Como soube do PNAE.....	72
Gráfico 18 – Antes de vender para o PNAE, vendia para a Prefeitura.....	73
Gráfico 19 – Apoio dado pela Prefeitura para comercialização dos produtos.....	73
Gráfico 20 – Antes do período era associado a entidade coletiva.....	70
Gráfico 21 – Acesso aos recursos do PNAE pela primeira vez.....	74
Gráfico 22 – Mudanças na forma de produzir para fornecer para o PNAE.....	74
Gráfico 23 – Melhorias na produção.....	75
Gráfico 24 - Anos de venda para o PNAE.....	76
Gráfico 25 – Acesso ao PNAE.....	77
Gráfico 26 -Instituições e Associações que deram apoio ao acesso ao PNAE.....	77
Gráfico 27 – Continua vendendo via PNAE.....	78
Gráfico 28 – Importância do PNAE para a renda.....	78
Gráfico 29 – Apoio da Prefeitura Municipal para vender par o PNAE.....	79
Gráfico 30 – Ajudas reconhecidas.....	79

Gráfico 31 – O que facilitou a participação nos editais de compra via PNAE a partir de 2011.....	80
Gráfico 32 – Fatores que contribuem para baixa adesão aos últimos editais de compras de merenda escolar.....	81
Gráfico 33 – Motivos que levam a buscar outras fontes de comercialização da produção	82
Gráfico 34 – Conhecimento dos editais abertos.....	83
Gráfico 35 – Percentual de aumento da renda após o início do fornecimento ao PNAE	84
Gráfico 36 – Melhoras das condições de acesso à educação dos filhos e acesso à modernidade.....	84
Gráfico 37 – Apreensão sobre comercialização.....	85
Gráfico 38 – Nova visão sobre a busca de oportunidades a serem exploradas para comercializar rodutos.....	86
Gráfico 39 - Diversificação da produção a partir da participação no processo de compras públicas.....	86
Gráfico 40 – Inovação dos produtos, promovida por iniciativa própria.....	87

LISTA DE SIGLAS

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
APOMS - Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE - Conselhos de Alimentação Escolar
CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CD - Conselho Deliberativo
CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CGU - Controladoria Geral da União
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEL - Desenvolvimento Econômico Local
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEI - Microempreendedor Individual
MEIs - Microempreendedores Individuais
MPE – Micro e Pequena Empresa
MPEs - Micro e Pequenas Empresas
MS – Mato Grosso do Sul
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PIB - Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCR - Programa Negócio Certo Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

Prolocal - Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço de Aprendizagem Rural

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SOMEKO - Sociedade de Melhoramentos e Colonização

TCU - Tribunal de Contas da União

UFPA - Unidade Familiar de Produção Agrária

VBP - Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL.....	22
2.1 O Agronegócio no Brasil.....	22
2.2 Agricultura	26
2.3 Pequena Propriedade Rural	30
2.4 Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Econômico.....	32
2.4.1 Desenvolvimento Local.....	33
2.4.2 Desenvolvimento Econômico.....	35
2.5 Desenvolvimento Rural.....	39
2.6 Lei Geral	41
2.7 Prolocal.....	44
3 AS ÁREAS RURAIS EM IVINHEMA.....	47
3.1 Prolocal em Ivinhema/MS.....	47
3.2 O Sebrae e a promoção do empreendedorismo.....	58
4 O PROLOCAL E SEUS IMPACTOS NAS ÁREAS RURAIS DE IVINHEMA.	61
4.1 Metodologia.....	61
4.2 Identificação dos pesquisados.....	62
4.3 Origem da propriedade e área.....	65
4.4 Escolaridade dos proprietários e fonte de renda.....	66
4.5 As trocas e o PNAE.....	71
4.6 O proprietário e a Prefeitura: a dimensão local.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	99

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda a Lei Geral e o desenvolvimento local, com foco no caso de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul. A qual tem como objetivo disponibilizar um conjunto de normas de tratamento diferenciado e simplificado, que já estavam previstos pelos Art. 146, 170 e 179 da Constituição Federal de 1988, possibilitando o apoio aos micro e pequenos negócios por meio de um tratamento diferenciado e simplificado. Com a consolidação da Lei Geral, pôde-se criar um ambiente que promovesse o surgimento de novos negócios, formalização dos existentes e o estímulo à competitividade das microempresas, empresas de pequeno porte e a formalização de microempreendedores individuais (MEIs) e pequenos produtores rurais, principalmente a agricultura familiar.

A agricultura familiar no Brasil representa um desafio para os setores público e privado, pois emerge de uma preocupação nacional sobre o uso adequado da terra, comércio justo e solidário, alimentação equilibrada e saudável da população, desenvolvimento territorial e econômico, bem como avanço social – por meio de diversas políticas públicas.

O Estado de Mato Grosso do Sul tem como principais matrizes econômica as atividades ligadas à agropecuária, as quais são decorrentes de condicionantes estruturais da região. As características dessa atividade econômica permitem que as unidades de produção variem amplamente em seu tamanho, permitindo que pequenos agricultores possam produzir de forma sustentável e viável. Outras atividades econômicas também aparecem com forte representatividade em Mato Grosso do Sul, como o setor de comércio e serviços, e, em menor expressão, as atividades da indústria, mineração, siderurgia, turismo e a geração de energia.

A área territorial do Estado de Mato Grosso do Sul é de 357.145,531 km², com um total de 758.626 residências. Destas 103.575 são localizadas em áreas rurais, perfazendo um percentual de 13,65% do total. O comparativo do Censo Agropecuário publicado pelo IBGE entre os anos de 1996 e 2006 mostra um aumento expressivo do número de pequenas propriedades rurais no estrato de zero a menos de 100 hectares, com um crescimento de 58,5%, passando de 26.923 propriedades em 1996 para 42.675 em 2006.

Segundo o informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado pelo Diário Oficial da União em agosto de 2016, o Estado de Mato Grosso do Sul (MS) tem uma população estimada em 2.682.386, da qual aproximadamente 14,35% residem na área rural.

O informativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), publicado em 23 de junho de 2017, declara que nos últimos 20 anos foram assentadas 27.770 famílias sem-terra em 204 assentamentos de Reforma Agrária (BRASIL, 2017).

Mesmo de posse de uma pequena propriedade rural, o agricultor familiar no Brasil e, em menor escala, em Mato Grosso do Sul, tem enfrentado dificuldades importantes para manter sua sobrevivência econômica e produtiva e consequentemente, prosperar. Entre outros desafios podem-se destacar as limitações técnicas e a falta de recursos para produzir, atendendo às demandas de média e grande escala, o baixo poder em negociações com fornecedores e compradores e as fraquezas diversas para acessar ou atender às oportunidades locais. Além da comercialização existem problemas quanto ao acesso à recursos financeiros e também há falta de organização entre os indivíduos e o baixo nível tecnológico da maioria das propriedades, o que será demonstrado na revisão bibliográfica.

A busca pela solução destes problemas é contínua nas discussões teóricas e técnicas nos ambientes relacionados ao objeto desta pesquisa. Em conjunto ou em iniciativas individuais, os Institutos de Pesquisa, as Universidades, os Governos Federal, Estaduais e Municipais, bem como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE) têm proposto ações que abrandem os desafios do desenvolvimento econômico e territorial.

No ano de 2011 foram criados pelo Governo Federal os Planos Brasil sem Miséria (junho de 2011) e o Brasil Maior (agosto de 2011), políticas públicas que propuseram estratégias de inclusão produtiva de negócios em localidades economicamente deprimidas e de baixo dinamismo empresarial, contemplando desafios como a mitigação dos possíveis impactos da crise financeira mundial e a ampliação da inserção da produção nacional na economia mundial. Eles tinham também por objetivo sustentar o processo de inclusão produtiva com a articulação de política de desenvolvimento econômico e social, incentivando e fortalecendo as micro e pequenas empresas.

No cenário nacional de políticas de inclusão produtiva, o Sebrae assumiu o papel de agente de desenvolvimento, atuando como articulador de parcerias público-privada em projetos de incentivo à formalização e fortalecimento de micro e pequenas empresas (MPEs) nos Estados.

Os projetos do Sebrae levados aos municípios atuam no escopo do processo de desenvolvimento territorial, onde os atores econômicos locais e o poder público são estimulados a se aproximar e formar parcerias em torno de iniciativas coletivas de aprendizagem e de

governança, de forma a construir um ambiente e desenvolver competências territoriais já citadas para inclusão produtiva.

Para que ocorresse esse processo de inclusão produtiva nos territórios municipais, promovendo o desenvolvimento do pequeno produtor e, por consequência, o incentivo ao desenvolvimento local, foi necessário, em primeiro lugar, incentivar e fomentar a regulamentação da Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas nos municípios.

A Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, Lei Complementar nº 123, sancionada em 14 de dezembro de 2006, transformou-se em instrumento facilitador de inclusão produtiva dos pequenos negócios, na medida em que contribuiu para regularizar e ampliar vantagens competitivas e comparativas das pequenas empresas.

As necessidades dos pequenos produtores, a demanda dos compradores, a atuação do Sebrae junto aos empreendedores e municípios e a implantação da Lei Geral fomentaram diversos projetos que priorizavam quatro dimensões para orientar o fortalecimento das MPEs no processo de desenvolvimento local, ou seja, a nomeação de um agente de desenvolvimento local, a formalização das empresas, o poder de compra do poder público local e a desburocratização dos trâmites que dificultavam a formalização e sobrevivência das MPEs.

Na fase de implementação da Lei Geral, o Sistema Sebrae criou o Programa Territórios da Cidadania em consonância com as Políticas Públicas federais, em âmbito nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico por meio da ampliação de atendimento individual e coletivo aos pequenos negócios nas áreas urbanas e rurais e estruturação de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento e competitividade das micro e pequenas empresas. Este programa contou com um aporte de recursos de 6 milhões de reais em Mato Grosso do Sul.

Após o término das ações deste programa, o Sebrae/MS criou o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios (Prolocal) para dar continuidade à implementação da Lei Geral, investindo em 21 municípios como pilotos de ações estruturadas para orientação estratégica na formulação de projetos, treinamentos, consultorias, capacitação e instrumentos de avaliação e monitoramento de resultados.

Em 2011, durante a implementação do Prolocal foi definida a regulamentação e implementação da Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas. As ações para o agronegócio foram elaboradas com base em um diagnóstico que identificou grande potencial de produção de hortifruticultura com perfil para atender editais de compra municipais.

Esse projeto foi implantado no ano de 2011, lançamento nos 21 municípios pilotos. Entre as etapas de execução estavam, a mobilização da sociedade civil, a sensibilização de agentes públicos, a ampliação das competências locais para operar com a lei e a adequação do ambiente legal favorecendo o fomento da economia local.

O Município de Ivinhema foi um dos municípios selecionados para a implantação do Projeto, pois atendeu aos requisitos do Edital nº 001/2011, lançado pelo Sebrae/MS que tinha como critérios: municípios de até 50 mil habitantes; lei geral regulamentada ou em regulamentação; Índice de Desenvolvimento Econômico; formalização de empreendedores individuais; densidade empresarial; entre outros.

O Município de Ivinhema em Mato Grosso do Sul está localizado a uma distância de 282 km de Campo Grande, capital do Estado. O município tem uma área territorial de 2.010,168 km², ou 0,56% do Estado. Tem uma população total, com base no Censo IBGE de 2017 de 22.341 habitantes, sendo que na área rural a população é de 5.067, ou seja, 22,68% dos habitantes totais do município. Ivinhema possui 1.475 propriedades rurais, nas quais as principais atividades são café, mandioca, cana-de-açúcar, urucum, milho, soja, feijão, goiaba, mel de abelhas e casulo da seda. Nessa região também é forte a criação de rebanho bovino de leite e de corte, assim como de suínos. A partir da inserção do Sebrae/MS no município pelo Prolocal, houve o incentivo para a cultura da horticultura buscando atender as demandas locais.

A Composição do Produto Interno Bruto – PIB de Ivinhema, desde o ano de 2017, centrou-se no segmento agropecuário, que vem mantendo a participação em 47%, que é a mesma participação do Comércio/Serviços, o que mostra a força dessa atividade econômica.

O Prolocal conforme apresentado foi realizado até o ano de 2013 e, durante sua execução no município de Ivinhema, os dados do projeto foram sistematicamente organizados, o que permite que se crie uma análise histórica dos efeitos desta ação para os pequenos produtores locais. Um dos produtos mais relevantes do Prolocal foi a criação de um Mapa de Oportunidades que identificou potencialidades de negócios no município com o objetivo de estimular a captação de negócios, fomento e desenvolvimento da economia local. Este Mapa de Oportunidades foi elaborado inicialmente em 2011 e atualizado e ampliado em 2016, contribuindo com a análise do impacto que o projeto Prolocal promoveu em Ivinhema.

A partir da importância do setor agropecuário em Ivinhema e a realização do projeto Prolocal e implementação da Lei Geral nesse município, é possível se perguntar do impacto real desse programa para o município, em particular para a área rural.

Em consequência o objetivo deste trabalho é identificar os impactos que ocorreram diante do desenvolvimento das áreas rurais do município de Ivinhema a partir da implantação do Projeto Prolocal e da implementação da Lei Geral. Os objetivos específicos do estudo visam descrever o desenvolvimento local e o desenvolvimento econômico, apresentar a abordagem do desenvolvimento rural, detalhar informações sobre a Lei Geral e do Prolocal, descrever as áreas rurais de Ivinhema/MS que desenvolvem a agricultura familiar e destacar a atuação do Prolocal e seus impactos nas áreas rurais do município de Ivinhema/MS.

A pesquisa aqui relatada caracteriza-se como sendo de uma tendência empírico-analítica utilizando o método indutivo e dedutivo, seguindo dois tipos de abordagem: a diagnóstica e a quanti-qualitativa. Quanto às bases lógicas o método utilizado foi o analítico-sintético. Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como analítico-descritiva e quanto à coleta de dados como pesquisa de campo, devidamente complementada pela revisão bibliografia.

A pesquisa classifica-se também como documental¹, pois utilizou-se de vários documentos informativos do Sebrae, que trouxeram os editais de compras publicados pela Prefeitura Municipal de Ivinhema, com utilização dos recursos do PNAE. Foram inclusos os dados referentes os anos de 2011 a 2016.

A pesquisa classifica-se como de campo, sendo que a coleta dos dados nessa dimensão se deu por meio de questionários e entrevistas – utilizando *software* para coleta e análise de dados SPHINX SURVEY Edição Léxica. V.5.1.0.7.- com os pequenos agricultores de Ivinhema que tiveram seus produtos adquiridos por meio do edital de compras realizado pela Prefeitura Municipal de Ivinhema.

As questões que embasaram o questionário e a entrevista se originaram nos principais conceitos levantados no referencial teórico e referiram-se exclusivamente ao desenvolvimento ou ganho percebido pelos entrevistados na efetivação e participação em editais de compras públicas após realização do projeto. Os resultados da pesquisa documental e de campo estão apresentados em forma de gráficos e tabelas, os quais são analisados de forma descritiva.

No segundo capítulo apresenta dados históricos do agronegócio no Brasil, especificando características da agricultura, como também das propriedades rurais, descrevendo o

¹ Pesquisa documental é aquela que embora tenha similaridade com a pesquisa bibliográfica, se utiliza de documentos “que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 45).

desenvolvimento local e o desenvolvimento econômico, fecha-se o capítulo com a abordagem do desenvolvimento rural, trazendo as informações detalhadas da Lei Geral e do Prolocal.

No terceiro capítulo descrevem-se as áreas rurais de Ivinhema/MS, mostrando que existem 6.906 estabelecimentos rurais que desenvolvem a agricultura familiar, sendo que a população que se ocupa da agricultura familiar constitui-se em 16.300 habitantes. Destaca-se também o Prolocal no município de Ivinhema/MS.

O quarto capítulo dispõe sobre o Prolocal e seus impactos nas áreas rurais de Ivinhema, destacando dados da pesquisa de campo realizada com agricultores familiares das seguintes glebas: Glebas Ouro Verde, Gleba Ubiratã, Gleba São Sebastião, Gleba Azul, Gleba Vitória e Gleba Piravevê.

2 O AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL

Este trabalho utiliza três campos teóricos para esclarecer as relações descritas previamente. O primeiro campo teórico é a análise histórica do agronegócio, bem como suas definições. Agrega-se a esta etapa uma explanação sobre agricultura e pecuária, com ênfase na agricultura familiar. O segundo campo teórico trata do desenvolvimento local, afunilado em seu desdobramento rural, que promove políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Por fim, para embasar a análise dos dados coletados neste trabalho, aprofundam-se os eventos que envolvem a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, bem como a elaboração do Prolocal que teve o objetivo de implementar esta mesma lei.

2.1 O Agronegócio no Brasil

No processo de ampliação da estrutura da produtividade de uma dada região ou mesmo um país deve-se revisitar o processo de reestruturação, da aplicação dos conhecimentos, do uso de energia e da implantação de tecnologias e sistemas organizacionais no sistema produtivo. As economias regionais e nacionais passam, sucessivamente, por profundas transformações. Basicamente se encontram em contínua reestruturação e, por isso, a geografia da produção não deixa de se recompor à medida que avançam os processos de mudança estrutural e de crescimento. Os processos históricos obedecem à lógica do desenvolvimento do sistema produtivo e, por conseguinte, são únicos em sua essência, adquirindo formas diferentes em cada território e em cada momento histórico (BARQUERO, 1995).

O agronegócio é um sistema de integração de relações comerciais e industriais da cadeia produtiva da agricultura e da pecuária, no Brasil foi inicialmente entre regiões, depois no mercado internacional. O cenário mundial do agronegócio das últimas décadas teve como base trabalhos e estatísticas publicados por instituições como Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Mundial e outras.

Na Europa o agronegócio é visto como parte importante da política de pacificação, com participação relevante dos bancos públicos e privados, pois, ao disponibilizarem créditos para o setor, promovem o bem-estar social rural e urbano. evitando o êxodo rural, pois com o agronegócio bem estruturado o produtor é incentivado a ficar no campo, por isso o governo

preocupa-se com as políticas de financiamento para que os produtores se sintam motivados e continuem produzindo cada vez mais (SCHMITZ *et al.*, 2010).

No Brasil o agronegócio é destaque internacional, considerando-se o valor da produção dos países divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a produção brasileira perde apenas para a europeia e americana. Entretanto, o país tem ainda grande potencial de crescimento (OCDE, 2011).

Os efeitos de aumento na demanda final em alguns dos principais setores agroindustriais do Brasil são mais expressivos tanto em termos de efeito no valor da produção e no PIB do país quanto no número de empregos gerados na economia. Possui também impacto no valor da remuneração unitária (por empregado), nos setores agrícolas em que a mecanização das culturas e processamento dos produtos agropecuários exigiu mão de obra qualificada (HERADIA *et al.*, 2010; COSTA *et al.*, 2014).

Além de ser um dos segmentos mais dinâmicos da economia brasileira, o agronegócio vem sendo marcado com a revolução da produtividade e profissionalização do meio rural. O mesmo vem crescendo e somando a cada dia mais o desenvolvimento do país. Até a década de 1960 perdurava uma visão equivocada do agronegócio, o qual era visto apenas como a agricultura de arar o solo, plantar semente, fazer colheita, ordenhar vacas, entre outras. A industrialização da agricultura fomentou várias atividades, em função das transformações tecnológicas experimentadas pelo setor rural, conduzindo a uma nova concepção sobre o agronegócio (BRASIL, 2012).

A nova visão do aparato que estrutura o agronegócio permitiu entender que ele é um sistema complexo, que envolve não apenas as atividades dentro da propriedade rural, mas as atividades de distribuição de suprimentos, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agropecuários. Pode-se afirmar, portanto, que o agronegócio não é uma condição existente da “porteira para dentro” da propriedade, pois, envolve todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuem para que a necessidade dos consumidores de produtos agroindustriais seja sanada. O agronegócio norteia a economia e, no caso do Brasil, possui uma grande representatividade econômica (BURANELLO, 2016).

O agronegócio tem crescido de forma veloz nos últimos tempos, na safra de 2017/2018 a produção foi de 226,5 milhões de toneladas de grãos. A área cresceu quase 1%, atingindo 61,5 milhões de hectares. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) destaca que o PIB do agronegócio (considerando as cadeias todas) deve aumentar cerca de 0,5% a 1% em

2018. Recortando apenas a agropecuária, o PIB deve aumentar 5% em 2018. O Valor Bruto da Produção (VPB) deve aumentar 7,1% chegando a R\$ 559,6 bilhões, sendo 6% de aumento no setor agrícola e 9% na pecuária (NEVES, 2018).

Com a intensa competitividade, motivada pela abertura econômica do país e a grande expansão de mercados, várias realidades organizacionais sofreram alterações, sem distinção de porte econômico ou tipo de atividade. Tais alterações fomentaram a competitividade entre as empresas rurais, impondo a realização de investimentos, principalmente na gestão de competências (IPEA. 2017). A transformação da propriedade em negócios com a necessidade de profissionalização da gestão.

O fomento do agronegócio na região Centro-Oeste tem desafiado na busca de maior barganha de mercado internacional e qualidade de produtos ou serviços, impulsionados pela competitividade acirrada dos dias atuais. As mudanças constantes no ambiente dos negócios ocorrem em função do avanço de tecnologias, insumos, máquinas, equipamentos, e uma preocupação com a gestão de pessoas nas organizações (FREITAS, 2017).

Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que nos últimos vinte anos a área plantada no Brasil cresceu aproximadamente 1,5% e o volume físico da produção 60%. Estimativas realizadas até 2021/2022 mostram que o total de área plantada na agricultura passará de 64,9 milhões de hectares em 2012 para 71,9 milhões em 2022 (BRASIL, 2012).

Embora o Brasil apresente, para os próximos anos, forte aumento das exportações, o mercado interno continuará sendo um importante fator de crescimento. Em 2021/2022, 56,0% da produção de soja devem ser destinados ao mercado interno, e 84,0% da produção de milho deve ser consumida internamente. Deve ocorrer, então, uma dupla pressão sobre o aumento da produção nacional, tanto no crescimento do mercado interno quanto das exportações do país (BRASIL, 2012).

O Brasil é reconhecido internacionalmente pelo trabalho de sanidade animal que aqui se desenvolve (OIE, 2017). As ações de prevenção e combate adotadas servem de referência no exterior, o que só foi possível pelo apoio recebido das linhas de créditos dos bancos à pecuária brasileira (SILVA NETO, 2011).

Para valorizar a pesquisa e a qualidade dos produtos e serviços brasileiros, os bancos têm promovido linhas de créditos específicos, pois somente produzir não adianta, é preciso garantir a renda do produtor. Por isso é importante que ele conte com bancos que ofereçam operações especializadas de crédito rural que venham proporcionar melhora na sua produção,

por meio de financiamento e custeio para que possa melhorar e modernizar a mecanização, transporte e armazenamento dos produtos rurais (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

O Ministério da Agricultura conta com um Plano Estratégico na política agrícola para incentivar a expansão do setor, por meio de concessão de crédito e benefícios fiscais, além de programas como o seguro rural que permitem ao produtor proteger-se contra as perdas nas safras e rebanhos. O Brasil conta com diversas ações de apoio ao pequeno agricultor. Entre eles o Programa Mais Alimentos que oferece linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para modernizar as unidades familiares. Também promove financiamentos para compra de máquinas e equipamentos agrícolas (BRASIL, 2017).

O programa Rede Brasil Rural, idealizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi lançado a partir da capacitação e do cadastramento de mais de 250 cooperativas de agricultores familiares de todo País. A iniciativa foi bem recebida pelos produtores, pois a agricultura familiar brasileira passa a usufruir da comodidade e da velocidade do mundo virtual. A ferramenta ganha vida num momento simbólico, já que a ONU declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas (BRASIL, 2017).

A Rede foi criada como uma estratégia de integração da agricultura familiar brasileira. Ela é uma ferramenta virtual que permite que produtores, compradores, indústrias, setor público e agentes de logística estejam integrados para realizar compras de insumos, máquinas e equipamentos, realizar ações conjuntas ou acessar políticas públicas. A Rede foi desenvolvida num momento de implantação das diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e tem o objetivo de fortalecer os pequenos produtores, fazendo com que eles estejam associados ou cooperativados tanto para conseguir melhores preços quanto para alcançar novos mercados consumidores. A Rede Brasil Rural funciona por meio do site www.redebrasilrural.mda.gov.br e a ideia é que agricultores familiares de todo o Brasil, representados por suas associações e cooperativas, negoçiem diretamente, com fornecedores e empresas de transporte, a compra e a entrega de insumos necessários para qualificar sua produção (LEITE, 2012).

De acordo com o entrevistado a Rede Brasil Rural possibilita ao agricultor fazer uma pesquisa comparando preços e formando um pedido coletivo entre vários produtores, assim conseguindo melhor preço de insumos e matérias primas, como também reduzindo o custo de transporte entre outros.

O PIB do agronegócio brasileiro, que inclui todos os elos das cadeias que compõem o setor, tem estimativa de crescimento de 0,5% a 1% em 2018 projeções da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgadas em evento em Brasília. Para 2017, a

projeção foi de 2%. A expectativa de queda de 6% da colheita de grãos na safra 2017/2018 se confirmar, os preços tendem a reagir. Estimativa, divulgada pela Conab, leva em consideração as previsões meteorológicas atuais, que sinalizam um clima favorável (MILKPOINT, 2018). A Figura 1 mostra o desempenho do setor agronegócio, em que o PIB e receitas foram estimados pela CNA em percentuais.

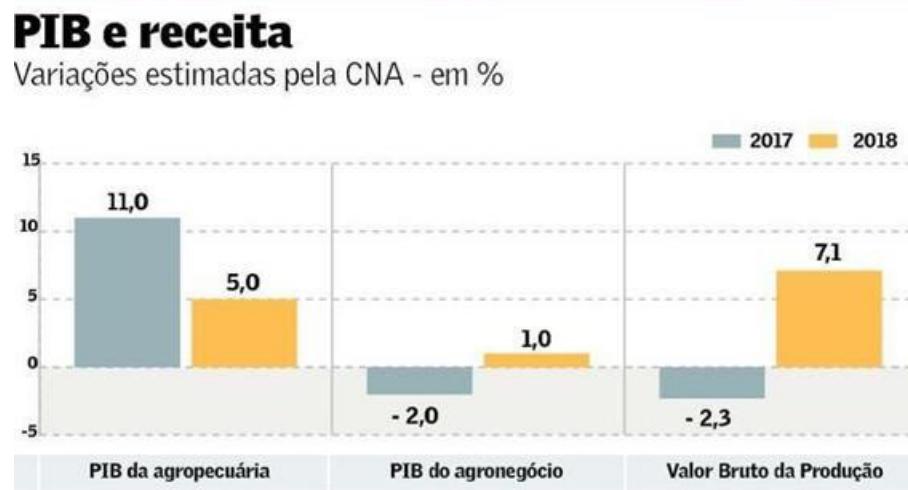


Figura 1 – Desempenho do setor agronegócio: PIB receitas 2018.

Fonte: MilkPoint (2018)

O agronegócio representava aproximadamente 22% do PIB nacional em 2017. A previsão da CNA é de um crescimento de 1% para o ano de 2018, representando quase o triplo do ano de 2016. A agropecuária familiar tem grande representação no Valor Bruto de Produção (VBP), o qual é gerado pelas unidades de produção familiar (CEPEA, 2017; BRASIL, 2017).

2.2 Agricultura

De acordo com as Projeções do Agronegócio Brasileiro de 2016-2017 a 2026-2027, apresentadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), a variação de produção e área utilizada pode ser conferida na Figura 2.

Ano	Produção (mil t)		Área (mil ha)	
	Projeção	Lsup.	Projeção	Lsup.
2016/17	232.024	-	60.362	-
2017/18	220.634	244.322	62.166	65.134
2018/19	236.859	263.898	63.222	68.409
2019/20	239.110	272.011	64.308	71.316
2020/21	248.209	284.836	65.243	73.808
2021/22	253.865	294.451	66.199	76.113
2022/23	261.218	305.152	67.123	78.239
2023/24	267.720	314.888	68.054	80.259
2024/25	274.643	324.780	68.977	82.184
2025/26	281.356	334.323	69.903	84.041
2026/27	288.173	343.814	70.828	85.840

Variação % 2016/17 a 2026/27	
Produção	24,2%
Área	17,3%

Figura 2 – Produção e área plantada de grãos: projeção 2016/17 a 2026/27

Fonte: Brasil (2017)

A Figura 2 demonstra que a projeção para 2026/27 corresponde a um acréscimo de 24,2% sobre a safra 2016/17, o acréscimo projetado corresponde a uma taxa de crescimento de 2,6% ao ano. No que se refere a área plantada de grãos a projeção é de aumento de 17,3% entre 2016/17 e 2026/27, passando de 60,4 milhões de hectares em 2016/17 para 70,8 milhões em 2026/27, o que corresponde a um acréscimo anual de 1,5% (BRASIL, 2017).

No Brasil, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais são atuantes do setor rural e se constituem em grande parte em trabalhadores da agricultura familiar. Agricultura familiar é a agricultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais, sendo que todo o processo de cultura é realizado pela família, sem interferência de mão de obra contratada fora do núcleo familiar (PEREIRA; BEZERRA, 2011).

No Brasil a legislação que dispõe sobre a agricultura familiar é ampla. No entanto a definição de agricultura familiar encontra-se na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional). Essa lei criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que no artigo 3º define a agricultura familiar como:

[...] empreendedor que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais²;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

² O conceito de módulo fiscal foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979. Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo Incra para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectare. Disponível em <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em maio de 2018.

- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.1).

A agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento socioeconômico do país, pois contribui gerando empregos e facilitando a inclusão dos pequenos produtores no mercado do agronegócio, dentro de programas políticos que promovem preços adequados com qualidade de produção (VETTORATO *et al.*, 2017).

A agricultura familiar vem obtendo sucessos nos últimos anos, em grande parte em consequência do PRONAF, o qual oferece meios para a fixação do trabalhador rural em pequenas propriedades e faz com que essas se tornem produtivas, a exemplo de países da Europa que tem base de suas produções agropastoris derivada de pequenos produtores rurais (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

O fortalecimento da agricultura familiar veio com a criação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Lei da Alimentação Escolar), a qual fortaleceu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), simplificando as compras públicas no fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido o PNAE é a via que favorece a agricultura familiar, uma vez que facilita a comercialização dos produtos junto aos órgãos públicos. Segundo Mosmann e Teo (2017, p.34-5) “o fornecimento de alimentos para o PNAE surgiu como um novo mercado para o agricultor familiar, representando mais uma oportunidade de geração regular de renda”.

Segundo Canuto (2011) a agricultura familiar responde por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006) o segmento familiar é o que está tendo maior desenvolvimento no país, ampliando a sua participação efetiva na geração de bens e alimentos à população, mesmo tendo uma produção heterogênea, pois não se restringe a um ou outro específico produto.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas trabalham para que as pequenas agroindústrias estejam regulamentadas de acordo com a Lei do Simples Nacional, como também da Lei Geral criada pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Com isso, os agricultores podem usufruir dos benefícios que as políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável têm oferecido ao pequeno produtor.

Segundo dados do Mapa (BRASIL, 2017-b) 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros são ocupados por agricultores familiares, ou seja, 4,4 famílias desenvolvem essa

atividade. A agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária, sendo o principal posto de trabalho no campo. É da agricultura familiar que vem 50% dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros. O Plano Safra 2017/2020 reafirma o compromisso de fortalecimento da agricultura familiar. Além do financiamento com planos de crédito, as ações afirmativas correspondem a 10 eixos³ de atuação, entre os quais estão a atenção a jurídica da terra, com titulação e regularização fundiária, o seguro da produção, ações para o semiárido e a assistência técnica e extensão rural entre outros” (BRASIL, 2017b).

A agricultura familiar mesmo ocupando uma área menor (24,3%) do que a não familiar (75,7%) é uma grande fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, uma vez que produz em relação na agricultura: 87% da mandioca consumida no país, assim como 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja. Na produção de carnes e leite contribui com 58% do leite, 50% de aves, 59% de suínos e 30% de bovinos (BRASIL, 2017a).

Por ser importante setor da economia do país, o legislador tem se preocupado com o setor, nesse sentido o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, veio regulamentar a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), e instituiu o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), reajustando os preceitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2017b).

De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2017) a participação da agricultura familiar na composição do PIB 2016/2017 corresponde a 10% conforme pode ser visto na Figura 3 a seguir.

³ Crédito e seguros da produção; Novo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); titulação de terras; regulamentação da Lei da Agricultura Familiar; agroecologia; apoio à modernização produtiva da agricultura familiar; comercialização dos produtos da agricultura familiar; Ater; agricultura urbana e periurbana e ações integradas no Semiárido.

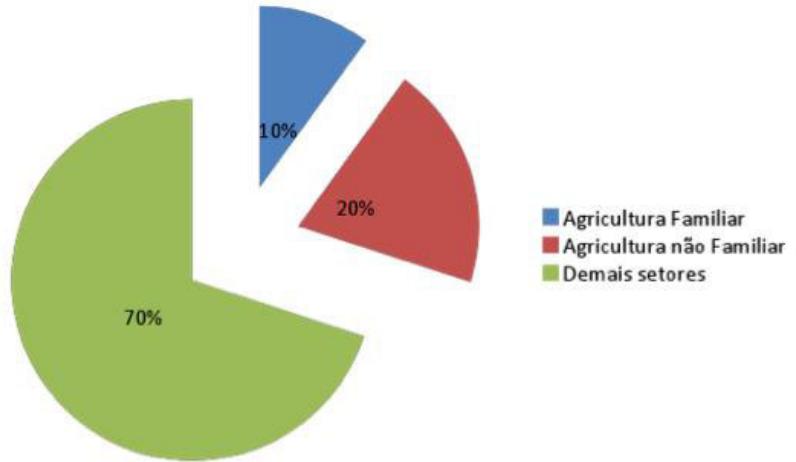


Figura 3 – Representação da agricultura familiar e não familiar no PIB Brasil
Fonte: Elaborado pela autora

O último censo demográfico da agricultura familiar foi realizado em 2006 pelo IBGE, com atualização de dados em 2009 sobre a utilização da terra nos estabelecimentos, por tipo de ocupação (Quadro 1).

Quadro 1 – Ocupação da agricultura familiar: utilização das terras nos estabelecimentos

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos					
			Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com forrageiras	
			Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área
Total	5.175.489	329.941.393	1.480.243	11.612.227	3.127.255	44.019726	3.313.322	4.114.557
Agricultura familiar Lei nº11326	4.367.902	80.250.453	1.233.614	4.290.241	2.719.571	12.012.792	2.851.616	1.338.027
Não familiar	807.587	249.690.940	246.629	7.321.986	407.684	32.006.933	461.706	2.776.530

Fonte: IBGE (2009)

A partir do entendimento da importância da agricultura familiar na composição do PIB e no desenvolvimento socioeconômico do país, passa-se ao próximo item que vai delinear as características da pequena propriedade rural.

2.3 Pequena propriedade rural

A pequena propriedade rural no Brasil é, via de regra, administrada por um produtor de poucos estudos, que recebeu suas terras dos pais, por meio de assentamento rural ou a adquiriu. No geral são pessoas oriundas do próprio meio de trabalho agropastoril. A falta de formação específica para o atendimento deste ramo de trabalho dificulta o emprego de tecnologias ou a

introdução de novos métodos de manejo específicos para a modernização da lavoura ou de gado (NEUKIRCHEN *et al.*, 2006).

A falta de recursos financeiros, aliada ao desconhecimento de tecnologias, tem-se mantido como um entrave para grande parte dos pequenos produtores rurais no Brasil, mesmo diante da proliferação de cursos técnicos e da ação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que oferece cursos a esta classe de trabalhadores. Estes consideram que não basta a oferta dos aprendizados, se faltam incentivos financeiros e mercado consumidor para seus produtos (CRUZ; VALENTE, 2004).

Percebe-se que a propriedade rural familiar tem como chefe uma pessoa com dificuldades em administrar a sua empresa. Esta não é produtiva, pelo menos em relação à pequena propriedade rural de países como os da Europa, em que, além de incentivos fiscais, o produtor recebe formação específica para a sua área de atuação. Nesses países há ainda a forte intervenção das associações que contribuem diretamente para que o pequeno produtor seja orientado para usufruir de todos os meios tecnológicos disponíveis para o campo (FÜLBER, 2003).

A importância do uso de técnicas agrícolas com tecnologia adequada é essencial para a atividade rural da atualidade, por oportunizar o conhecimento de novas maneiras de prover o trabalho, como no controle de pragas e ervas daninhas (NEUKIRCHEN *et al.*, 2006).

No Brasil existe o Pronaf, primeira política federal voltada exclusivamente ao setor agropastoril, que permite o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento rural e visa o fortalecimento da agricultura familiar (CRUZ; VALENTE, 2004).

Mesmo tendo uma linha de crédito específica e ter alguns outros benefícios como de redução de impostos, a agricultura familiar não vem tendo os rendimentos esperados pelo governo. Parte da culpa é dos próprios planos promovidos pela administração nacional, uma vez que, como explica Neukirchen *et al.* (2006), o governo tenta direcionar o produtor a desenvolver determinada tecnologia e a produzir o que é de interesse momentâneo do país e não em investir no que de fato o produtor gosta ou que considera ser mais rentável para a sua propriedade.

Faria (2004) observa o planejamento efetivo de uma propriedade leiteira. Ele constata que a falta de tecnologia e de conhecimentos contábeis resulta na perda de possíveis ganhos, uma vez que por falta de conhecimentos, o produtor deixa de investir na alimentação balanceada

de seu gado leiteiro. Ela acaba gastando mais para obter um bom rendimento e com isso perde na somatória dos custos finais do seu investimento.

Neukirchen *et al.*, (2006) consideram que a propriedade rural leiteira deveria ser continuamente assessorada por técnicos tanto do governo quanto das empresas que compram a produção de leite do pequeno produtor, o que poderia resultar em ganho para ambas as partes. Para melhor delinear como a agricultura familiar contribui com o desenvolvimento local, é importante entender com mais profundidade o que seja desenvolvimento local, por isso apresenta-se no próximo item.

2.4 Desenvolvimento local e desenvolvimento econômico

Para definir desenvolvimento econômico local é necessário entender que desenvolvimento significa o progresso material dentro de uma visão do crescimento de taxas e indicadores econômicos. O desenvolvimento é também associado à postura de sentimentos e dimensões humanas dentro da valoração das pessoas e de seus direitos. O desenvolvimento local é o resultado de ação em escala para o enfrentamento de desafios e de problemas básicos dentro da comunidade para fortalecer a qualidade de vida das pessoas (MARTINS, 2002).

De acordo com Ávila *et al.* (2001 apud ÁVILA, 2012) desenvolvimento local é a soma do desenvolvimento econômico e social, pois todo desenvolvimento deve potencializar as pessoas, que são os agentes da inter-relação do alavancamento do processo econômico rumo aos interesses sociais, dentre eles os direitos fundamentais do indivíduo e da sociedade, tais como saúde, educação, moradia, segurança, trabalho, salubridade, lazer, cultura e congêneres.

Local dentro da expressão desenvolvimento local, no entendimento de Ávila (2012, p. 27), é o espaço dentro do território que congrega um conjunto de realidades, tais como: comunidade, identidade, solidariedade, potencialidade e agente, sendo este aquele que age intermediando as diferentes estratégias de intervenção na melhoria da localidade e do desenvolvimento local sustentável.

Na opinião de Marques e Borges (2018, p. 52) o território constitui-se no “espaço físico onde o indivíduo está inserido, sendo o lugar onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões”. Nesse sentido, território, espaço e local configuram como um lugar onde é construída uma história cultural que produz e reproduz a identidade de uma comunidade.

2.4.1 Desenvolvimento local

Antes de adentrar no contexto histórico do desenvolvimento local é importante evidenciar o que explicam Marques e Borges (2018, p. 43), ao fazerem a diferenciação entre desenvolvimento local e desenvolvimento para o local, pois este último é o desenvolvimento a partir de “processos que partem do alto para baixo, ou de fora para dentro de uma comunidade, ou seja, as políticas, em especial quando não são o fruto de planejamento que envolve a comunidade, os entes públicos e as entidades de classe”. Então desenvolvimento local é aquele que nasce a partir de iniciativa dos agentes da própria localidade, que atuam efetivamente como agentes modificadores da localidade.

Partindo do pressuposto acima, então se pode dizer que o desenvolvimento local e para o local teve início entre as décadas de 1970 e 1980, quando se passou a perceber possibilidade de melhorias para o setor de produção agrícola diante da introdução de novas tecnologias. Percebeu-se que esse setor não dispunha de pessoal qualificado para o trabalho, que no caso era o ato de saber conduzir um trator. O que era um problema local passou a ser o mote para a ampliação do poder de trabalho do campo e do processo de produção da pequena propriedade, proporcionando condições para a melhoria das condições locais de moradia e projeção das localidades. O desenvolvimento local começou a se projetar sem a necessidade de se fixar o pensamento em apenas os grandes centros como únicos polos de melhores das condições de vida para as populações, ainda que a globalização seja o ápice do processo produtivo atual. Todas as bases provêm do pequeno produtor local, o qual já está se adequando a essa nova condição social mundial.

O processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países, regiões e cidades. Dado que as empresas não competem de forma isolada, fazendo-o juntamente com o entorno produtivo institucional do qual fazem parte, esse processo estimula a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho (BARQUERO, 2001, p. 13).

Barquero (1995) ainda observa que o processo de reestruturação produtiva reside no impulso tomado pelo desenvolvimento local. Os sistemas locais de empresas fortaleceram-se em consequência da reação das empresas locais ao aumento da competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Além disso, nos anos de 1980 o processo foi reforçado pelo

surgimento de iniciativas locais de criação de empregos que buscavam reduzir as taxas de desocupação das economias locais. Oliveira (2003, p.2) define o desenvolvimento local como:

[...] processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar mediante estratégias de baixo impacto socioambiental. Essa autora tem pesquisado o turismo rural português, e procura divulgar a ideia da busca de avanço socioeconômico democrático e fiel às coletividades receptoras.

O desenvolvimento local é um sistema de descentralização da gestão pública e empresarial, com finalidade de criar mecanismos que favoreçam a geração de emprego e renda em determinado território, dentro de uma sociedade comunitária que atua em equilíbrio na transformação de produção dentro de uma valorização social, para alcançar o bem-estar da comunidade.

O desenvolvimento está relacionado aos meios de vida, para melhorar as condições plenas das necessidades individuais e coletivas dentro da comunidade, reduzindo vulnerabilidades, ampliando as capacidades das pessoas no que se refere ao micro e pequeno produtor rural. Isso implica na organização econômica e produtiva, abrindo novas perspectivas de oportunidades para incrementar a resiliência.

Nesse sentido, Ellis (2000) destaca que no setor da agricultura o senso comum tem determinado que o aumento da produção e os rendimentos provenientes desse aumento são os catalisadores de desenvolvimento, pois possibilitam a aquisição de bens e tecnologias que vão cada vez mais promovendo a diversificação da produção. Os meios de subsistência rurais sustentáveis não necessariamente devem ser equiparados com a diversificação dos meios de vida, ou seja, estão ligados ao processo pelo qual as famílias rurais estabelecem estratégias de atividades de apoio social para sobreviver e melhorar as condições de vida em comunidade.

As diversas concepções sobre o desenvolvimento local estão relacionadas com a formação dos autores e seus pressupostos interpretativos. Oliveira (2001), por exemplo, entende o desenvolvimento local a partir de uma perspectiva histórica, condicionando o desenvolvimento local ao exercício da cidadania. Na concepção de Milani (2005), o desenvolvimento local seria um conjunto que envolve atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob uma ótica que o autor chama de intersetorial e trans-escalar, que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

As experiências de desenvolvimento local se deram de forma diferente nas diversas partes do mundo: América Latina, América do Norte, Reino Unido, entre outros, cada um com

sua trajetória histórica. Assim o desenvolvimento local é o desenvolvimento de um determinado território que estava à margem do processo e encontrou um mecanismo de mudanças e transformações positivas, proporcionando qualidade de vida para os cidadãos (trabalho, renda, saúde, educação). Daí se tem experiências diferenciadas em todo o mundo, ou seja, não há uma origem única para o desenvolvimento local, nem um caminho único, os caminhos devem ser construídos.

A abordagem do desenvolvimento local sustentável enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento considerando as pessoas e as instituições. Propõe que o desenvolvimento atue no espaço rural, delimitado por um território. Considera que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de especialização de atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, respeitando a preservação dos recursos naturais renováveis (CRUZ; VALENTE, 2004).

A perspectiva da abordagem territorial oferece outra visão de desenvolvimento, instigando os agentes diversos a pensar seu futuro. Pensar o desenvolvimento a partir da ideia de território surge como uma necessidade de potencializar mais as ações coletivas, fortalecer os grupos e organizações locais, os agentes sociais, viabilizando uma maior interação entre estes. Esse desenvolvimento precisa estar sintonizado com as demais dimensões: social, econômica, política, ecológica e cultural (PTDRS DO PARÁ, 2006).

Alguns critérios do desenvolvimento local são embasados na combinação de políticas governamentais que assegurem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, principalmente melhorando as habilidades para que desenvolvam a atividade rural com eficiência, dentro de uma infraestrutura que possibilite o acesso a informação sobre o funcionamento dos mercados, mobilidade para conseguir recursos e obter bons resultados em investimentos e manutenção da produção (GRISA, 2009).

2.4.2 Desenvolvimento econômico local

O Desenvolvimento Econômico Local (DEL) é o processo reativo e dinamizador da economia local, que por meio do aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes de uma determinada zona é capaz de estimular o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida, correspondendo à articulação entre diversos agentes e esferas de poder, seja a sociedade

civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos agentes tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (ILPES, 1998).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o DEL como um processo de desenvolvimento participativo que fomenta os accordos de colaboração entre os principais agentes públicos e privados de território, permitindo a concepção e a aplicação de uma estratégia de desenvolvimento comum. Permite também aprovar os recursos e as vantagens competitivas locais no contexto global, com o objetivo final de criar empregos decentes e estimular a atividade econômica (RODRIGUEZ-POSE, 2002).

De acordo com Oliveira e Souza-Lima (2006, p.18) o “desenvolvimento econômico é considerado como crescimento das riquezas (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia”. Nesse sentido percebe-se que o desenvolvimento econômico deve ter como fundamento as características de cada região ou localidade, dentro daquilo que representa riqueza para a comunidade, ou seja, o desenvolvimento econômico está atrelado às condições históricas, geográficas, demográficas e culturais dos recursos naturais de cada local.

Diferentemente do desenvolvimento econômico nacional, o desenvolvimento local representa a atuação das pessoas da localidade, no planejamento de estratégias e na atuação para que essas estratégias sejam implementadas na produção de bens e serviços que venham aumentar a renda e a economia da localidade.

É um desenvolvimento econômico com base na ação e autonomia dos indivíduos em prol da comunidade em cada localidade específica. Em determinados momentos a comunidade pode até atuar de forma contrária ao recomendado para o desenvolvimento econômico. No que se refere à agricultura familiar é importante destacar que só ocorre desenvolvimento econômico sustentável quando existe:

A valorização de soluções imediatas e mais condizentes com a visão de mundo dos agricultores, defendendo o saber destes atores e considerando-os como o dotado de melhor eficácia, contrapondo-se assim, com a exigência da presença e a formação continuada de especialistas, que exercem um papel autocrático da intermediação de entre atores de saberes diferenciados (ROSA, 1999, p.2).

Percebe-se que toda proposta de desenvolvimento econômico da agricultura familiar deve ser pensada a partir do envolvimento dos agricultores familiares. É necessário que estes estejam alinhados com as estratégias de produção para a localidade, que todos tenham os

mesmos objetivos e que cada produção seja vista como parte do todo que formará a cadeia econômica que beneficiará a comunidade. Franco (2017) destaca que é a partir da participação de todos os agentes da agricultura familiar que o desenvolvimento econômico será benéfico para a localidade, pois quando o desenvolvimento econômico está atrelado ao desenvolvimento social torna-se eficiente e benéfico para a localidade.

Nesse mesmo sentido é importante esclarecer que desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento econômico. O crescimento econômico é importante, mas não gera automaticamente um desenvolvimento. Para isso ocorrer é necessária a dinamização econômica, na qual vários capitais se interligam formando o desenvolvimento econômico (Figura 4).



Figura 4 - Dinamização Econômica
Fonte: Adaptação Bourdieu (2001)

O capital político definido por Bourdieu (1986, *apud* Miguel, 2003, p.118) reconhece a legitimidade dos indivíduos como atores políticos. Explicando o capital político o autor declara:

O capital político é uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais. Uma importante categoria intermediária é formada pelos "analistas políticos", presentes na mídia, que interpretam o jogo político para os leigos.

O capital humano tem relação com os valores sociais estipulados dentro do desenvolvimento econômico. Dentre esses se destacam o entusiasmo, a satisfação do colaborador com o desempenho em seu cargo, o que resulta em melhor atuação, podendo desempenhar a sua atividade com mais iniciativa e, com isso passa a gerar riqueza, em que tudo esse conjunto gera um forte impacto na produtividade da organização, no nível de serviço ao cliente, na reputação na competitividade. De acordo com Peres (2018, p.25)

O capital humano está associado à capacidade produtiva das pessoas. Depende, portanto, das competências dos indivíduos, medidas por seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Investimentos em educação e saúde são formas de aumentar o estoque de capital social. Finalmente, o capital social tem sido descrito como a cola que mantém agregado o tecido social das nações. Trata-se de um bem público que pode aumentar significativamente a eficiência das transações, reduzindo seus custos.

Os economistas definem capital social como as normas que provocam confiança e reciprocidade na economia, sendo formado pelas “redes, organizações civis e pela confiança compartilhada entre as pessoas, fruto de sua própria interação social” (PERES, 2018, p.26). Ainda de acordo com Peres (2018, p.28):

[...] onde a confiança entre as pessoas é alta, os custos das transações e de informação são baixos. Um interessante exemplo desta redução de custos é dado pelo sucesso dos programas de microcrédito em certas regiões rurais, onde é muito caro para o sistema bancário obter informações cadastrais tradicionais. Nessas regiões, as famílias conhecem bem aqueles que merecem crédito e que irão, com maior probabilidade, honrar seus compromissos financeiros. Em regiões de grandes estoques desse capital, as iniciativas grupais são facilitadas e o espírito cívico é aguçado.

O capital intelectual, de acordo com a teoria de Marx, é composto pela produção intelectual do homem, que transforma, inova e transforma a matéria-prima em novos produtos. Como um ser social o homem vive em sociedade e é por meio de sua inteligência que se associa e relaciona-se no processo produtivo e de comunicação (IZERROUGENE, 2010).

O capital cultural, de acordo com Bourdieu (2001), é a acumulação da cultura herdada da família somada à cultura adquirida na localidade em que o indivíduo vive, ou seja, o capital cultural é o acúmulo de todo o conhecimento adquirido pelo indivíduo ao longo da vida, seja no contexto familiar, social ou escolar.

O capital natural inclui o meio ambiente, ou seja, todos os recursos naturais do planeta. Explicando o capital natural Van Der Perk e Groot (2000) afirmam que o mesmo se constitui do estoque natural que fornece o fluxo de bens úteis que podem ser renováveis ou não renováveis, ou seja:

O capital natural desempenha um papel crucial na manutenção dos fluxos de energia e matéria que compõem o sistema de apoio à vida de nossa biosfera. O capital natural interage com outras duas formas de capital: capital cultural (incluindo humanos, sociais, organização, capital político, etc.), resultando em Capital Manufaturado (ou Capital Humano). Além disso, uma forma híbrida pode ser distinguida entre capital natural e fabricado, chamado Capital Cultivado (por exemplo, agricultura e plantações de madeira) (VAN DER PERK; GROOT, 2000, p.4).

O capital natural é de suma importância para a agricultura familiar que compõe o capital cultivado. O capital humano é formado por todas as habilidades que o homem adquire ao longo da sua vida, formando assim um capital intelectual a partir de seus conhecimentos, formação da personalidade e habilidades profissionais adquiridas que proporcionam ao homem desempenhar as atividades no trabalho para a produção de capital econômico (MARX, 1986 *apud* PAIVA, 2001)

A partir da definição de cada capital que forma a dinâmica da economia, percebe-se que o capital humano é o de maior relevância, pois é dele que são formados os demais, ele é um ser produtivo e de criatividade ilimitada, tendo consciência do mundo e de si mesmo, com capacidade de produzir e transformar os demais capitais em desenvolvimento sustentável.

2.5 Desenvolvimento rural

Internamente a agricultura familiar brasileira depara-se com dificuldade em responder aos desafios de maior competitividade da agricultura nos mercados internos e externos. Os desafios passam pelo aumento da produção de alimentos e, ao mesmo tempo, a geração de novas oportunidades de trabalho e renda para os agricultores e a promoção da reconversão do êxodo rural e dos agricultores em processo de exclusão do meio produtivo (SANTOS; MITIA, 2012).

Produzir na pequena propriedade rural tem sido possível, mesmo em condições adversas. Entretanto um dos grandes entraves para o produtor de pequena escala é a comercialização de sua produção. Uma das soluções encontradas para minimizar o problema tem sido a verticalização dessa produção. A verticalização agrega valor ao produto quando o transforma, e tira-o da condição de perecível, permitindo ao produtor aguardar a hora adequada para comercialização, sem a necessidade de venda imediata após a colheita. Essa proposta de trabalho tem transformado o espaço rural brasileiro ocupado pelos pequenos produtores, em

uma nova possibilidade de aumento de sua renda e tornou-se uma alternativa interessante no contexto do desenvolvimento local das comunidades rurais (LACERDA *et al.*, 2007).

As bases para o desenvolvimento rural no Brasil, assim como em outros países, somente foram fomentadas a partir da introdução da mecanização, promovida pelo trator nos anos de 1960. Desde então, os governos começaram a promoção de áreas consideradas de maior necessidade de apoio, como no Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileiros, os quais a partir dos anos de 1970 passaram a receber incentivos para o desenvolvimento rural. Nos anos 1970, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da “modernização agrícola”). Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, “desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001).

Guanziroli (2007) situa a participação do governo por meio do Pronaf como gerador de renda e melhoria de condições de vida para os agricultores familiares, implantado no ano de 1995. Mesmo com controvérsias sobre o seu principal foco, o Pronaf resultou em benefícios para o setor rural devido ao incentivo de permanência que a geração de renda no campo oferece ao pequeno agricultor.

Para Frank Ellis (2001; 2000; 1998, *apud* SHNEIDER, 2004) o fator que definiu a formação das estratégias de permanência e sobrevivência familiar, e que resultou na diversificação dos modos de vida rurais, foi o desenvolvimento local, que inicialmente não era nem mesmo definido como tal, buscando apenas meios para a permanência da família no meio rural. Diante da melhoria dos meios de produção, o uso de novas tecnologias, a possibilidade de se conseguir enviar os filhos para a escola sem precisar deixar o campo e, consequentemente, a percepção de não mais precisar que os filhos deixassem o meio rural para obterem melhores condições de vida, foi sem dúvida a confirmação do desenvolvimento rural como um empoderamento desse setor.

Um importante programa desenvolvido em parceria entre Prefeituras, Sebrae/MS e o Banco do Brasil é a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que é um projeto desenvolvido pelo Sebrae e aplicado com apoio das prefeituras. O Banco do Brasil entra com

os kits de materiais necessários para a horta e a prefeitura prepara o solo e oferece a assistência técnica.

De acordo com Osvaldo Júnior (2018, p.1) “353 agricultores familiares de Mato Grosso do Sul são beneficiados com produção de alimentos orgânicos através da técnica do projeto PAIS desenvolvido em parceria pelo Sebrae, Fundação Banco do Brasil, Agraer e prefeituras municipais”

As iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida das populações rurais e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem. A diversificação não implica apenas ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, outras), mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias. Entre os incentivos promovidos pelo governo aos pequenos empreendedores rurais está a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa que alcança também essa população, tema debatido a seguir

2.6 Lei Geral

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, no artigo 3º-A (incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) apresenta o agricultor familiar dentro de uma equiparação igualitária ao produtor rural pessoa física, com as mesmas condições de limites de receita determinados às micro e pequenas empresas:

Art. 3º-A. Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008.

Os limites de que trata o inciso II do artigo 3º estipulam uma receita bruta de até R\$ 360 mil ao ano à pequena empresa e de até R\$ 4,8 milhões ao ano à empresa de pequeno porte. O agricultor familiar pode estar enquadrado em um desses patamares recebendo os mesmos benefícios que esses tipos de empresas.

O parágrafo 3º-A, do Art. 4º beneficia o agricultor familiar com a isenção de taxas e qualquer tipo de custo com a vigilância sanitária, determinado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

§ 3º-A. O agricultor familiar, definido conforme a Leis nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária (incluindo pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

Ainda no Art. 3º a Lei Geral explica quais são os artigos que oferecem benefícios aos produtores rurais, incluindo aqui o agricultor familiar: artigos 6º e 7º, nos capítulos de V a X e XII e nas seções IV do capítulo XI. Esses dois artigos preconizam a normatização da vigilância sanitária de forma simplificada e uniforme para esse público:

Art. 6º Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

§ 1º Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 2º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 6 (seis) meses, contados da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

§ 3º Na falta de legislação estadual, distrital ou municipal específica relativa à definição do grau de risco da atividade aplicar-se-á resolução do CGSIM (incluindo pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

§ 4º A classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável (incluindo pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

§ 5º O disposto neste artigo não é impeditivo da inscrição fiscal (incluindo pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

Art. 7º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

Parágrafo único. Nos casos referidos no *caput* deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

I - instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se; ou (incluindo pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

II - em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

Observa-se que o Art. 6º preconiza que quando o estabelecimento não apresentar nenhum tipo de risco ou for classificado como baixo risco, deve-se facilitar o licenciamento,

sem exigências burocráticas de comprovação por meio de documentação e exigências de declarações do titular ou responsável.

No Art. 7º a Lei Geral vem complementar que na exceção de comprovação de alto risco da atividade, deve-se exigir que a propriedade tenha o alvará do município para Funcionamento Provisório, permitindo assim que entre em funcionamento imediatamente depois de registrado. Ainda, nesse artigo verifica-se que é permitido o funcionamento da atividade, mesmo quando a área se encontra sem uma regularização fundiária adequada e os imóveis não possuem edificações com habite-se.

Quanto aos Capítulos V a X e capítulo XII, observa-se que a Lei Geral estabelece o seguinte: no capítulo V verifica-se o privilégio de acesso a mercados, por meio de normas simplificadas para que o pequeno negócio possa participar de licitações. Pequeno negócio fica incluso todos os pequenos produtores rurais e os agricultores familiares. Ainda preconiza o privilégio do empate ficto, ou seja, quando no processo de compras pelo governo o produtor familiar apresentou uma proposta com até 10% superior ao preço de uma empresa grande, ele fica com o direito de cobrir a proposta vencedora. Quando a proposta é feita por pregão, esse limite cai para 5%.

Também fica assegurada a regularização tardia, ou seja, se o pequeno negociante tiver alguma pendência fiscal, assim mesmo ele poderá participar de licitação. Vencendo a licitação terá um prazo de até 5 dias úteis para regularizar a situação junto ao órgão fiscalizador. Ainda no capítulo V está declarado que as licitações até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) são exclusivas para pequenos negócios.

No que se refere à aquisição de bens de natureza divisível, ficou estabelecido a reserva de cota de 25% com exclusividade para os pequenos negócios. Também está estabelecida a possibilidade de previsão de subcontratação de pequenos negócios em certames vencidos por médias e grandes empresas. No Capítulo VI, a Lei Geral, apresenta vários privilégios de simplificação da área trabalhista para os pequenos negócios. No Capítulo VII, a Lei Geral estipula regras para fiscalização de pequenos negócios, em que o papel do fiscal é mais de agente educador do que fiscalizador, estando presente junto ao pequeno produtor para orientá-lo e não para puni-lo. Nesse capítulo fica bem claro que tendo irregularidade o fiscal menciona e orienta, voltando em uma segunda visita para identificar se a irregularidade foi sanada, caso permaneça, aí sim deverá aplicar punição.

No capítulo VIII, a Lei Geral orienta e cria procedimentos simples para incentivar o associativismo do pequeno negócio. No Capítulo IX ficaram regulamentados critérios diferenciados para o acesso ao crédito pelos pequenos negócios, sendo obrigação das entidades de fomento criarem esses processos. No Capítulo X preconizam-se condições diferenciadas de ações e estímulo à inovação para os pequenos negócios. E, no capítulo XII a Lei Geral estipula mecanismos de facilitação do acesso à justiça pelos pequenos negócios.

Na Seção IV do Capítulo XI, a Lei Geral estabelece tratamento diferenciado no caso de protesto de títulos contra os pequenos negócios. Portanto, a Lei Geral promove facilidades e defesa dos pequenos negociantes, em que estão inclusos os agricultores familiares.

2.7 Prolocal

A Lei Geral transformou-se no instrumento facilitador de inclusão produtiva dos pequenos negócios, contribuindo para regularização e ampliação das vantagens competitivas na localidade (AMARILHA, 2014). Por meio dessa lei foram oportunizados novos negócios, formalizando os existentes e estimulando a competitividade das microempresas, empresas de pequeno porte e formalizando os microempreendedores individuais (MEIs), sendo que o principal canal para esse desenvolvimento foi o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios (Prolocal) que tem por finalidade a identificação e promoção das oportunidades de negócios para os municípios, com a implantação de leis e práticas (Compras públicas, incentivo a MPE e atração de investimentos).

A proposta do Prolocal visa promover projetos de formação de agentes de desenvolvimento, objetivando impulsionar o empreendedorismo, constituindo e formalizando os negócios. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas contribui com o Prolocal com proposta de soluções de capacitação, consultoria, inovação, acesso ao crédito para empreendimentos do território alvo com alto subsidio dos custos. Ofereceu também apoio à elaboração de carteira de projetos e mobilização de recursos para o desenvolvimento de setores, arranjos produtivos locais e encadeamentos produtivos.

Em Mato Grosso do Sul por meio do Prolocal o Sebrae fornece apoio técnico à implementação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, orientando estratégias na

formulação de projetos e parceiras, treinamentos, consultorias, capacitação e instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados (SEBRAE, 2017).

O projeto Prolocal em Mato Grosso do Sul previa atender 73 municípios que potencialmente teriam condições de serem acompanhados por meio desse processo, porém apenas 35 se candidataram. Desses 35 apenas 21 foram selecionados, entre os quais estão os municípios de Aparecida do Taboado, Aral Moreira, Bandeirantes, Bataguassú, Batayporã, Bodoquena, Caarapó, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Ivinhema, Itaquiraí, Maracajú, Mundo Novo, Nioaque, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Selvíria, Sidrolândia e Sonora (SEBRAE, 2017).



Figura 5 - Municípios selecionados para participar do Prolocal no Estado do Mato Grosso do Sul
Fonte: Sebrae (2017)

O foco de atendimento do Prolocal são os empresários e lideranças locais com projetos de mobilização, motivação, conscientização, organização em rede para planejar e gerenciar o desenvolvimento da localidade. O projeto visa oferecer oportunidades de mercado identificadas e promovidas, como também o aumento das compras públicas de fornecedores da localidade, na possibilidade do aumento do consumo local, ampliando a circulação da renda. Também tem como foco o crescimento de atrativos para investimentos, com a atuação de agentes de desenvolvimento capacitados e colegiados de gestão estratégica do desenvolvimento. Com isso contribui para a capacitação de empreendedores, a criação de novos empreendimentos e o fortalecimento dos já existentes. Nesse sentido é que foram criados projetos, tais como o projeto Programa Negócio Certo Rural (PNCR).

O PNCR é um curso oferecido pelo Sebrae com intuito de planejamento e administração de negócios para produtores rurais. Esse programa tem como objetivo a capacitação em planejamento e administração de pequenos negócios para produtores rurais, com propostas de encontrar novas formas de aumentar a lucratividade da propriedade. O conteúdo do programa é de conceitos e práticas na rotina diária da propriedade, envolvendo a realidade, oportunizando o empreendedor a fazer o diagnóstico da propriedade, criando soluções e inovando com ideias a partir da realidade e das potencialidades da localidade. A partir das orientações o produtor tem condições de planejar e implementar seus negócios (SEBRAE, 2017).

O projeto Circuito Tecnológico Rural - Leite & Horta: “Dias de Campo” é um projeto itinerante com o propósito de difundir tecnologias e informações associadas ao desenvolvimento sustentável das propriedades rurais que se dedicam à produção de leite e hortaliças, contribuindo para produção de qualidade.

O projeto Comércio Agro é o incentivo às compras de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar nos municípios, tendo como meta garantir que no mínimo 30% dos itens comprados venham da produção do município, podendo alcançar quase 100%.

Esses projetos promovidos pelos Sebrae funcionam como agente de desenvolvimento local, fortalecendo o desenvolvimento territorial. No sentido de incentivar ainda mais o Prolocal, o legislador criou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Essa lei determina que os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar sejam utilizados com a compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, principalmente dos assentamentos da reforma agrária, das colonizações, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2017).

O Prolocal é o maior divulgador e promotor do conhecimento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, beneficiando a formalização das atividades e contribuindo para maiores “possibilidades de participação no mercado a partir da identificação e fomento às oportunidades de negócios, a geração de emprego e renda, que consequentemente venham contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos municípios” (SEBRAE, 2017, p.1).

3 AS ÁREAS RURAIS EM IVINHEMA

3.1 Prolocal em Ivinhema/MS

Para analisar o processo de implementação da agricultura familiar de Ivinhema é importante conhecer o perfil desse município. De acordo com Gonçalves *et al.* (2018) a cidade foi criada a partir do projeto empreendedor do paulista Reynaldo Massi, crendo no alto potencial de crescimento do então Estado de Mato Grosso, comprou uma extensa área de terra com enorme reserva natural de matas. A proposta desse empreendedor foi construir e implantar uma cidade, a partir de um projeto inovador do processo de urbanização.

Em 25 de novembro de 1957 foi criada a empresa que seria responsável pelo estudo da região, fazendo um plano de desenvolvimento das áreas adquiridas, traçando um programa de infraestrutura para então formar a cidade idealizada por aquele empreendedor. Foi assim criada a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEKO S/A), que trabalhou pelo período de dois anos juntando “dados, elementos e condições para que o projeto do urbanista brasileiro Francisco Prestes Maia pudesse instituir a sede do município de Ivinhema” (GONÇALVES, *et al.*, 2018), o projeto foi desenvolvido para:

[...] uma população de 10.000 habitantes, numa área de 400 alqueires, dividida em quatro zonas distintas (área central, comercial, residencial, operária e industrial) e distribuídas então em oito bairros (Piravevê, Guiray, Vitória, Água Azul, Triguenã, Itapoã, Centro e Industrial) (IVINHEMA, 2018).

A implantação do projeto durou três anos, foi iniciado em 23 de agosto de 1961 e em 28 de julho de 1963 foi inaugurada a cidade com uma Missa Campal junto ao cruzeiro no marco zero da cidade, no mesmo ano, por meio da Lei nº 1.949 de 11 de novembro de 1963, o então Estado de Mato Grosso criou o município de Ivinhema. Em 1978 foi sancionada a Lei nº 4.004 criando a comarca de Ivinhema, em 1984, por meio da Lei nº 464, de 28 de agosto, a Comarca de Ivinhema foi elevada para Comarca de 2^a Estância (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Em 1987, a partir da criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ao sul do município de Ivinhema foi instalado o assentamento Novo Horizonte do Sul, sendo desapropriado aproximadamente 17.000 ha e assentadas 752 famílias de “sem-terra”. Com o passar do tempo o assentamento desenvolveu-se e em 1992, Novo Horizonte do Sul, passou à

categoria de município, mantendo o mesmo nome anterior (IVINHEMA, 2018). Segundo Ribeiro (2013, p.8):

A colonização de Ivinhema foi realizada com a intenção de integrar a região do Vale do Ivinhema à economia Nacional, como também para atender a necessidade de se fazer assentamentos rurais, para talvez resolver os problemas que a economia nacional vinha passando em relação às questões agrárias.

Por meio do Decreto Lei nº. 2009 de 9 de fevereiro de 1940, Art. 2º, foi formado os núcleos coloniais: “a) pela União; b) pelos Estados e Municípios; c) por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares” (BRASIL, 2009).

As frentes de expansão nacional foram feitas por empresas particulares ou associações. No entanto, “a colonização estatal não foi eficiente, uma vez que as Colônias Agrícolas Nacionais não deram muito certo. Portanto fez-se necessário a colonização por particulares, justificando assim, as concessões de terras do governo aos assentados” (RIBEIRO, 2013, p.9).

Ivinhema, atualmente, ocupa uma superfície de 2.009,887 km² do território do Estado de Mato Grosso do Sul e está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, pertencente à Microrregião de Iguatemi, com latitude 22°18'17" sul e a uma longitude 53°48'55" a oeste, com distâncias de 284 km da capital do Estado (Campo Grande) e 204 km da capital federal (Brasília) (WIKIPÉDIA, 2018).



Figura 6 – Localização de Ivinhema em Mato Grosso do Sul
Fonte: Wikipédia (2018)

A população rural de Ivinhema/MS é de 35.630 habitantes, existem 6.906 estabelecimentos rurais que desenvolvem a agricultura familiar, a população que se ocupa da agricultura familiar constitui-se em 16.300 habitantes, dos quais 4.535 famílias são ocupantes de propriedades por reforma agrária (BRASIL, 2018).

Dentre os apoios necessários sinalizados pela população de Ivinhema, estão as demandas de cunho produtivo e mercadológico. Visando suprir estas necessidades o Sebrae/MS criou o Projeto Prolocal, o qual baseou-se na experiência do Projeto Territórios da Cidadania Grande Dourados. Sendo o Prolocal - Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios de MS foi lançado em 2011:

[...] é um programa de ações que visa estimular o desenvolvimento econômico e sustentável de cidades sul-mato-grossenses com menos de 50 mil habitantes. Fundamentado na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Prolocal é uma realização do Sebrae e prevê a participação do Governo do Estado em convênio com os Municípios (ESCALDANTE, 2018, p.2).

Em 2008 surgiu o projeto Territórios da Cidadania da Grande Dourados, que tem como objetivo: fortalecer e diversificar a produção da agricultura familiar do Território da Cidadania da Grande Dourados, por meio da estruturação dos canais de comercialização desses produtos. Esse projeto teve início no final do ano de 2008 e, por meio de Consultoria no processo de Gestão e Monitoramento foi possível acompanhar o processo evolutivo dos produtores rurais, da produção e comercialização (SEBRAE, 2011). O projeto foi desenvolvido no Território da Grande Dourados a partir da execução do Projeto de Inclusão Produtiva para Produção de Alimentos do Território da Grande Dourados, trabalho este executado no período de 2008 a 2010, pelo Sebrae/MS e Sebrae/NA e de outras instituições parceiras, que teve como propósito atuar em municípios destacados na Figura 6, já apoiados em outros projetos relevantes para o desenvolvimento dos pequenos negócios e dinamização da economia local com foco em novas estratégias de mercado, inovação gerencial e tecnológica (SEBRAE, 2011).

O projeto apresenta vínculo com o Programa Nacional denominado de Sebrae nos Territórios da Cidadania, ainda, com os seguintes objetivos estratégicos: Contribuir para o desenvolvimento territorial e sistemas produtivos locais, com foco nas MPEs; articular, propor e apoiar a implementação de políticas públicas; e orientar e capacitar em gestão, tecnologia e processos (SEBRAE, 2011).

O público-alvo definido no projeto foi com “2.154 pequenos negócios existentes nos 12 municípios do Território da Cidadania Grande Dourados, sendo 1.077 empreendimentos formais (correspondente a 15% das empresas registras no Simples Nacional) e 1.077

empreendimentos de pessoa física dos diversos segmentos econômicos existentes (agronegócio, indústria, comércio e serviços), sendo representados por: associações ou sindicato; cooperativa; empreendedor individual, empresário individual; organizações privadas; sociedade empresarial; ambulante; artesão; autônomo; produtor rural; empreendimentos de pessoa física; e outras instituições promotoras do desenvolvimento do Território (SEBRAE, 2011).

A concretização desse projeto foi por meio de reuniões periódicas, com produtores e membros do Comitê Gestor, representantes de entidades, como: AGRAER, ADTGD, APOMS, Embrapa, MDA, Prefeituras Municipais, Universidades, Instituições Financeiras, dentre outros, foram traçadas estratégias e ações com objetivo de minimizar os gargalos em relação à produção, comercialização, logística e qualidade dos produtos. Parceiros do Sebrae, participantes ativos do processo, puderam desenvolver em conjunto ou isoladamente ações que viessem atender aos anseios e necessidades dos produtores rurais e comunidade em geral (SEBRAE, 2015).

Para realização do projeto foi necessário criar mecanismos para atender os anseios pessoais e do grupo tais como: transformação dos ideais de conhecimento e estruturação das ferramentas necessárias para adaptação dos produtos para o mercado, desenvolvendo espírito criativo e inovador em toda equipe envolvida no processo. Reunidos em equipe, cada representante de entidade buscava levar aos produtores conhecimentos específicos, por meio de cursos direcionados (SEBRAE, 2015). Em 2011, a governança traçou ações para continuidade do desenvolvimento do projeto Território da Cidadania da Grande Dourados, conforme destacado no Quadro 2 em anexo.

No início do processo, foi necessário empenho, dedicação e percepção da governança para trabalhar a sustentabilidade, a médio e longo prazo, com produtores informais, grupos, associações e cooperativas, processo de formação e organização interna e monitoramento constante, com olhar no individual, voltado para a transformação e adaptação ao coletivo (SEBRAE, 2015). A Figura 7 demonstra uma das reuniões de acompanhamento do projeto, na sede do Sebrae/Dourados/MS, com produtores e membros do Comitê Gestor, representantes de entidades.



Figura 7 - Reunião de acompanhamento do projeto
Fonte: Arquivo da Consultora do Sebrae Idete Mendes

Observa-se pela Figura 8, uma amostra de reunião de repasse de informações, treinamentos em gestão e comercialização que foram realizadas como parte do processo, o que ocorreu em diversos e constantes encontros para orientações e direcionamentos do projeto em curso.



Figura 8 - Reunião de repasse de informações
Fonte: Arquivo da Consultora do Sebrae Idete Mendes

Com a necessidade de continuidade do processo de apoio a produção e dinamizar os pequenos negócios, incipiente e sem técnicas apropriadas, que acontecia na maioria das propriedades, com pouca diversificação de produtos hortifrutigranjeiros e dificuldades na comercialização, em grande escala e também atender ao disposto na Lei Complementar nº

123/2006, que trata dos benefícios às Micro e Pequenas Empresas, em 2011, o Sebrae deu início ao projeto Prolocal (SEBRAE, 2015).

Após assinatura do termo, houve o início do processo de visitas técnicas nas propriedades, com objetivo de conhecer a realidade local de cada produtor e de sua propriedade. A produção de fundo de quintal, incipiente e sem técnicas apropriadas para comercialização em grande escala acontecia na maioria das propriedades com pouca diversificação de produtos hortifrutigranjeiros (SEBRAE, 2015).

Havia necessidade de melhoria e aumento de produção e as reuniões com objetivo de repasse de conhecimento sobre como identificar as cultivares e períodos de plantio tiveram início com grupos organizados e definidos. Cada produtor incentivado ao plantio relacionado com a demanda do município para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), (SEBRAE, 2015).

Paralelamente, reuniões com Gestores das Secretarias de Agricultura; Secretaria de Educação e nutricionista foram realizadas para repasse da metodologia referente a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O PNAE obteve diversos avanços, tais como: educação alimentar e nutricional como diretriz, universalidade do atendimento com inclusão do ensino médio, educação de jovens e adultos e fortalecimento do controle social. Ademais, a Lei estabelece que “no mínimo 30% do valor repassado aos estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE deve ser utilizado obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar” (SEBRAE, 2015).

São vários os segmentos parceiros na execução do PNAE e do PAA. Para iniciar a aproximação e o estabelecimento de parceria com o produtor familiar, foi necessário iniciar o diálogo e trabalho por meio das instituições locais, às quais os agricultores têm vínculos, que são: secretaria de agricultura, entidades de assistência técnica e extensão rural (ATER), sindicatos de trabalhadores rurais, assim como outras representações locais da agricultura familiar (SEBRAE, 2015).

Importante observar que a Lei nº 11.947/2009, resultou da efetiva participação da sociedade civil e intermediação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (SEBRAE, 2015). Considerando a dispensa de procedimento licitatório, algumas etapas devem ser seguidas para assegurar a lisura, a transparência e a efetividade das compras públicas diretamente da agricultura familiar para alimentação escolar. Vale ressaltar, que para os municípios significa apoio ao Desenvolvimento Local e agilidade na compra de produtos

para a alimentação escolar. Isso porque a aquisição de produtos da agricultura para o PNAE pode ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, nos termos do § 1º do Art. 14 da Lei nº.11.947/2009, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (SEBRAE, 2015). Isso para os agricultores representa um importante canal de comercialização e geração de renda com regularidade, o que possibilita, além do planejamento constante, a certeza de poder assumir compromissos futuros. E, todos esses fatores contribuem para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e estimula a criação de associações e cooperativas (SEBRAE, 2015).

O estímulo ao associativismo e cooperativismo foi um processo fundamental para comercialização, sendo este o principal meio de atender a demandas do mercado, quer público ou privado. Individualmente o produtor não consegue produção em escala, além da dificuldade com a logística de entrega da produção.

A inclusão, na alimentação escolar, de gêneros alimentícios produzidos na própria região, promove no ambiente escolar a discussão das formas alternativas e mais saudáveis de produção e consumo dos alimentos e da importância da agricultura familiar local para o desenvolvimento econômico e social associado à proteção ambiental; abre-se um canal promissor de construção de conhecimento, uma vez que favorece a aproximação dos estudantes e dos agricultores (SEBRAE, 2015).

Importante ressaltar o marco legal que dispõe sobre o PNAE, inclusive a compra de produtos diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar, encontra-se estabelecida pela Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015.

Todas essas questões foram trabalhadas em todas as esferas municipais e com produtores, pois a inserção da agricultura familiar no âmbito do PNAE garante atendimento às necessidades nutricionais dos estudantes e contribui na promoção de hábitos alimentares saudáveis, além do Desenvolvimento Local sustentável por meio da inclusão de produtos produzidos pelos agricultores locais (SEBRAE, 2015).

Outro aspecto importante foi que a partir do levantamento das informações iniciais, e em permanente trabalho com instituições representativas da agricultura familiar, se obteve o

mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, com vistas à utilização desses produtos no cardápio da alimentação escolar.

A participação de um nutricionista é fundamental na composição do cardápio escola. Quando possível, é importante que esse profissional acompanhe a realização do mapeamento da produção agrícola local que consiste em, no mínimo, fazer levantamento dos gêneros produzidos pela agricultura familiar local, da quantidade de produção de cada um dos gêneros e em que época ocorre a colheita desses alimentos: informações necessárias para a composição do cardápio escolar (SEBRAE, , 2015).

O PNAE deverá ser acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Cabe ao FNDE fazer o repasse dos recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, com base no Censo Escolar do ano anterior⁴. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino (SEBRAE, 2015), como segue:

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
- Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07
- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

A realização do planejamento no âmbito do PNAE para garantir o alcance das diretrizes do Programa, de oferecer alimentação de qualidade para os seus educandos, compreende as seguintes etapas:

- Verificar o orçamento dos valores destinados à aquisição alimentos;

⁴ FNDE. Liberação dos recursos financeiros do PNAE para cada Entidade Executora (EEx). Disponível em <www.fnde.gov.br> Acesso em maio de 2017.

- Articular com os atores envolvidos;
- Elaboração do cardápio;
- Elaboração do projeto de venda;
- Divulgação da Chamada Pública;
- Definir o preço de aquisição;
- Receber o projeto de venda;
- Selecionar o projeto de venda;
- Assinar o contrato;
- Entrega dos produtos;
- Fechamento

Os documentos do Sebrae mostram que no período de junho 2001 à dezembro 2013 os produtores tiveram oportunidade de participar de treinamentos diversos, dias de campo, feiras estaduais e nacionais, inspeções para certificação, diagnósticos para o comércio Brasil, consultorias para conversão orgânica, certificações, consultorias tecnológicas, criação de rótulos e embalagens, caravanas e capacitações técnicas, sempre com apoio das instituições parceiras do Sebrae e comprometidas com o sistema proposto. Foram atendidos 16 (dezesseis) produtores, sendo 04 escolas municipais = 1.803 alunos e 04 escolas estaduais = 3.490 alunos. A Chamada Pública 001/2013 – PNAE no valor de R\$ 68.878,00 destinava-se à aquisição de cheiro verde, cenoura, leite, mandioca, pimentão, vagem, alface, colorau, banana, melancia, pão caseiro, farinha de mandioca, beterraba, banana e mamão (SEBRAE, 2015).

A Figura 9 ilustra o dia de campo, com visita às plantações de maracujá e mamão. Em que se percebe grande interesse a participação dos agricultores, quando podem questionar e tirar dúvidas sobre o processo de produção do alimento.



Figura 9 - Dia de campo: visita as plantações de maracujá e mamão
Fonte: Arquivo da Consultora do Sebrae Idete Mendes

De acordo com os documentos do Sebrae, o dia de campo gerou maturidade e consciência aos grupos da necessidade de melhoria do conhecimento pessoal e profissional para a prática da profissão, seja no campo ou na cidade. A participação em eventos técnicos propiciou conhecer a real necessidade de adaptação às novas tecnologias e práticas de sustentabilidade existentes. Com a participação em Feiras e Missões Técnicas os produtores adquiriram conhecimento de novas técnicas de produção, armazenamento e comercialização e diversificação da rede de contatos voltada aos objetivos em comum (SEBRAE, 2015).

Os relatórios do Sebrae/MS destacam que o aumento da produtividade ocorreu em virtude da força de vontade e participação de todos os envolvidos no projeto em que a governança foi participativa e decisiva para a realização das atividades propostas nas reuniões de monitoramento. Partilhar experiências promoveu o desenvolvimento com menor custo e maior sustentabilidade. Para a sustentabilidade do homem no campo e aumento da produção, necessário o comprometimento dos parceiros não somente em consultorias técnicas, mas em ações que direcionem e fomentem a logística de comercialização, um dos maiores gargalos dos produtores rurais (SEBRAE, 2015).



Figura 10 – Ilustração das ações no campo
Fonte: Arquivo da Consultora do Sebrae Idete Mendes

Os documentos do Sebrae mostram que o Comitê Gestor consolidou as ações com participação ativa e convergente com as necessidades do grupo, pois o trabalho em grupo promoveu o desenvolvimento com menor custo e maior sustentabilidade. Para a sustentabilidade do homem no campo e aumento da produção, foi necessário comprometimento dos parceiros, não somente com consultorias técnicas, mas em ações de fomento ao associativismo. Dificilmente poder-se-ia quantificar o volume exato de novos negócios gerados em comercialização ao longo deste período, em feiras, eventos, comércio varejista e novos canais abertos, os avanços foram significativos graças ao empenho de toda equipe, seja ela de consultores, técnicos, instituições e, principalmente, dos produtores que entenderam e participaram ativamente do processo (SEBRAE, 2015).

No município de Ivinhema foram certificados como produtores orgânicos, os produtores: Rosangela Aparecida Pedrosa, Claudio Assis de Almeida, Luiz Marco Antonio, Adalto Rodrigues Vargas e Raimundo Tomonari Hossi. Alguns resultados positivos aconteceram em 2012 a partir da Lei Geral, das compras governamentais, após as ações elencadas e contatos com técnicos municipais, produtores, parceiros locais como Agraer e Agentes de Desenvolvimento local (SEBRAE, 2014).

No Município de Ivinherma/MS, o resultado da Chamada Pública 001/2012 foi de R\$ 38.329,00 (trinta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais). Em 2014 foram atendidos 46 produtores, por meio de visitas técnicas, reunião com secretário da agricultura, reuniões com técnicos, reuniões com produtores, levantamento de demandas, cuja comercialização do PNAE foi de R\$ 65.084,50 e do PAA o valor de R\$ 863.845,45 referentes a cursos/treinamentos (SEBRAE, 2015).

3.2 O Sebrae e a promoção do empreendedorismo

O papel do Sebrae/MS foi fortalecer e promover o empreendedorismo a partir da identificação e fomento às oportunidades de negócios, planejamento, orientações, consultorias técnicas e instrutivas, articulação de agentes e governança, promoção do associativismo e cooperativismo, e, incentivo à produção e comercialização (SEBRAE, 2015).

O projeto traduziu uma fonte de maturidade com as parcerias realizadas ao experimentarem suas próprias atividades com a diversidade nas relações entre o meio natural e os grupos humanos. O projeto Sebrae teve ainda como proposta: trabalhar as questões de sustentabilidade, a médio e longo prazo, com grupos, requer um processo de formação e organização interna e monitoramento constante, com olhar no individual voltado para a transformação e adaptação ao coletivo; e criar mecanismos que foram ao encontro dos anseios pessoais e do grupo, como transformação dos ideais de conhecimento e estruturação das ferramentas necessárias para adaptação dos produtos para o mercado, desenvolveu espírito criativo e inovador em toda equipe envolvida no processo (SEBRAE, 2015).

O processo de ações realizadas com cursos direcionados aos anseios do grupo gerou maturidade e consciência da necessidade melhoria do conhecimento e aprendizado para a prática da profissão, seja no campo ou na cidade. A participação em eventos técnicos, propiciou aos produtores conhecer a real necessidade de adaptação às novas tecnologias e as práticas de sustentabilidade existentes. Feiras e missões técnicas propiciaram novos canais de comercialização e aumento de produção e a necessidade de inserção de novos produtos, como abacaxi, melancia, maracujá, tomate e outras cultivares (SEBRAE, 2015).

O aumento da produtividade ocorreu em virtude da força de vontade e participação de todos os envolvidos no processo e da necessidade existente dos produtos pelo mercado, seja este governamental ou convencional. As feiras de produtores, praticadas em praças ou ruas do município passaram a ser revistas como um mercado atrativo e rendoso para os produtores.

A governança foi participativa e decisiva para a realização das atividades propostas nas reuniões de monitoramento. Trabalhar em grupo transformou o complexo e ideias divergentes foram transformadas em pontos de partida para o sucesso. Partilhar experiências promoveu o desenvolvimento com menor custo e maior sustentabilidade. Para a sustentabilidade do homem no campo e aumento da produção, necessário o comprometimento dos parceiros não somente

em consultorias técnicas, mas em ações que direcionem e fomente a logística de comercialização, um dos maiores gargalos dos produtores rurais (SEBRAE, 2015).

O Sebrae/MS, por meio do Prolocal, disponibilizou uma consultora para desenvolver ações de orientações e de informações sobre o PNAE e PAA em Ivinhema. A consultora que foi enviada pelo Sebrae foi Idete Boschetti Mendes a qual esteve reunida com representantes das Secretarias Municipais envolvidas nesse processo (Educação, Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Administração e Saúde), e, foi elaborado um calendário de atividades junto aos agricultores familiares (SEBRAE, 2015).

Os documentos do Sebrae/MS, mostram que o PNAE e PAA são meios vantajosos de orientações para se acessar essa política pública, sendo que alguns cuidados na manipulação dos alimentos são de suma importância como também a organização dos agricultores familiares, assim como deve-se levar em consideração as dificuldades que a Prefeitura tem em fazer a aquisição dos produtos, devido aos meios licitatórios. As dificuldades apontadas no documento em relação aos produtos adquiridos e o que poderia ser mudado para que se estimulasse ainda mais esse processo, além do técnico da Secretaria de Agricultura que é responsável por elaborar os projetos de comercialização para os agricultores, foram feitas reuniões pela equipe da Prefeitura para avaliação do projeto bem como elaborar um novo cronograma de reuniões com a finalidade de fazer orientações da vigilância sanitária e nutricionais, sendo que desta vez com os agricultores que já comercializam os produtos para o PAA e o PNAE (SEBRAE, 2015).

Nesse novo plano, uma nutricionista ficou responsável pela realização de capacitação das merendeiras da Rede Municipal de Educação visando a utilização dos produtos adquiridos dos agricultores familiares, assim como o melhor aproveitamento do que é enviado para as escolas tanto pelo PNAE quanto pelo PAA. Identificou-se que para alavancar a produção/comercialização percebeu-se a necessidade de auxiliar o grupo nos processos administrativos, utilização dos recursos, introdução de tecnologias apropriadas, produção diversificada com redução de custos (SEBRAE, 2015).

Foi apontado no documento do Sebrae/MS que as maiores dificuldades enfrentadas estão relacionadas com a sazonalidade da produção e a conciliação com o organograma elaborado pelas nutricionistas, que por vezes desconhecem a realidade dos produtores, em que destaca que no início do projeto os produtores desconheciam as normas de qualidade dos produtos, regras de plantio e colheita, embalagens apropriadas, épocas certas de plantio e colheita. Hortas sem proteção, com acesso de animais e destruição do plantio com forrageiras e outras pragas, problemas de logística para entrega, adubação correta e problemas com

estiagem e excesso de chuvas, ocasionando dificuldade de entrega e aceitação dos produtos, tanto pelas nutricionistas quanto pelas merendeiras (SEBRAE, 2015).

Os relatórios do Sebrae/MS evidenciam que o processo de aprendizado foi constante, com repasse de metodologias para todos os atores, secretarias de educação, secretaria de agricultura, secretaria de planejamento. Outra dificuldade apontada foi a troca dos Gestores, pois a cada mudança de prefeitos, secretários, nutricionistas, o processo era reapresentado e a morosidade ocasionava perca de produção e reativação de todo processo.

Nesse sentido o documento do Sebrae/MS prediz que é fundamental que os órgãos públicos envolvidos na Chamada Pública, para aquisição dos produtos para a merenda escolar, por meio do PNAE, entendam que deve ser realizada no final do ano letivo anterior ao início das entregas, para que os produtores possam organizar a produção e o cronograma de entregas possa ser cumprido em sua totalidade. Ainda foram focadas como problemas enfrentados pelos agricultores familiares as péssimas condições das estradas vicinais, o que dificulta o desempenho da produção e a entrega de produtos de qualidade, sendo que fatores como esses, aliados à falta de água, transporte e insumos dificultam o avanço do progresso e aumento da produtividade (SEBRAE, 2015).

4 O PROLOCAL E SEUS IMPACTOS NAS ÁREAS RURAIS DE IVINHEMA

4.1 Metodologia

A pesquisa realizada classifica-se como quali-quantitativa, pois além de mostrar a realidade vivenciada pelo objeto em estudo, mediu-se quantitativamente os impactos ocorridos diante o desenvolvimento das áreas rurais do município de Ivinhema a partir da implantação do Projeto Prolocal e da implementação da Lei Geral, nas localidades: Gleba Ouro Verde, Gleba Ubiratã, Gleba São Sebastião, Gleba Azul, Gleba Vitória e Gleba Piravevê.

A pesquisa qualitativa é organizada com informações descritivas dos resultados das ações. Nesse tipo de pesquisa a fonte direta de dados é o ambiente natural onde o pesquisador atua buscando as informações do processo e do produto do objeto investigado, analisando os dados de forma indutiva (GIL, 2010).

Considerando o problema do objeto de estudo e objetivos do trabalho, a metodologia empregada foi a pesquisa de campo, na análise das questões rurais e bibliográfica. Nos procedimentos da pesquisa foi usada a técnica da análise de dados definida como triangulação, a qual leva em conta as diversas variáveis dos dados coletados para se atingir o objetivo proposto. A técnica de Triangulação segundo Decrop (2004) se trata de um fenômeno que pode ser analisado a partir de várias fontes de dados. No caso desta pesquisa, o fenômeno é o desenvolvimento. Juntamente com as temáticas da responsabilidade social e empresarial e das ações comunitárias, as quais se transformaram em aspectos favoráveis para se analisar a própria questão do desenvolvimento local, e não a partir do crivo do crescimento econômico, por ter como foco toda a conjuntura social que importa ao desenvolvimento local.

Como meio de oferecer ao pesquisador um foco maior sobre o fenômeno em estudo, as informações podem vir de diferentes ângulos e podem ser usadas para corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa. O valor dessa técnica é o fato de ela limitar os vieses pessoais e metodológicos com a finalidade de aumentar a generalização de um estudo. A técnica da triangulação pode assumir variáveis distintas, mas ao mesmo tempo complementares, ainda que devam ser submetidas a algumas críticas de natureza epistemológica (DUARTE, 2009).

4.2 Identificação dos pesquisados

Com o objetivo de identificar os impactos que ocorreram diante do desenvolvimento das áreas rurais do município de Ivinhema a partir da implantação do Projeto Prolocal e da implementação da Lei Geral, os resultados desta pesquisa apresentam os dados coletados por meio de questionários e entrevistas aplicadas aos agricultores familiares das seguintes localidades: Glebas Ouro Verde, Gleba Ubiratã, Gleba São Sebastião, Gleba Azul, Gleba Vitória e Gleba Piravevê. As Glebas de colonização de Ivinhema têm como característica serem formadas por pequenos lotes, que têm pequenas diferenças de tamanho, sendo que várias propriedades foram sendo unidas por compra direta entre proprietários, algumas vezes por vizinhança.

A Figura 11 apresenta o mapa ideológico de todo o processo da pesquisa.

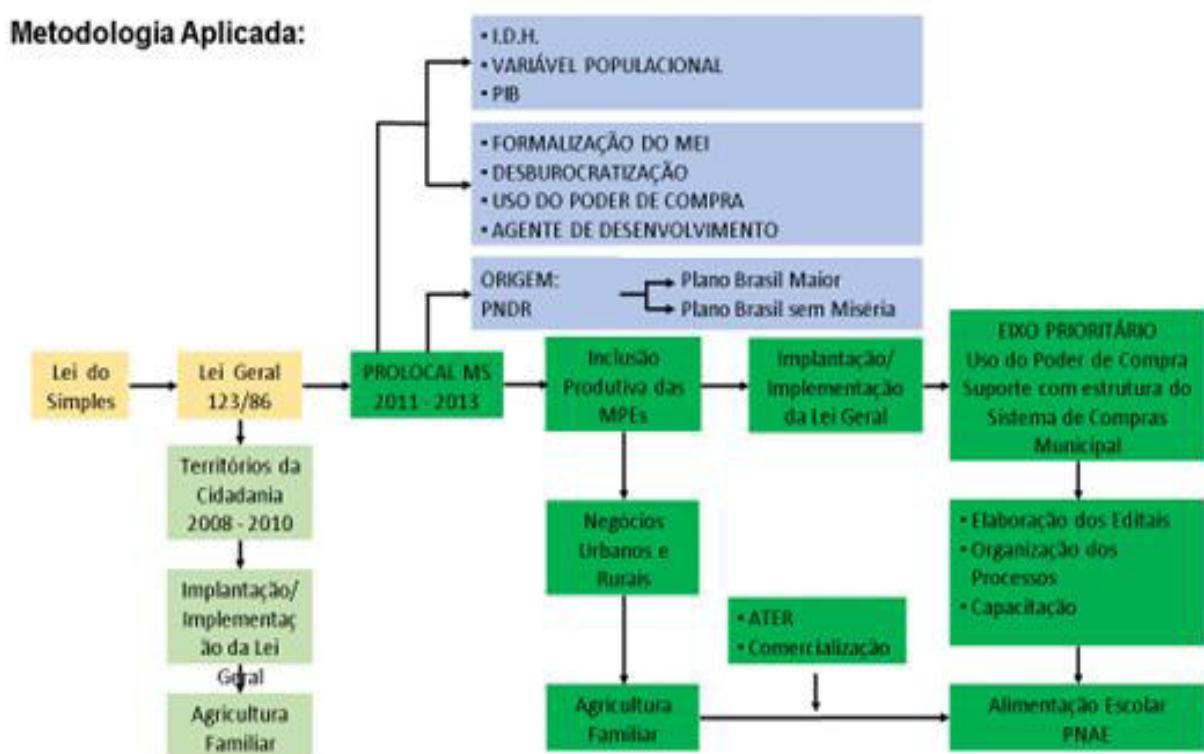
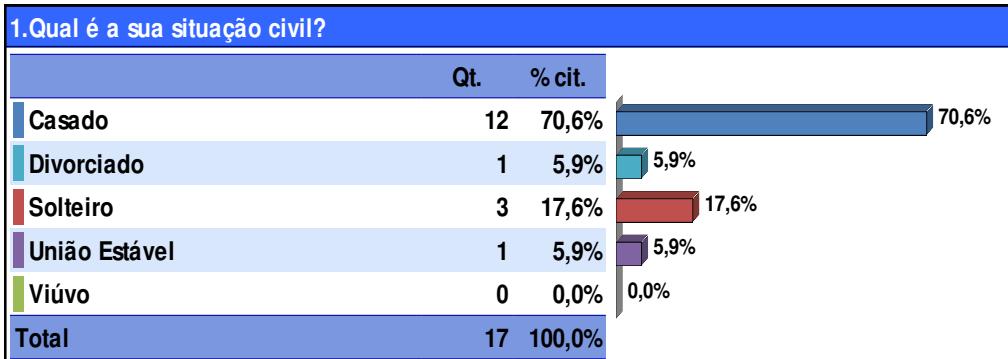


Figura 11- Fluxograma do processo da pesquisa
Fonte: elaborado pela autora

Passa-se em seguida à descrição dos gráficos referentes aos dados elencados no decorrer desse estudo e que oferecem as informações necessárias para a conclusão dessa pesquisa, a qual tem como objetivo identificar os impactos que ocorreram diante do desenvolvimento das áreas rurais do município de Ivinhema a partir da implantação do Projeto Prolocal e da implementação da Lei Geral

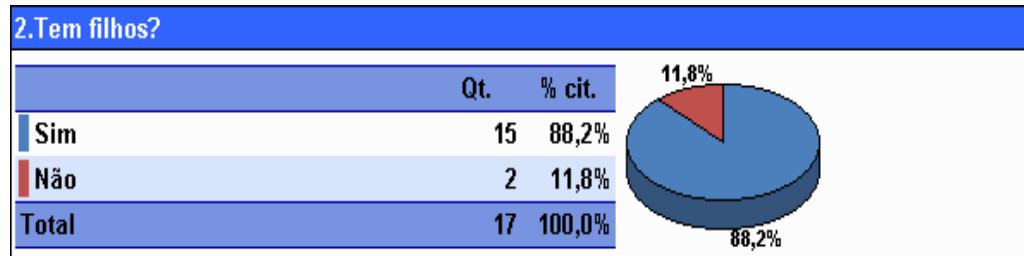
Gráfico 1 – Situação civil



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 1 mostra que a maioria (70,6%) dos pesquisados é casada, 17,6% responderam que são solteiros e 5,9% responderam respectivamente que são divorciados e em união estável. O estado civil da maioria dos entrevistados é predominantemente de casados, considerando os da união estável e os divorciados. Observa-se também que existem famílias que dependem do sustento que a produção da terra proporciona. A quantidade de solteiros (17,6%) demonstra que a atividade econômica ligada a agricultura de pequeno porte é uma escolha que também envolve a família e conta com o apoio de parentes de primeiro grau.

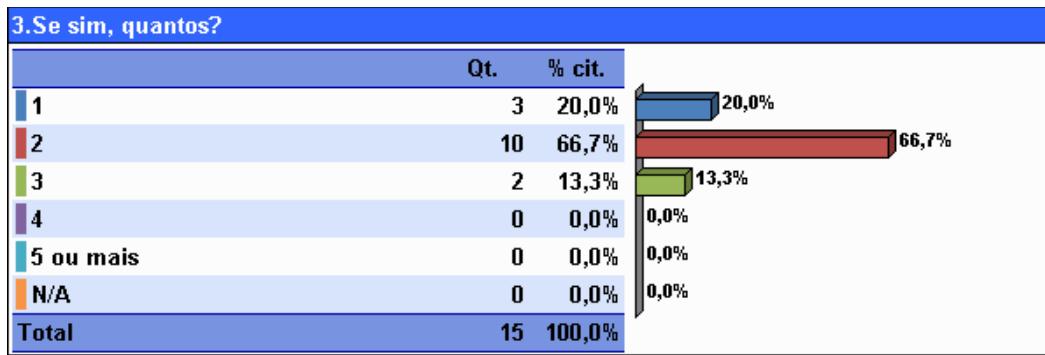
Gráfico 2 – Tem filhos



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 2 evidencia que a maioria (88,2%) dos pesquisados têm filhos, apenas 11,8% responderam que não têm filhos. Constatou-se que a maioria das famílias já é estabelecida com filhos. Para obter uma maior certeza da caracterização que os entrevistados pertencem a Agricultura Familiar, e, o peso da importância que esta atividade exerce na vida destas famílias, procurou-se identificar quantos proprietários rurais têm filhos.

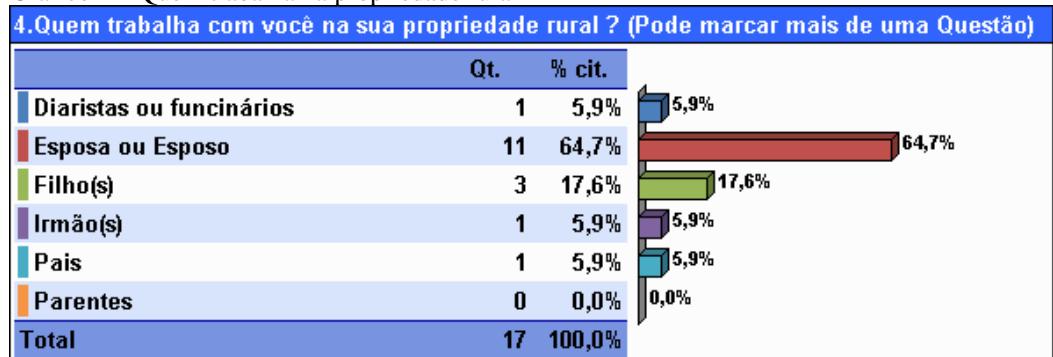
Gráfico 3 – Quantos filhos



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 3 especifica que dos 88,2% que responderam sim na questão anterior, 66,7% possuem 2 (dois) filhos, 20% responderam que possuem 1 filho e 13,3% disseram que possuem 3 filhos. Diante das respostas verifica-se que são famílias pequenas com poucos filhos. A maioria das famílias que têm filhos optou por ter apenas dois filhos, 66,7%, e se quando somados aos respondentes com apenas um filho chega-se a 86,7%. Este valor suscita a hipótese que existe certo controle de natalidade presente na área rural, ou uma consciência e responsabilidade em definir um tamanho de família, que os pais consigam manter com a produção da propriedade rural, ou ainda uma influência da tendência da definição do tamanho das famílias da sociedade urbana.

Gráfico 4 – Quem trabalha na propriedade rural

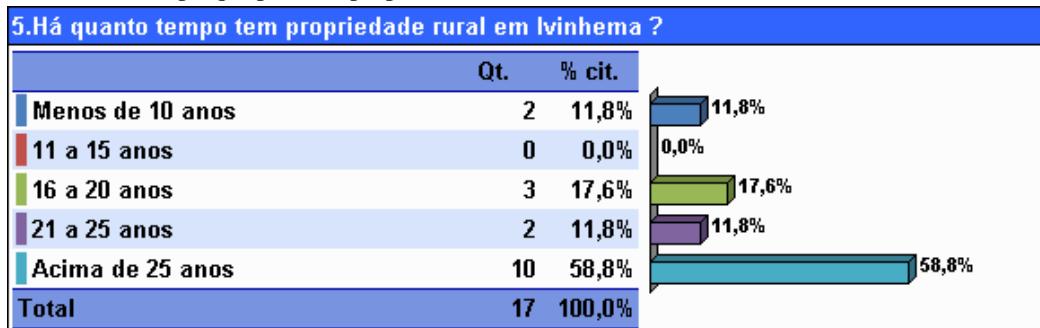


Fonte: Pesquisa

No Gráfico 4 verifica-se que 64,7% das propriedades utilizam da força da mão de obra do cônjuge, e, 17,6% têm também a ajuda dos filhos. As razões para que a presença dos filhos na produção da propriedade ser tão baixa, explica-se um pouco mais a frente quando os entrevistados foram perguntados quanto à origem das suas fontes de renda e a atratividade da atividade econômica. Outros tipos de mão de obra foram indicados por apenas 1% dos pesquisados.

4.3 Origem da propriedade e área

Gráfico 5 – Tempo que possui a propriedade em Ivinhema

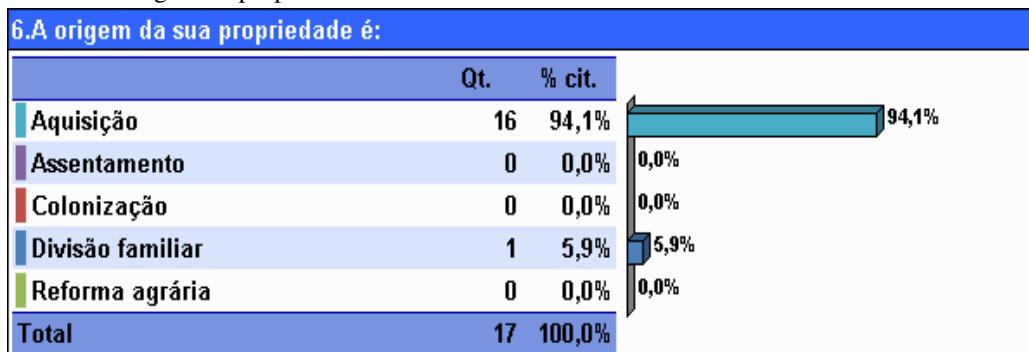


Fonte: Pesquisa

As questões 5 e 6 têm como objetivo identificar e caracterizar a forma como as propriedades foram adquiridas e a quanto tempo que esses produtores estão trabalhando em suas propriedades.

O Gráfico 5 mostra que a maioria (58,8%) dos proprietários está estabelecida na propriedade rural há mais de 25 anos, 17,6% responderam que possuem a propriedade entre 16 e 20 anos, 11,8% responderam que estão na propriedade entre 21 e 25 anos, e, 11,8% responderam que há menos de 10 anos.

Gráfico 6 -Origem da propriedade

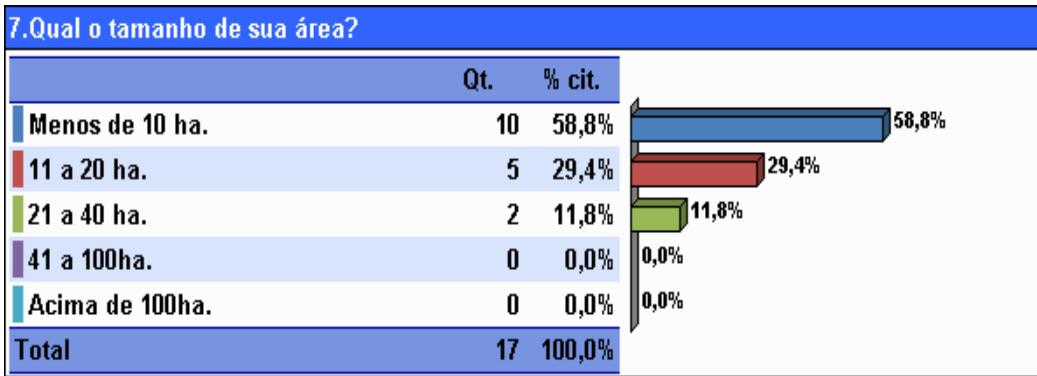


Fonte: Pesquisa

O Gráfico 6 mostra que a maioria (94,1%) adquiriu a propriedade por contrato de compra e venda, 5,9% disseram que a aquisição foi por partilha. As opções que destacavam se a aquisição tinha sido por assentamento, colonização e reforma agrária não foram mencionadas pelos pesquisados, o que mostra que a maioria das propriedades foi adquirida há mais de 20 anos, e, nenhum dos entrevistados está assentado por reforma agrária. Esta característica

demonstra que os entrevistados são proprietários por escolha, que pode ser por diversos motivos, mas com forte interesse em ser proprietário da terra.

Gráfico 7 – Tamanho da área



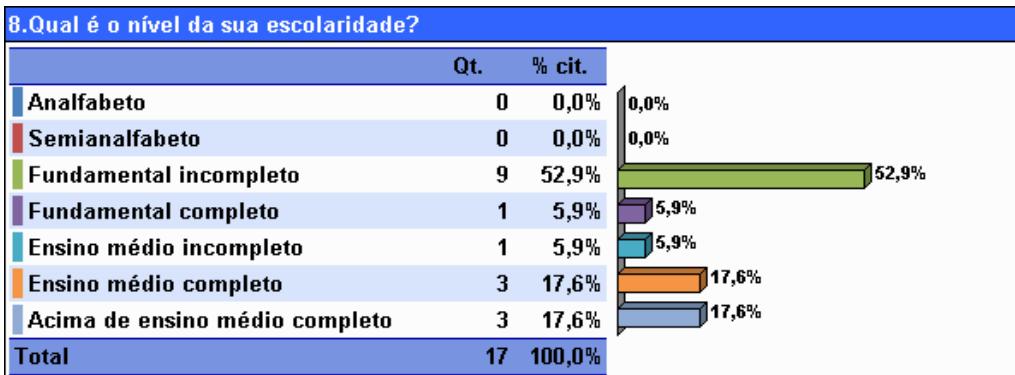
Fonte: Pesquisa

O Gráfico 7 mostra que a maioria (58,8%) tem propriedade com menos de 10 hectares, 29,4% responderam que suas propriedades possuem entre 11 e 20 hectares e 11,8% disseram que suas propriedades possuem entre 21 e 40 hectares.

Observa-se que maioria dos entrevistados tem propriedades com tamanho inferior a 10 hectares. Isto demonstra que as decisões do quê e como produzir, tem relevante importância, pois os resultados podem ser comprometidos por esta pouca disponibilidade de terra para produção. Ser pequeno neste caso pode representar verdadeiros desafios econômicos para uma família que vive da agricultura.

4.4 Escolaridade dos proprietários e fonte de renda

Gráfico 8 – Nível de escolaridade

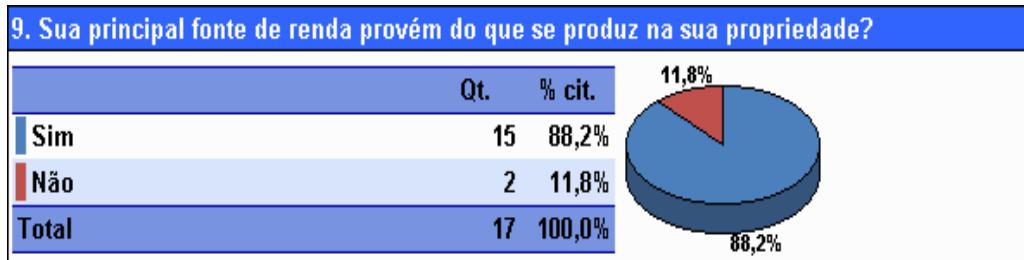


Fonte: Pesquisa

O Gráfico 8 demonstra que a maioria (52,9%) dos entrevistados possui o ensino fundamental incompleto, 17,6% responderam respectivamente ensino médio completo e acima

de ensino médio completo, 5,9% responderam respectivamente fundamental incompleto e completo. Sendo a escolaridade um fator de desenvolvimento humano, social e econômico, identificar no perfil dos entrevistados a escolaridade tem como objetivo relacioná-los com possíveis hipóteses de acesso a técnicas de produção, nível de aprendizagem e aplicação, mercados e comercialização, fontes de renda, entre outras possíveis questões. Os resultados obtidos nesta questão demonstram que a maioria dos respondentes tem nível de escolaridade Fundamental Incompleto, nenhum analfabeto ou semianalfabeto, mas existe destaque para a quantidade que está acima de nível médio completo, que são de 35,2%.

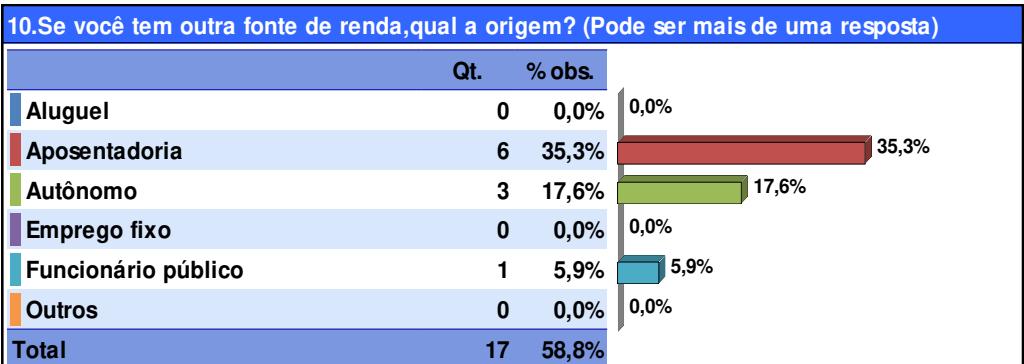
Gráfico 9 – Principal fonte de renda



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 9 identifica que a maioria (88,2%) dos respondentes tem como principal fonte de renda a produção própria na propriedade, apenas 11,8% não dependem totalmente dessa renda. Pode-se observar a importância e dependência que os entrevistados têm da renda auferida da produção de sua propriedade, em que 88,2% afirmam que sua principal fonte de renda provém da sua produção. Mas 11,8% afirmaram que sua principal fonte de renda está fora da propriedade.

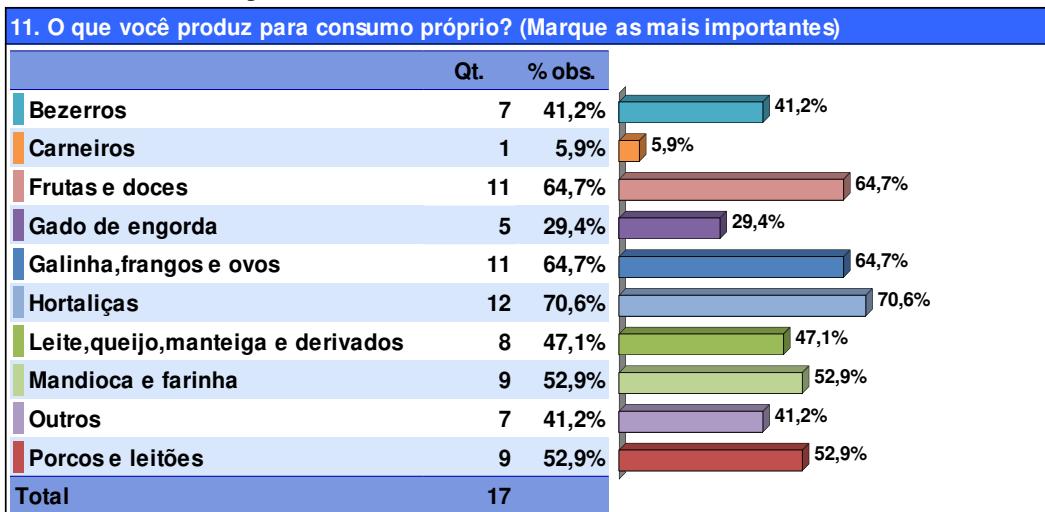
Gráfico 10 – Outras fontes de renda



Fonte: Pesquisa

Com o objetivo de melhorar o entendimento das fontes de renda desta população rural, e verificar se existe a busca de fontes alternativas de receita, a questão 10 procurou trazer luzes sobre o assunto. O Gráfico 10, equivalente à questão 10, identificou que 35,3% têm na aposentadoria o complemento de renda, 17,6% responderam atividades autônomas e 5,9% disseram que atuam como funcionário público, no caso 41,2% não possuem outra fonte de renda e dependem exclusivamente da produção da propriedade.

Gráfico 11 – Produção para consumo

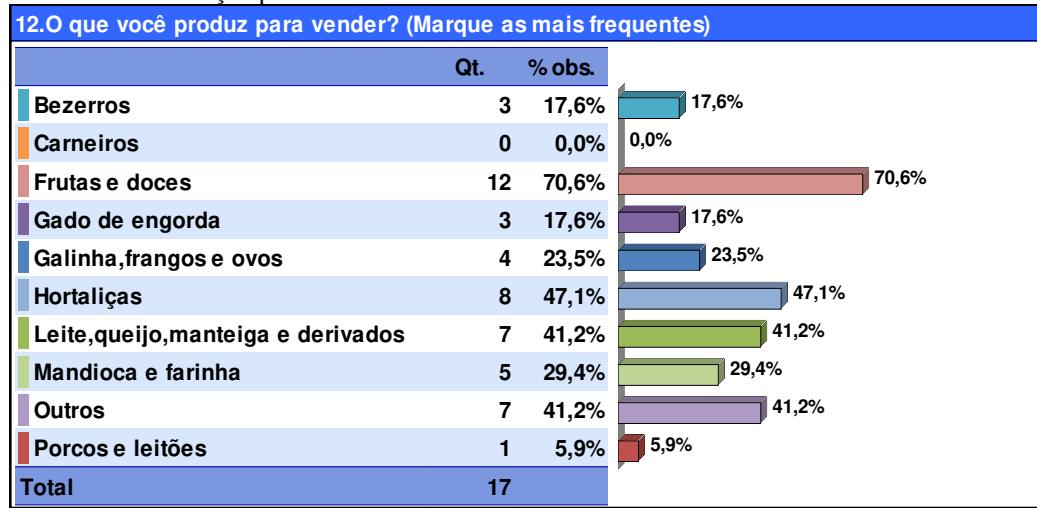


Fonte: Pesquisa

O resultado apresentado no Gráfico 11 mostra que as propriedades têm uma diversidade de produção para consumo próprio da família, observando-se que as hortaliças são produzidas por 70,6%; a segunda opção de maior produção são frutas e doces juntamente com galinha, frangos e ovos produzidos por com 64,7%; como terceira opção de produção estão a mandioca e farinha, porcos e leitões destacados como produção de 52,9%; a quarta opção foi de leite, queijo, manteiga e derivados que é produzido por 47,1%; outros produtos foram destacados por 41,2% dos pesquisados. Até mesmo quando se avaliam os demais produtos como alternativas de produção, fica evidente que as escolhas de produção estão ligadas diretamente às possibilidades e oportunidades que uma pequena área tem condições de oferecer para consumo e comercialização. Culturalmente a Agricultura Familiar produz para sua sobrevivência e manutenção e vende o excedente ou tem associado uma produção que explora comercialmente. Conforme a pesquisa estes produtos são a base de entrega ao PNAE, pode-se observar que os produtores aliam o consumo próprio com produtos que o mercado demanda, facilitando o trabalho da produção, pois sua mão de obra é escassa, já que a maioria das propriedades pesquisadas é mantida pela família.

Outro fato que merece destaque é que a atividade de pecuária pouco desenvolvida, possivelmente por necessitar de maiores espaços para pastagem e o tamanho das propriedades torna-se inviável.

Gráfico 12 – Produção para venda



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 12 mostra que o perfil da produção para comercialização é diferente, pois 70,6% disseram que produzem frutas e doces para venda como primeira opção, em segundo lugar estão as hortaliças respondido por 47,1%, como terceira opção estão o leite, queijo, manteiga e derivados, produção de 41,2% dos pesquisados. Os demais itens foram respondidos de forma pulverizada não permitindo caracterizar uma cadeia ou vocação produtiva

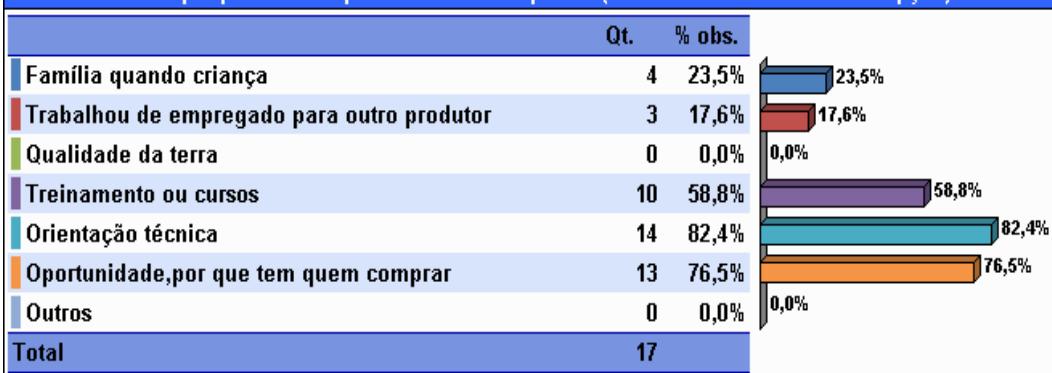


Fonte: Pesquisa

Outros itens que também são produzidos pelos agricultores enquadrados na Agricultura Familiar de Ivinhema, destaca-se a produção de pães que é uma atividade realizada por 36,4%, o plantio de café e urucum é cultivado por 18,2%, ainda açúcar, biscoitos e melado por 9,1% respectivamente.

Gráfico 13 – Quem influenciou a escolha da produção

13. A escolha do que produzir foi por influência de quem? (Pode marcar mais de uma opção)



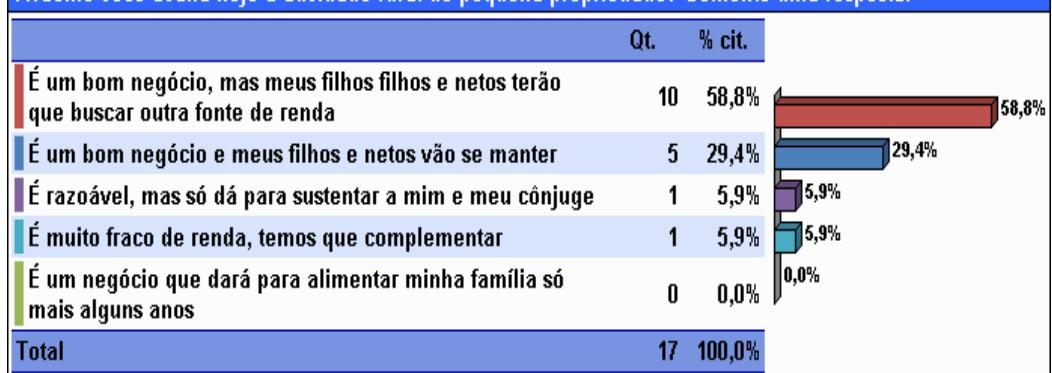
Fonte: Pesquisa

A decisão por quais produtos produzir também foi um dos objetivos que foram investigados, principalmente para checar a existência de uma tendência de influências na região. Nesse sentido o Gráfico 13 mostra que a maioria (82,4%) foi influenciada diante de orientação técnica, 76,5% iniciaram a produção após a identificação de consumidores para a produção, 58,8% responderam que foram influenciados por treinamentos e cursos realizados, 23,5% disseram que foram influenciados pela cultura familiar, 17,6% destacaram que seguiram a mesma produção de outros produtores com quem tiveram relação de emprego.

A maior influência do que produzir foi apontada pelos respondentes como sendo da Orientação Técnica recebida com 82,4%. Em segundo lugar recebeu destaque a Oportunidade por existir compradores com intenção de compra perfazendo 76,5% dos respondentes. Em terceiro lugar a participação em Treinamento ou cursos também influenciou. Aparentemente é o conjunto de diversos estímulos que influencia o produtor na hora de escolher o que produzir. Como os produtores contam com apoio da Agraer, Sebrae, Senar e outras instituições, observa-se neste gráfico a influência no planejamento de produção visando ao mercado local e compras públicas municipais.

Gráfico 14 – Avaliação da atividade rural de pequena propriedade

14. Como você avalia hoje a atividade rural de pequena propriedade? Somente uma resposta.

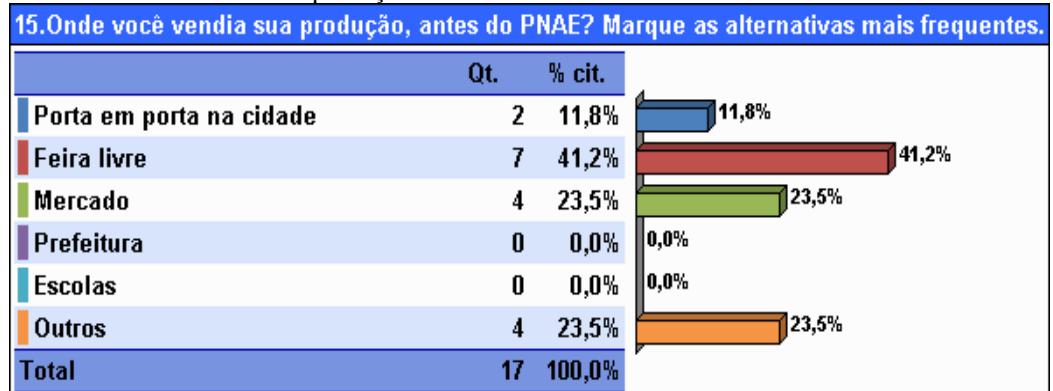


Fonte: Pesquisa

O Gráfico 14 apresenta a percepção do empreendedor rural sobre sua atividade. Quanto a ser um bom negócio, 58,8% consideram que sim, mas que seus filhos e netos terão que procurar outra atividade para sobreviver, ou seja, a atividade tem resultados insuficientes para manter todos no futuro; 29,2% entendem que no futuro seus filhos e netos poderão viver da renda da propriedade; somente 5,9% afirmaram que atividade rural é fraca e que se faz necessária uma complementação com outras rendas, advinda de trabalho fora da propriedade.

4.5 As trocas e o PNAE

Gráfico 15 – Onde vendia a produção antes do PNAE



Fonte: Pesquisa

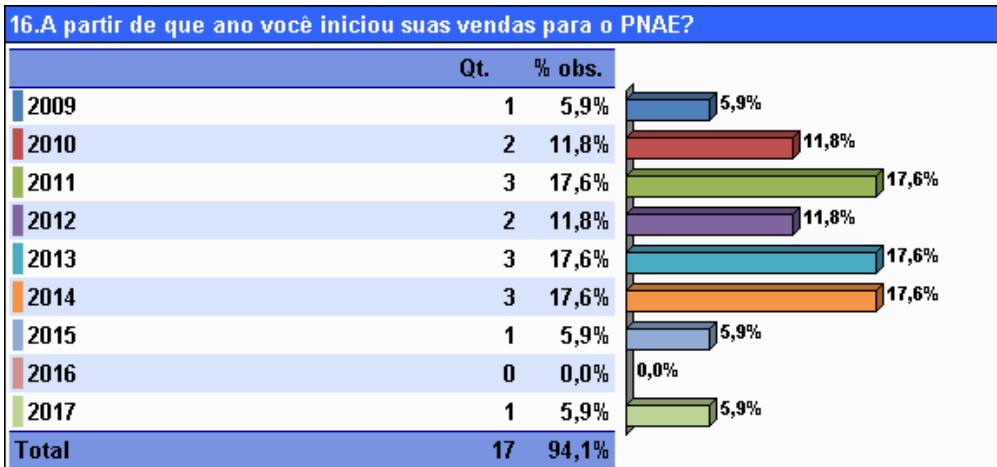
O Gráfico 15 mostra onde o produtor vendia seus produtos antes de atender o PNAE. Observa-se que o local mais escolhido pelos produtores era a Feira Livre, resposta de 41,2%; 23,5% responderam que vendiam direto aos mercados; 11,8% responderam que vendiam de porta em porta direto ao consumidor; ninguém respondeu que vendia para o PAA em prefeituras e escolas.

As vendas para a Prefeitura não ocorriam para este grupo de produtores antes do advento do PNAE. Não existia nenhuma política local que fomentasse a venda para o poder público municipal.

O PNAE foi concebido de acordo com seu histórico nos canais do Governo Federal, como um programa para fomentar a geração de renda para a Agricultura Familiar, ajudando estes produtores a assumirem um papel de protagonismo em suas vidas. O fornecimento de produtos para o PNAE é voluntário para os produtores, assim como para as Prefeituras, este programa facilita uma compra direta e com um mínimo de burocracia a preços no mínimo praticados pelo mercado ou um pouco acima dele.

O PNAE mostra-se como uma oportunidade para estes produtores, como um canal de escoamento da produção por meio de planejamento e produção orientada. Para os pequenos produtores é uma venda com entrega programada e converge com uma produção continuada.

Gráfico 16 – Ano que iniciou a venda para o PNAE

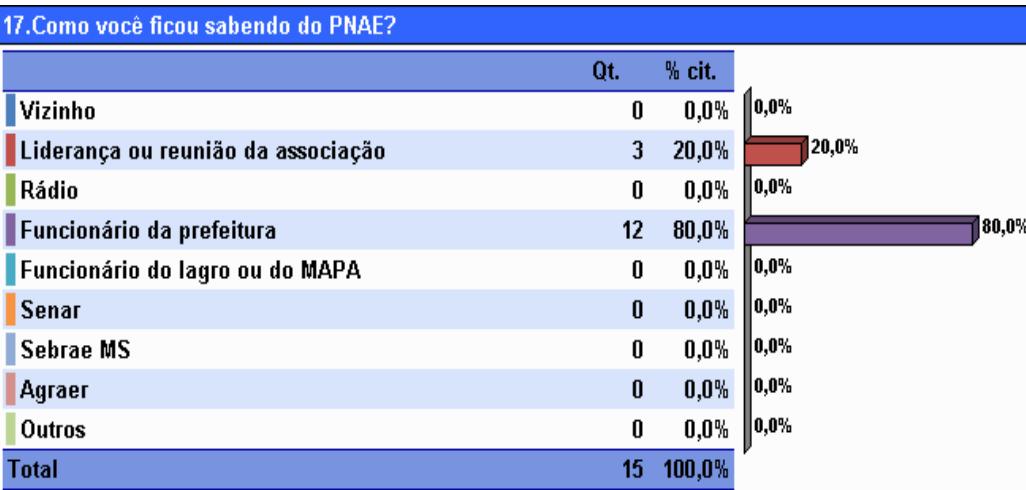


Fonte: Pesquisa

Observa-se que o fornecimento para a Prefeitura foi de forma gradativa, sendo que o Gráfico 16 mostra que durante o período de 2009 até 2017 houve várias inserções ao programa, praticamente cada produtor teve seu momento de iniciar suas entregas ao PNAE. Vale ressaltar que um dos entrevistados não fornece para o PNAE.

Observa-se que o período de maior expressão quanto à participação deu-se entre 2011 a 2014. Foi durante o período do Prolocal, quando houve participação do Sebrae/MS no processo junto à Prefeitura Municipal na estruturação dos processos de compras públicas e junto aos produtores no quesito produção e comercialização.

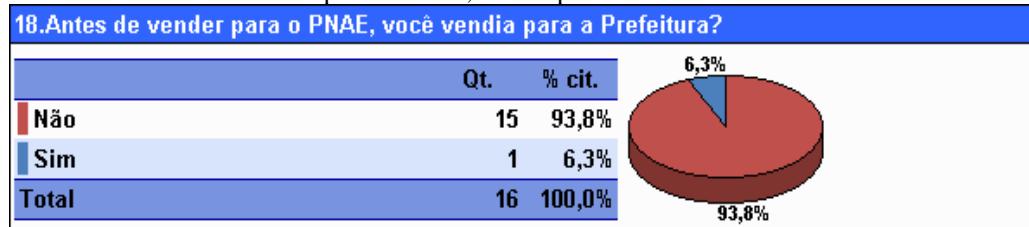
Gráfico 17 – Como soube do PNAE



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 17 mostra que a grande maioria dos respondentes (80%) ficou sabendo do PNAE por meio de divulgação da Prefeitura, foi o principal meio que influenciou o conhecimento e o interesse em participar do PNAE, em segundo lugar (20%) disseram que ficaram sabendo por meio das lideranças ou associações que divulgaram o programa.

Gráfico 18 – antes de vender para o PNAE, vendia para a Prefeitura



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 18 demonstra que 93,8% dos respondentes, antes de vender para o PNAE não vendiam para a prefeitura, apenas 6,3% disseram que sim. Este resultado demonstra que antes do PNAE havia uma atuação muito fraca da Prefeitura em fazer aquisições de produtos da Agricultura Familiar com recursos próprios.

4.6 O proprietário e a Prefeitura: a dimensão local

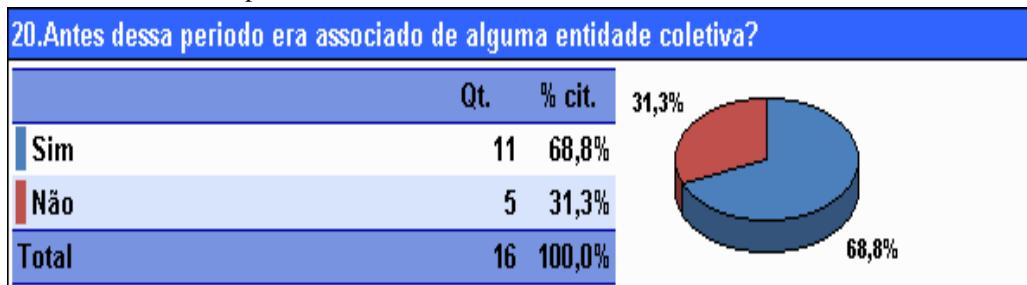
Gráfico 19 – Apoio dado pela Prefeitura para comercialização dos produtos



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 19 mostra que a Prefeitura nunca deu nenhum tipo de apoio para fortalecer a comercialização da produção da agricultura familiar.

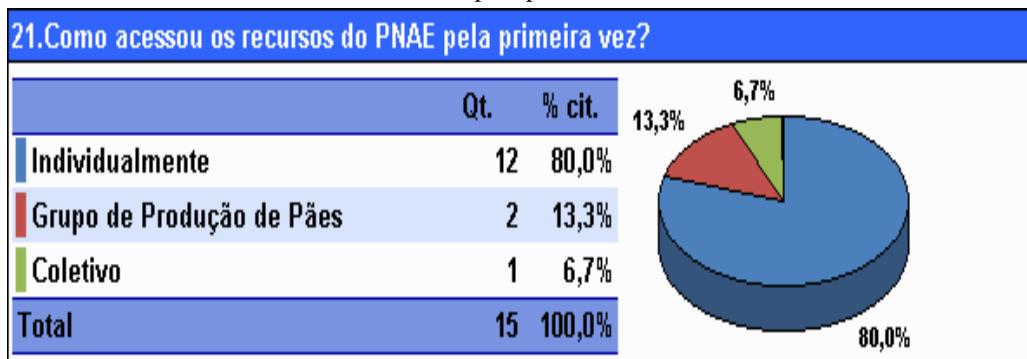
Gráfico 20 – Antes do período era associado a entidade coletiva



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 20 mostra que antes desse período 68,8% dos respondentes já participavam de entidades coletivas associativistas, 31,3% responderam que não, o interesse dessa questão foi identificar o perfil associativista dos entrevistados.

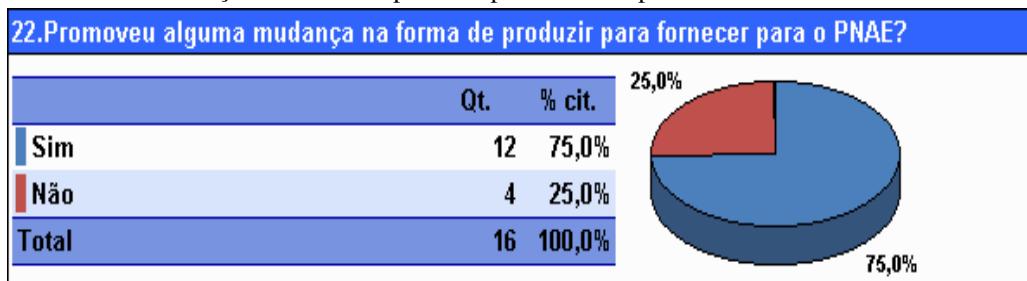
Gráfico 21 – Acesso aos recursos do PNAE pela primeira vez



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 21 demonstra que a forma como o respondente teve acesso os recursos do PNAE pela primeira vez, para 80% foi de forma individual, 13,3% por meio do grupo de produção de pães e 6,7% de forma coletiva. Verifica-se que a maioria afirmou que acessou os recursos do PNAE sozinho, sem a ajuda de nenhuma instituição ou associação, estas informações levam a conclusão que não houve influência ou incentivo direto da Prefeitura.

Gráfico 22 – Mudanças na forma de produzir para fornecer para o PNAE

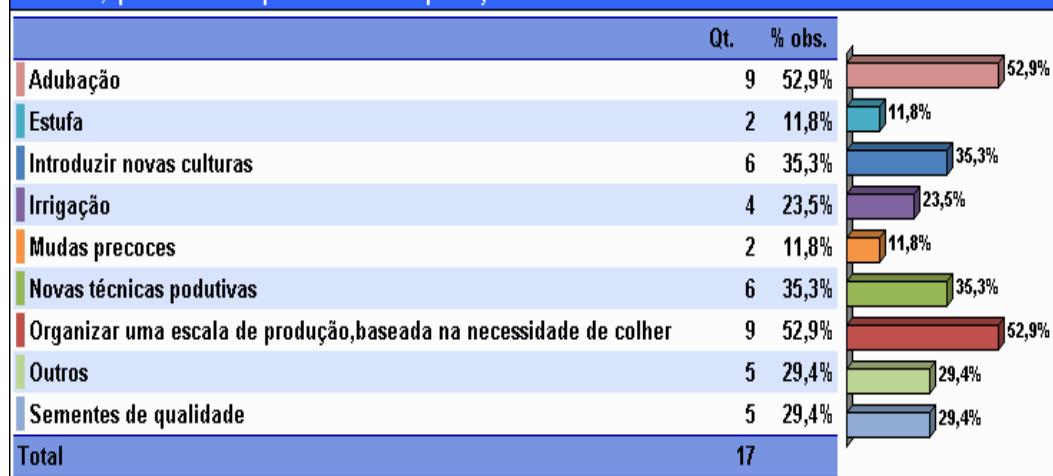


Fonte: Pesquisa

Ainda com o objetivo de medir os impactos do PNAE na vida dos agricultores familiares pesquisados, foi questionado se havia sido adotada alguma mudança na forma de produzir, ou seja, se o PNAE foi um motivador de transformador dentro da vida e das propriedades. O Gráfico 22 mostra que a maioria (75%) dos entrevistados respondeu que sim, 25% afirmaram que o PNAE não foi motivo para uma mudança na produção.

Gráfico 23 – Melhorias na produção

23. Se sim, quais melhorias promoveu na sua produção?



Fonte: Pesquisa

Após identificar o público que afirmou que houve mudança na forma de produzir, procurou-se identificar quais foram as principais implementações adotadas na produção. O Gráfico 23 mostra que as duas principais técnicas adotadas foram a Adubação e a Organização da Escala da Produção, em que 52,9% afirmaram ter introduzido na propriedade, em segundo lugar, 35,3% responderam que foi a introdução de novas culturas e novas técnicas produtivas.

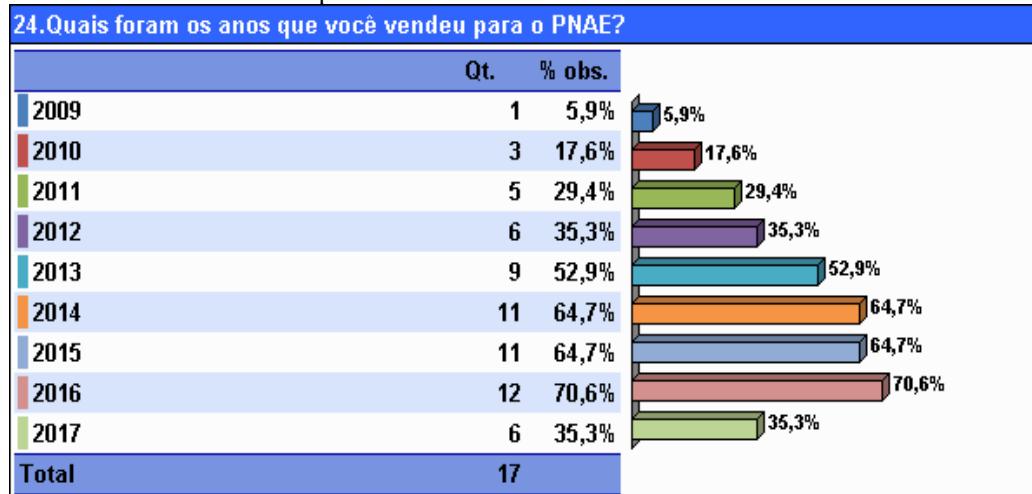
Outras Melhorias na Produção



Na questão sobre outras melhorias na produção, verifica-se que todas as informações do gráfico demonstram que estas técnicas introduzidas, promoveram mudanças significativas na produção das propriedades, ou seja, a maioria das propriedades tem um perfil antes e outro depois que começaram a atender o PNAE. É provável que as propriedades não tinham um perfil focado em produzir para atender uma demanda específica, que a comercialização era feita possivelmente do excedente do que se produzia para a subsistência.

A combinação de diversos fatores, como o aumento das compras do PNAE, feitas pela Prefeitura, a preparação das propriedades em atender as demandas, a produção disponibilizada para atender à demanda, contribuíram para que o aumento das quantidades adquiridas pelo PNAE crescesse de forma gradativa até 2016, apesar de que em 2017 o atendimento tenha caído pela metade em relação ao ano anterior, chegando ao patamar de 5 anos atrás.

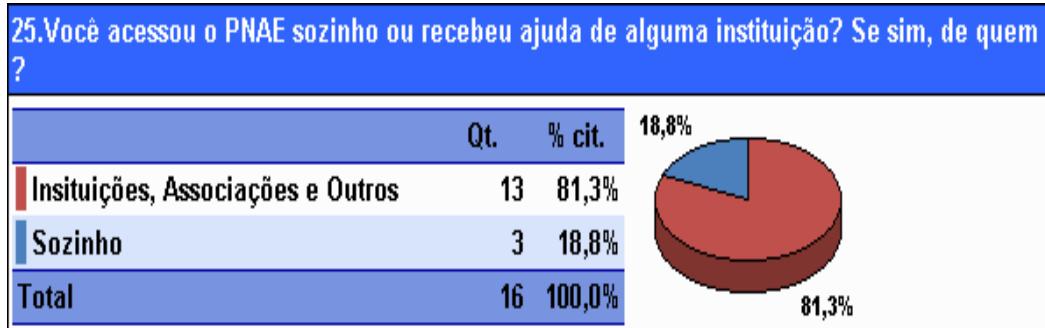
Gráfico 24 - Anos de venda para o PNAE



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 24, que espelha a questão dos anos que os agricultores venderam para o PNAE, verifica-se que 70,6% dos entrevistados responderam ser o ano de 2016, 64,7% responderam respectivamente 2014 e 2015; 52,9% responderam 2013, 35,3% responderam respectivamente 2012 e 2017, 29% disseram 2010 e 5,9% responderam 2009. Observa-se que a preparação das propriedades em atender as demandas contribuiu para que o aumento das quantidades adquiridas pelo PNAE crescesse de forma gradativa até 2016, apesar de que em 2017 o atendimento tenha caído pela metade em relação ao ano anterior, chegando ao patamar de 5 anos atrás.

Gráfico 25 – Acesso ao PNAE

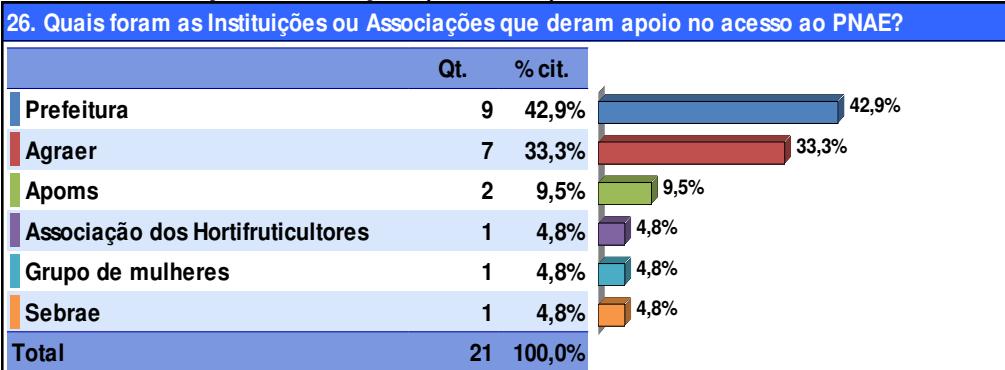


Fonte: Pesquisa

O Gráfico 25 mostra que 81,3% dos respondentes acessaram o PNAE por meio de ajuda de instituições e associações, apenas 18,8% acessaram sozinhos.

Nesta dimensão da pesquisa existe um cruzamento e uma verificação em relação à questão 21, na qual a maioria dos respondentes afirmou que seu acesso ao PNAE pela primeira vez se deu de forma individual. Mas na questão 25, ao ser perguntado se recebeu ajuda, 81,3% afirmaram que Instituições, Associações e Outros o ajudaram, ou seja, se para iniciar o atendimento pela primeira vez buscaram fazer sozinhos, depois houve a necessidade de se fazer com o assessoramento de terceiros.

Gráfico 26 -Instituições e Associações que deram apoio ao acesso ao PNAE



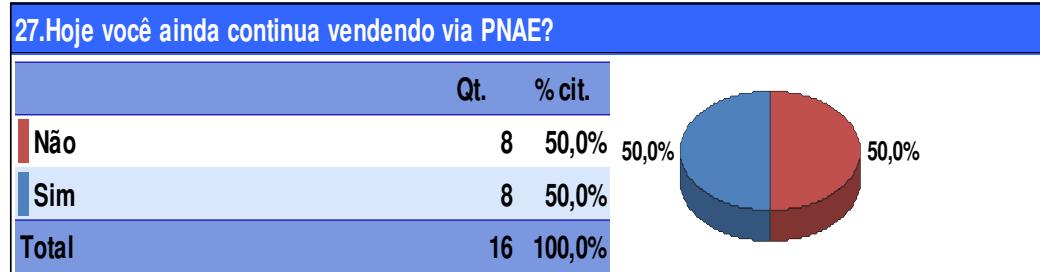
Fonte: Pesquisa

A importância das entidades que apoiam os agricultores familiares, no processo de atendimento ao PNAE, fica demonstrada na próxima questão, em que os respondentes terem alternativas, se manifestaram de forma voluntária. O Gráfico 26 mostra que o trabalho de apoio da Prefeitura é reconhecido por 42,9% do público, seguido pelo órgão estadual de Extensão

Rural a Agraer com 33,3%, os demais apoiadores que aparecem têm uma representatividade baixa.

A APOMS tem sua presença reconhecida por 9,5% dos agricultores. Destaca-se que sendo uma associação de apoio a quem trabalha com produtos de características orgânicas, eles tanto apoiam as propriedades associadas quanto a técnicas de cultivo, processamento e até na comercialização. É possível que alguns produtos que estão chegando às escolas sejam classificados como orgânicos, apesar de não estarem na chamada pública.

Gráfico 27 – Continua vendendo via PNAE



Fonte: Pesquisa

Esta pesquisa foi aplicada como forma de determinar quantos produtores continuam com adesão ao programa. Foi questionado se ainda estão vendendo ao PNAE. O Gráfico 27 identificou que 50% dos produtores continuam atendendo ao programa. Com base nesta resposta, suscitou-se outro questionamento, qual seja, porque os outros 50% não estão atendendo ao programa. Quando o interesse diminuiu ou outras oportunidades apareceram depois da reestruturação da propriedade, ou ainda, se a prefeitura diminuiu a compra, todas estas questões merecem ser investigadas em outra pesquisa.

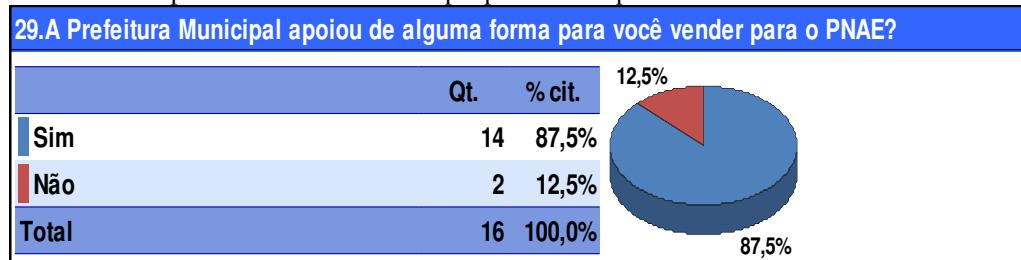
Gráfico 28 – Importância do PNAE para a renda



Fonte: Pesquisa

Para medir os impactos da venda para o PNAE, foi perguntado aos produtores se ao venderem para o programa foi importante para sua renda. O Gráfico 28 demonstra que 81,3% do público responderam que sim, ou seja, vender para o PNAE é importante para incrementar a renda da propriedade e consequentemente da família, sendo este um dos principais objetivos do programa.

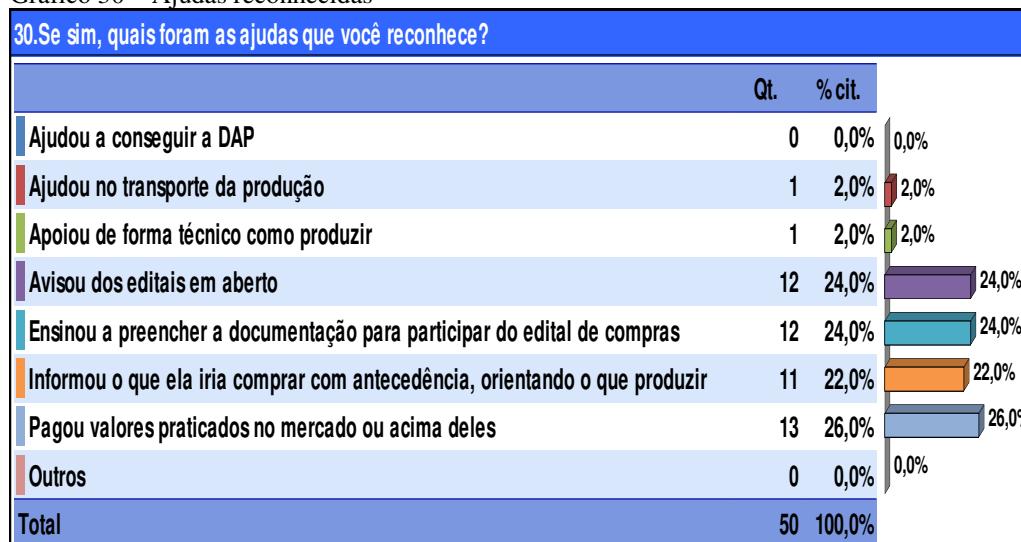
Gráfico 29 – Apoio da Prefeitura Municipal para vender par o PNAE



Fonte: Pesquisa

Uma vez que o produtor considera importante vender para o PNAE e garantir um acréscimo em sua renda, na sequência buscou-se identificar se este produtor reconhece os esforços da Prefeitura em apoiar os produtores rurais para que vendam para o o programa. O Gráfico 29 mostra que entre os produtores que vendem para o PNAE, 87,5% afirmaram que sim, a Prefeitura apoiou-os de alguma forma para que vendessem para o PNAE e, apenas 12,5% não reconhecem nenhum apoio da Prefeitura.

Gráfico 30 – Ajudas reconhecidas



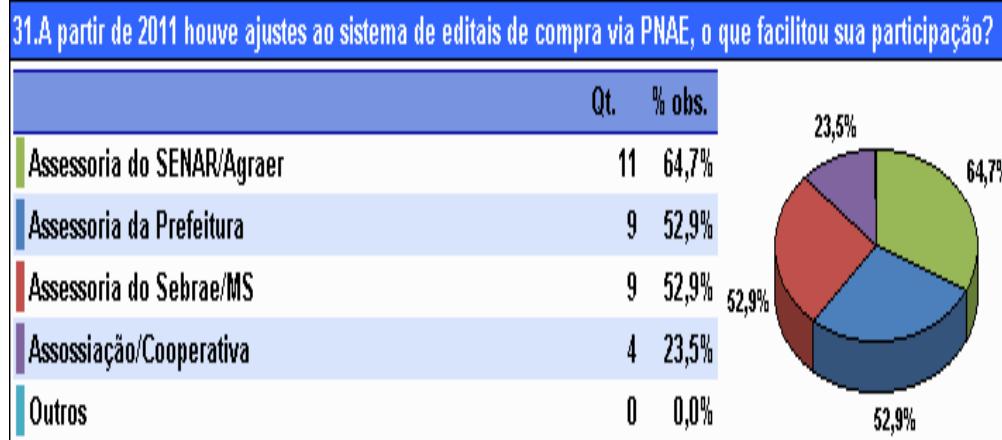
Fonte: Pesquisa

Gráfico 30 mostra o que os respondentes que reconheceram o apoio da Prefeitura, ao serem perguntados se foi solicitado que escolhessem em uma lista estruturada quais seriam as possíveis ajudas. A maioria, ou seja, 26% reconheceu que a Prefeitura pagou pelos produtos vendidos, preços praticados pelo mercado ou acima deles. Em segundo lugar com 24% de reconhecimento, disseram que a Prefeitura os avisou dos editais e que ensinou a preencher a documentação para os mesmos participarem dos editais, e em terceiro com 22% que a Prefeitura os informou com antecedência os produtos que iria comprar, o que fez que se organizassem na produção.

Reconhecimento de Outras Ajudas		
	Qt.	% cit.
Curso de Panificação	1	100,0%
Total	1	100,0%

Entre os produtos que a Prefeitura de Ivinhema compra da Agricultura Familiar e que constam da compra do PNAE, são pães e biscoitos caseiros, por isto um dos respondentes reconhece o apoio da Prefeitura em ofertar um Curso de Panificação.

Gráfico 31 – O que facilitou a participação nos editais de compra via PNAE a partir de 2011

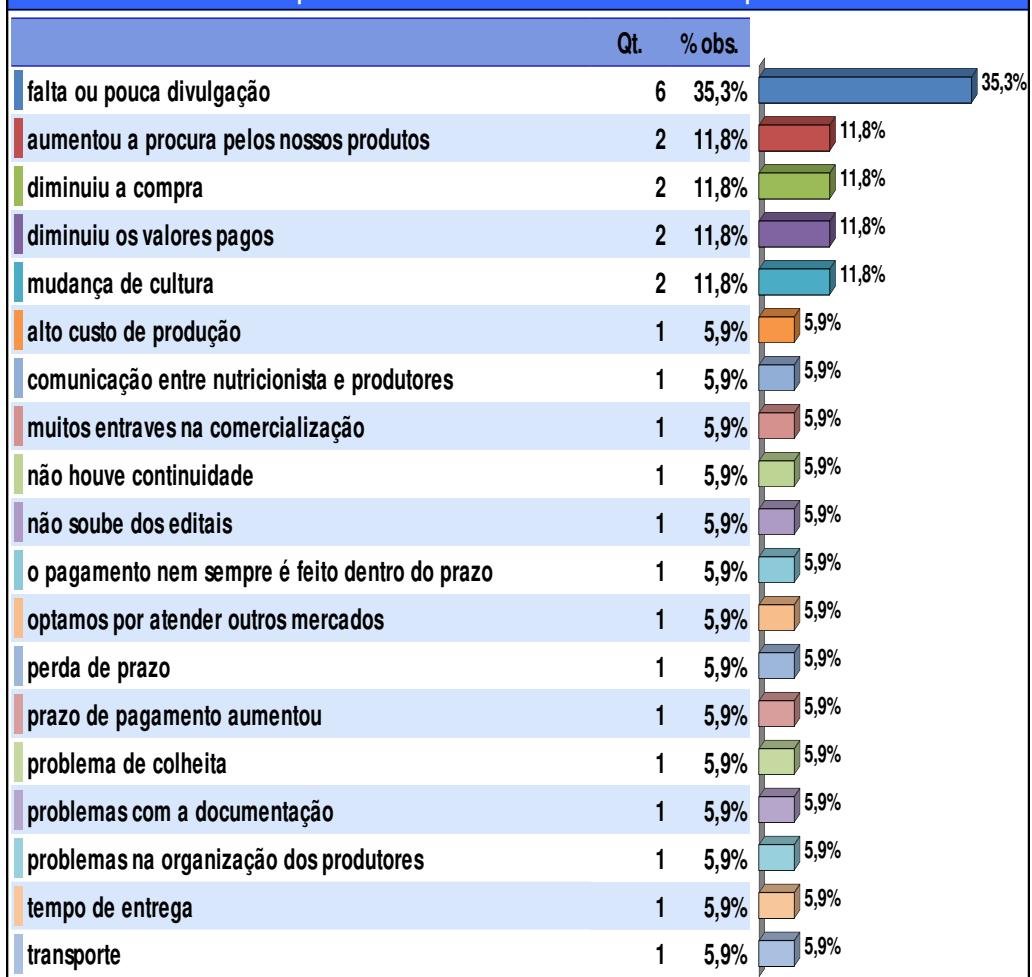


Fonte: Pesquisa

O Gráfico 31, apresenta as respostas do questionamento teve como objetivo identificar se o produtor reconhece que recebeu apoio e se o mesmo facilitou o atendimento ao PNAE. O apoio do Senar e da Agraer foram reconhecidos por 64,7%, tanto o Sebrae/MS quanto a Prefeitura tiveram seu apoio reconhecido por 52,9%, e o apoio das Associações/Cooperativas tiveram 23,5% de ajuda atribuído.

Gráfico 32 – Fatores que contribuem para baixa adesão aos últimos editais de compras de merenda escolar

32. Quais fatores contribuiram para a baixa adesão aos últimos editais de compra da merenda escolar?



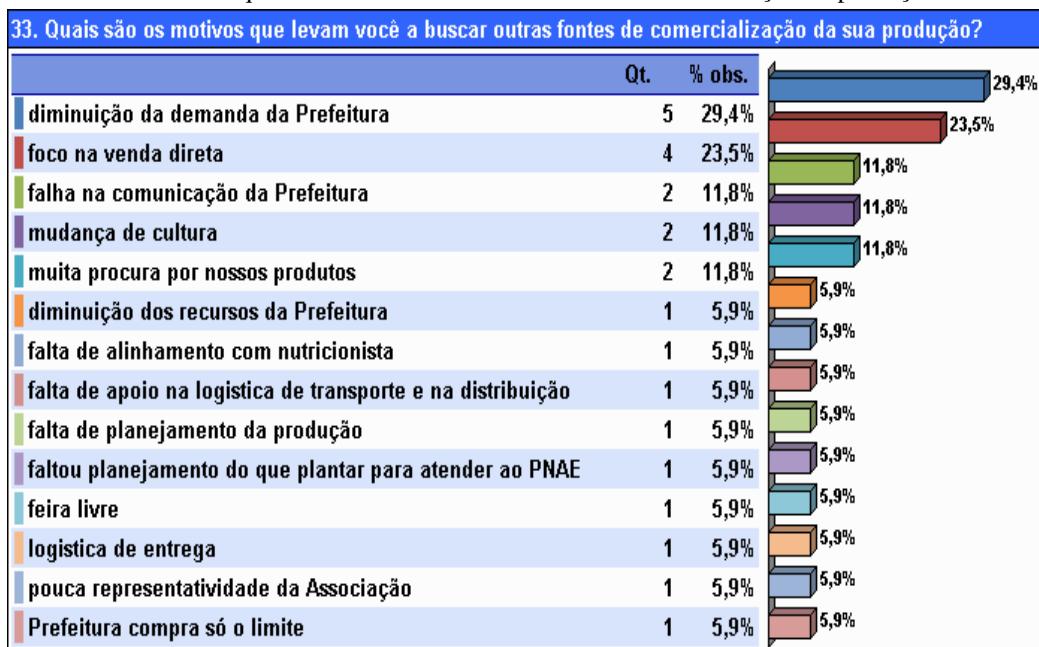
Fonte: Pesquisa

Apesar dos dados coletados no PNAE apontarem para um crescimento na liberação de recursos para Ivinhema deste 2009, o número de produtores que estão efetivamente vendendo para a Prefeitura caiu no último ano. Para identificar os motivos que levaram esta redução, aplicou-se a questão 32, utilizando a metodologia de pergunta aberta para identificar os fatores da baixa adesão ao programa.

O Gráfico 32 mostra que a falta ou a pouca divulgação dos editais de compra foram apontados como o principal fator com 35,3%, em segundo lugar houve uma distribuição destes fatores, com destaque para dois diretamente ligados à Prefeitura, a diminuição da compra e a diminuição dos valores pagos de acordo com a percepção dos respondentes. Outros dois fatores ligados diretamente às condições do produtor, que também interferiram foram a procura por seus produtos por consumidores diretos e a mudança das culturas, os dois com 11,8%. Os

demais motivos são diversos, alguns envolvem a Prefeitura, outras questões de mercado ou relacionados ao próprio produtor.

Gráfico 33 – Motivos que levam a buscar outras fontes de comercialização da produção

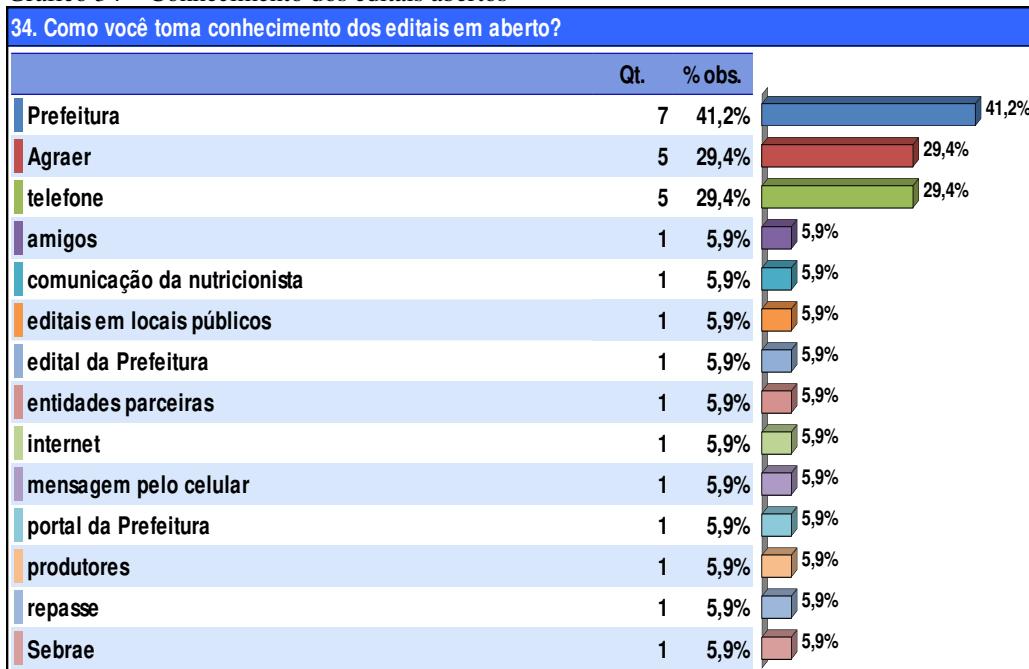


Fonte: Pesquisa

Desde que os produtores iniciaram o fornecimento para o PNAE, várias mudanças têm acontecido em suas propriedades, como foi identificado nas questões 13, 15, 20, 21, 22, 23, 25 e 28, inclusive o somatório delas demonstram um amadurecimento tanto de gestão quanto na produção. É natural que estes produtores estejam preparados para outras oportunidades. A próxima questão buscou identificar os motivos, a que este produtor atribui a busca de novas fontes de comercialização de sua produção, e foi permitido que cada respondente apresentasse mais de um motivo.

O Gráfico 33 destaca que o principal motivo apontado pelos entrevistados é uma diminuição da demanda da Prefeitura, com 29,4%, que somado a outros motivos como a falha de comunicação com a mesma, diminuição dos recursos para a compra, falta de alinhamento com a nutricionista, falta de apoio para a logística de entrega entre outros. Apontam que se num momento anterior a Prefeitura apoiou os produtores a se prepararem para fornecer para o PNAE, também os preparou para atender ao mercado.

Gráfico 34 – Conhecimento dos editais abertos



Fonte: Pesquisa

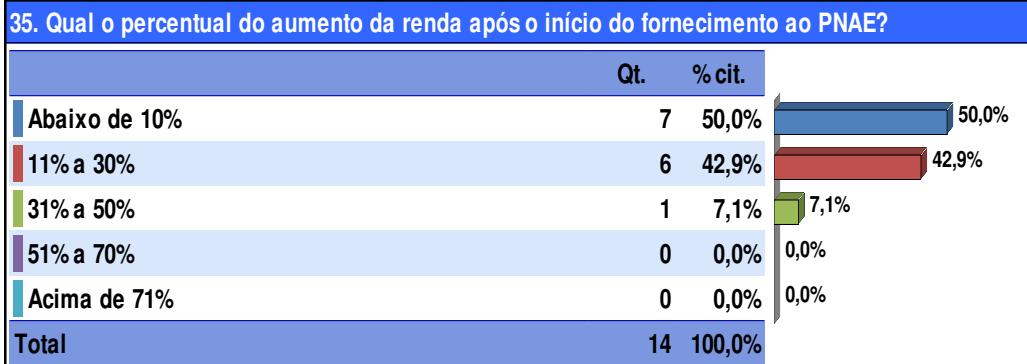
As oportunidades para novas vendas são apontadas com o foco na venda direta ao consumidor, mudança de cultura, o aumento da procura pelos produtos produzidos e a feira livre. A situação fica bem definida com a queda de compra de um lado e o aumento da demanda do outro.

Sabendo que a compra da Prefeitura utilizando recursos do PNAE, diretamente do produtor rural da Agricultura Familiar, começa com uma chamada pública e edital, foi elaborada uma questão para identificar o meio que tem maior ou menor eficiência, para levar ao conhecimento deste empreendedor a existência do edital.

Comentários prévios com os produtores antes de se elaborar esta pesquisa apontavam problemas relacionados com o conhecimento da existência dos editais de compra, ou seja, a comunicação se constituía um desafio que ainda se apresentava para o fortalecimento da adesão. Diante desta situação a questão 34 investigou os principais meios que se mostraram eficientes nesta comunicação.

O Gráfico 34 destaca que a Prefeitura é apontada como principal meio desta informação chegar até ao produtor, em segundo lugar a Agraer, o telefone também se mostrou eficiente para 29,4% do público, pois em grande parte da área rural há cobertura de celular. As demais citações levam ao entendimento de que realmente há um esforço de informar este público, pois é bem diversificado.

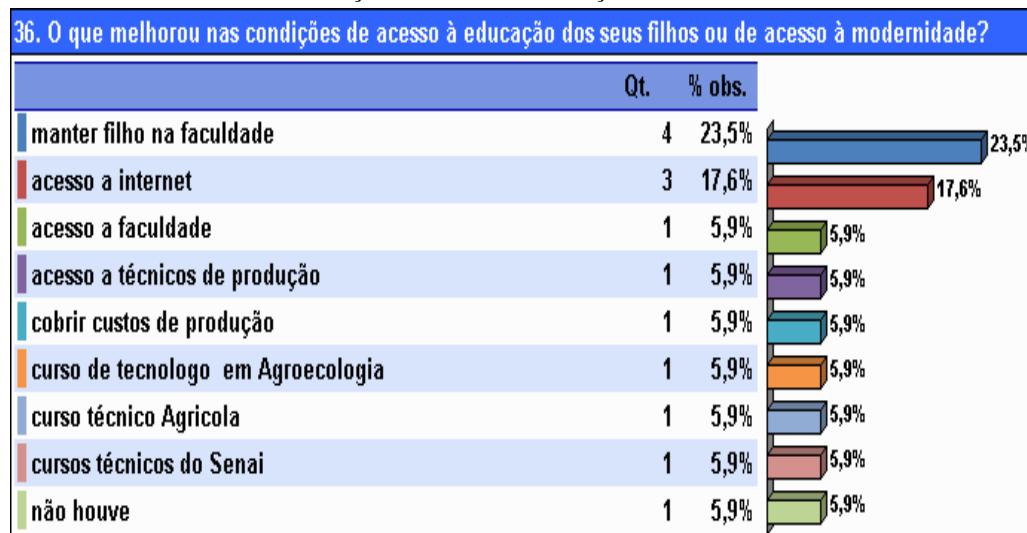
Gráfico 35 – Percentual de aumento da renda após o início do fornecimento ao PNAE



Fonte: Pesquisa

O Gráfico 35 destaca que do total de respondentes da pesquisa, que reconhecem um aumento da renda, 50% ficaram abaixo de 10% de incremento, 42,9% tiveram um aumento entre 11% a 30% e apenas um produtor reconheceu um incremento entre 31% a 50%. Conclui-se que este programa, no qual a Prefeitura está como gestor, tem um papel fundamental na melhoria da renda das famílias da Agricultura Familiar e, consequentemente, em todo a cadeia econômica do município.

Gráfico 36 – melhoras das condições de acesso à educação dos filhos e acesso à modernidade



Fonte: Pesquisa

A aplicação de uma pergunta sobre se houve melhoria na qualidade de vida deste público seria quase uma retórica, pois se há aumento de renda supõe-se que suas condições também melhoraram. Por isso, a questão 36 abordou o direcionamento de maior impacto atual e futuro

para a população pesquisada, medindo o impacto do acesso à educação e a incorporação de modernidade no seu dia a dia.

O Gráfico 36 mostra que para 23,5% o maior destaque foi conseguirem manter os filhos na faculdade, 17,6% disseram que foi ter acesso à internet, 5,9% responderam respetivamente ter acesso à faculdade, participar de cursos técnicos em Agroecologia, Agrícola e no Senai (não houve informação do nome do curso técnico). Outro aspecto interessante foi o acesso aos técnicos de produção (AGRAER) como modernidade, e 5,9% conseguiram cobrir os custos de produção com a melhoria das novas técnicas de produção.

Gráfico 37 – Apreensão sobre comercialização



Fonte: Pesquisa

Logo que começou a iniciativa de implantar o PNAE, em 2009, no município de Ivinhema, várias atividades aconteceram para fomentar o fornecimento ao programa, inclusive o acesso a conhecimentos que tanto fortaleciam a esta ação, como poderiam ser aplicados além

desta oportunidade, ou ainda, se o programa se encerrasse deveria ser deixado um legado de transformação. A comercialização é um destes conhecimentos ampliados que foram oferecidos, e para medir seu impacto, a próxima questão faz uma provocação quanto a este legado. Todos os produtores se manifestaram. O Gráfico 37 mostra que entre as respostas sobre o que aprendeu sobre comercialização, 12% responderam que os produtos devem ter mais qualidade para o mercado e o planejamento da produção; 6% afirmaram que é a boa aparência dos produtos; 4% responderam: a formação do preço de venda, frequência de visita e entrega, participar de treinamentos e ter resiliência; e 2% responderam com mais 25 observações diferentes que tiveram origem por meio da comercialização.

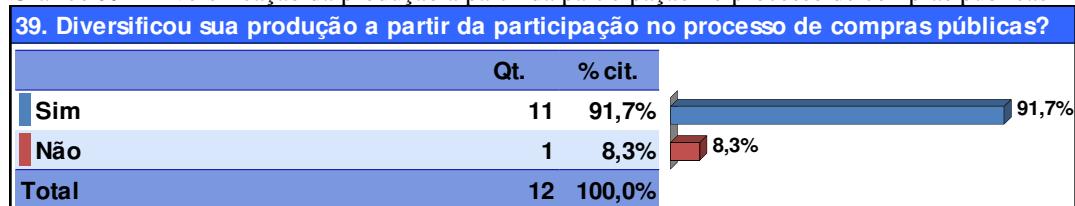
Gráfico 38 – Nova visão sobre a busca de oportunidades a serem exploradas para comercializar produtos



Fonte: Pesquisa

Para checar a apropriação do protagonismo do público-alvo da pesquisa, na questão 38 foi questionado se o produtor hoje tem uma visão de que existem oportunidades e que está com ele a responsabilidade de buscá-las para comercializar seus produtos. O Gráfico 38 mostra que a maioria (91,7%) afirmou que sim, 8,3% disseram que não.

Gráfico 39 - Diversificação da produção a partir da participação no processo de compras públicas



Fonte: Pesquisa

Completando as informações coletadas nas questões 13 (quem influenciou a escolha da produção) e a questão 22 (mudanças na forma de produzir), a questão 39 questionou sobre a diversificação da produção a partir da participação no processo de compras públicas. O Gráfico 39 destaca que 91,7% afirmaram que sim, ou seja, diversificaram sua produção para atender ao PNAE e 8,3% afirmaram que não houve mudança na cultura produzida.

Gráfico 40 – Inovação dos produtos, promovida por iniciativa própria



Fonte: Pesquisa

Finalizando o questionário, a pergunta de número 40, questionou sobre quais inovações foram implementadas por iniciativa própria. Durante a aplicação do questionário foi orientado para que o respondente refletisse no momento após participar do PNAE. Em primeiro lugar ficou a busca por novos clientes e novos mercados, com a venda em feira livre; em segundo lugar com a mesma importância está o consumidor comprando direto na roça, a diversificação de produtos, a implantação do turismo rural e a venda para mercado local. Todas as demais citações remetem ao comportamento e à atitude do empreendedor em fazer algo diferente do que fazia, mesmo que pareça simples atitude ou corriqueira para outros públicos. Implantação de uma nova feira no município, Feira da Rua na quarta feira, ajudou os produtores a obterem mais um canal de comercialização a partir dos resultados obtidos pelo movimento iniciado com as vendas direcionadas para o PNAE a partir da diminuição de fornecimento para o mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Ivinhema possui 11 Glebas, onde estão instaladas aproximadamente 1000 famílias que atuam no desenvolvimento da agricultura familiar, produzindo diferentes espécies hortifrutigranjeiros. Essas famílias são compostas com uma média de 5 pessoas, entre pais e filhos.

Os participantes da pesquisa são na maioria casados e com mais de 2 filhos, são proprietários das glebas em que residem e a principal mão de obra da família é o cônjuge. As propriedades possuem até 40 hectares e os proprietários estão instalados na localidade há mais de 25 anos. Constatou-se que a escolaridade dos pesquisados é limitada, pois a maioria tem apenas o nível educacional fundamental incompleto, utiliza o conhecimento empírico, experiências herdadas de seus ancestrais, vive da renda produzida na agricultura familiar.

Observou-se que antes da implantação do Prolocal, a produção que era comercializada junto às prefeituras para atender aos interesses do PNAE vinha do excedente do consumo das famílias dos agricultores. O desenvolvimento da agricultura antes do Prolocal era apenas focado nas experiências empíricas dos produtores. Com a implantação do Prolocal pelo Sebrae/MS organizando e aplicando o conhecimento técnico junto aos produtores da agricultura familiar os resultados apresentaram -se mais vantajosos e rentáveis.

Um dos fatos identificados após a implantação do Prolocal foi a potencialização das vendas para ao PNAE a partir de 2011, mantendo-se até 2014, e, a renda familiar foi estimulada. A partir das mudanças aconselhadas pelos consultores do Sebrae/MS, a produção foi melhorada para atender os editais da Prefeitura Municipal. Entre as principais melhorias ocorridas na produção, a partir dos aconselhamentos oferecidos pelos consultores do Sebrae/MS foram: adubação e organização da escala de produção, utilização de novas técnicas produtivas e introdução de novas culturas, sementes de qualidade, sistema de irrigação, mudas precoces e estufas que passaram a ser usadas.

Na entrevista feita com os agricultores familiares durante esta pesquisa os mesmos destacaram que as orientações recebidas dos consultores do Sebrae/MS foram fundamentais para potencializar o processo de venda da produção ao PNAE, processo esse que alavancou a qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias. A maioria das famílias está tendo condições de oferecer melhores condições aos filhos, tais como a oportunidade de prosseguirem os estudos e cursar uma faculdade. Um resultado de grande valia que ocorreu entre os

agricultores das glebas pesquisadas foi o acesso à internet, potencializando a comunicação e informação em tempo real.

Constatou-se, também que as orientações oferecidas pelo Sebrae/MS fizeram com que os agricultores produzissem mais, com melhor qualidade e menor custo. A comercialização ficou mais eficiente, seguindo os conhecimentos adquiridos no Prolocal implantaram logística estratégica para atender o cliente em tempo hábil.

A inovação nas formas de comercialização agregou valor aos produtos, a articulação de compra e venda coletiva deu oportunidade de novos mercados, fortalecendo as expectativas de fornecimento continuo. A integração com outros produtores ofereceu oportunidade de conviver com a concorrência, padronização de produtos e socialização das informações.

Os consultores do Sebrae/MS, fazendo uma análise geral do processo relacional entre a agricultura familiar e a Prefeitura, no que diz respeito a comercialização dos produtos para atender ao PNAE, percebeu-se que era necessário implantar melhorias estratégicas na questão organizacional dos editais da Prefeitura de Ivinhema, uma vez que os mesmos normalmente ocorriam em meados do ano, dificultando aos produtores o processo de planejamento e atendimento a demanda da Prefeitura. Observou-se nos documentos analisados que os editais, quase que na integralidade, ocorriam quando as aulas já tinham iniciadas, não respeitando princípios básicos de planejamento, necessitando de um ajuste no calendário entre as pastas envolvidas, que são Educação (demandante), Administração (área meio, licitação) e Agricultura (que polariza o *pool* de produtores).

Os consultores do Sebrae/MS organizaram palestras e debates juntos aos agentes envolvidos no processo de comercialização, com o intuito de fortalecer o projeto de desenvolvimento e acompanhamento dos resultados da compra pela Prefeitura junto à Agricultura Familiar, mostrando a importância da melhoria nos planejamentos licitatórios e mudanças de equipes internas da Secretaria da Educação para atender esses editais.

O Sebrae/MS além das orientação e informações, contribuiu no processo adequando os modelos de editais, fazendo o acompanhamento e fortalecimento dos grupos envolvidos, formando assim, o poder de compras. E, foi a partir dessa contribuição do Sebrae/MS com a implantação do Prolocal que o município de Ivinhema se destacou como o primeiro município de Mato Grosso do Sul a lançar um edital exclusivo para Microempresas, fortalecendo as prerrogativas da Lei Geral e garantindo maior competitividade ao pequeno negócio. Esse processo foi continuado garantindo assim um grande ganho aos envolvidos no Prolocal. O

Sebrae/MS, por meio das consultorias, junto a Prefeitura de Ivinhema, contribuiu com treinamento da equipe de licitação, assim como capacitação em compras.

O plano anual de compras orientado pelos consultores do Sebrae/MS foi um grande ganho, garantindo que a Sala do Empreendedor obtivesse o planejamento das principais aquisições anuais, para poder divulgar as empresas locais, ampliando a participação das empresas e fortalecendo a possibilidade de o aumento de ganho pelo uso do poder de compra da Prefeitura ficar na produção rural.

O Sebrae/MS, ainda contribuiu no processo das ações de Mapa de Oportunidades, atualização adequação às normas da Lei Geral, melhoria e criação de leis de incentivos, implementação dos atores de desenvolvimento (agente de desenvolvimento e atendente da sala do empreendedor), desburocratização, ampliação dos serviços da Sala do Empreendedor, treinamentos, consultorias e ações estratégicas que convergiram para uma fortalecimento do setor produtivo e da própria gestão pública, alavancando o Desenvolvimento Local.

Como situado pelos agricultores, a partir da melhoria de suas produções na agricultura familiar, estão conseguindo diversificar a sua área de comercialização, que antes era voltada para as vendas para a Prefeitura de Ivinhema, agora já conseguem colocar seus produtos em outros nichos comerciais, ou seja, o PNAE, foi de fundamental importância para a sua alavancada, mas atualmente, mesmo com a diminuição das compras por parte da Prefeitura de Ivinhema, estão em continuo processo de ampliação de suas produções e consequentes vendas.

Com a venda direta ao consumidor, como também diante da mudança de cultura, resultando na obtenção de novos consumidores para os seus produtos, com o aumento da procura pelos produtos produzidos e a sua comercialização na feira livre, ou seja, mesmo com a queda de compra por parte da Prefeitura, obteve-se um significativo aumento da demanda do setor privado/consumidores.

Indicando a importância do processo de intervenção promovido pelo Sebrae-MS, em oportunizar por meio dos programas promovidos pela Lei Geral, em que se transformou em um instrumento facilitador de inclusão produtiva dos pequenos negócios local, desse modo, contribuindo para regularização e ampliação das vantagens competitivas na localidade para esses pequenos agricultores, e ampliando as possibilidades de fixação das famílias no local, e evitar-se a evasão como sempre foi comum no interior do país por décadas.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Normas técnicas**. Disponível em <<http://www.abnt.or./normalizacao/o-que-e/niveis-de-normalizacao>> Acesso em 17 dez. 2017.

AMARILHA, Sandra. **Prolocal**: inclusão produtiva dos pequenos negócios como política de desenvolvimento territorial em municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul. Dissertação Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2014.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório)**. Paidéia r. Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas Sociais e da Saúde, Universidade Fumec. Belo Horizonte, Ano 9, n. 12, p. 13-49 jan./jun. 2012

BARQUERO, Antonio Vazquez. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.221-241,1995.

BARQUERO, Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação da Economia e Estatística, 2001. 280 ps.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRASIL. **Agronegócio**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/setores-da-economia/agronegocio>> Acesso em set. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/PNAE/PNAE-eixos-de-atuacao/PNAE-agricultura-familiar>> Acesso em nov. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Agricultura familiar: estatística**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=agricultura%20familiar&searchphrase=all>> Acesso em set. 2017.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. Portal Brasil. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em nov. 2017-a.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar: conheça o plano safra da agricultura familiar 2017/2020**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>> Acesso em nov. 2017-b.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Assessoria de gestão estratégica**. Brasil projeções do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. Brasília, Abril de 2012.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Perfil territorial**: vale do Ivinhema/MS. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_127_Vale%20do%20Ivinhema%20-%20MS.pdf> Acesso em abr. 2018.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio 2016/2017 a 2026/2027**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projcoes-do-agronegocio/projcoes-do-agronegocio-2017-a-2027-versao-preliminar-25-07-17.pdf>> Acesso em abr. 2018.

_____. **Pesquisa científica e novas tecnologias revolucionaram a agricultura brasileira**. Publicação em 12 de setembro de 2016. Disponível em <http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset_publisher/epbV0pr6eIS0/content/pesquisa-cientifica-e-novas-tecnologias-revolucionaram-a-agricultura-brasileira> Acesso em julho de 2017.

BURANELLO, Renato. Um moderno conceito de agronegócio. **Reportagem do Estadão em 12 de maio de 2016**. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/um-moderno-conceito-de-agronegocio/>> Acesso em set. 2017.

CANUTO, Otaviano. **O que vem freando o Brasil?** Valor Econômico, São Paulo, 2011.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio Brasil. **Boletim CEPEA do Agronegócio**, Piracicaba, v. 1, n.3, 2017. Disponível em <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_JULHO_CEPEA\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_JULHO_CEPEA(1).pdf)> Acesso em set. 2017.

COSTA, Daiane et al. Agronegócio deve crescer 2% e responder por metade da expansão do PIB este ano: estimativa de safra recorde de grãos impulsiona desempenho do setor. **Jornal O Globo**. Publicação 4 de janeiro de 2014. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/agronegocio-deve-crescer-2-responder-por-metade-da-expansao-do-PIB-este-ano-20725521>> Acesso em out. 2017.

CRUZ, Kelma. VALENTE; Ana Lucia E. F. **Produção familiar, agronegócio e desenvolvimento local sustentável em área remanescente de quilombo um estudo de caso na comunidade Kalunga**. In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural, 42. 2004, Cuiabá. *Anais*, Cuiabá, MT, p. 487-487, 2004.

DECROP, Alain. **Qualitative Research Practice. A guide for social science students and researchers. Rechercher et Applications en Marketing**, v. 19, p. 126-127, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.

DUARTE, Teresa. **A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. Cies e-working paper. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. 2009.

Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf. Acesso em: 17 mai. 2018.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

ESCALANTE, Vanda. **Governo e Sebrae lançam projeto para estimular o desenvolvimento**. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/politica/governo-e-sebrae-lancam-projeto-para-estimular-o-desenvolvimento>> Acesso em 17 dez. 2017.

FARIA, Vidal Pedroso de. O que é tecnologia na pecuária de Leite. **Revista Balde Branco**, São Paulo, ano XL, n. 480 A, p. 64-65, nov/2004.

FRANCO, Augusto. **Desenvolvimento, capital social & democracia**. Palestra proferida em 2007. Disponível em <<https://redes.org.br/augusto-de-franco/>> Acesso em: 28 maio 2017.

FREITAS, Eduardo de. **Agropecuária do Centro-Oeste**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/agropecuaria-centrooeste.htm>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

FREITAS, Janierk Pereira; PATRÍCIO, Maria da Conceição Marcelino; VASCONCELOS, Rejane de Fátima V.; SILVA, Virginia Mirtes de Alcântara; SANTOS, Edilene Dias; FREITAS, Francisco Eduardo. **Produção agroecológica integrada e sustentável – pais: experiência vivenciada por alunos da escola municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves Campina Grande/PB**. Polêmica, v. 12, n.2, p.1-6, 2013.

FÜLBER, Vanice Marli. **Tipificação e diagnóstico dos sistemas de produção de leite da agricultura familiar no município de Marechal Cândido Rondon**. Monografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2003.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 43-50, jun. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, Allison Fernandes; SANTOS, João Antônio Manuel; SILVA, Marcelo Teófilo; LIMA JUNIOR, Nelson; RAMOS, Paulo César. **História de Ivinhema**. Disponível em <<http://www.historiadeivinhema.com.br/home/index.php/historia>> Acesso em fevereiro de 2018.

GRISA, Catia. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; SILVEIRA, Fernando Geiger; ICHIHARA, Silvio M.; DINIZ, Bernandro Campolina; MOREIRA, Guilherme R. C. **O agronegócio Familiar no Brasil e nos seus Estados:** a contribuição a Agricultura Familiar para a Riqueza Nacional. Publicado em 2016. Disponível em <<http://principo.org/o-agronegocio-familiar-no-brasil-e-nos-seus-estados-a-contribui.html>> Acesso em out. 2017.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira DE Ciências Sociais**, v.25, n. 74, p.159-196, 2010.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Escritório Brasil. Agronegócio e comércio.** Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Paginas/Tema.aspx?Destaque=1&Tema=Agroneg%C3%BCcio%20e%20Com%C3%A9rcio>> Acesso em set. 2017.

ILPES/CEPAL. Manual de Desenvolvimento local dos municípios. Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).1998.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4225>. Acessado em: set. 2017.

IVINHEMA. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ivinhema>> Acesso em 27 maio de 2017.

IZERROUGENE, Bouzid. A relação capital-trabalho na economia do conhecimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 687-705, Dez. 2010.

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa; ACOSTA, Luiz Eduardo. Indicadores de Bem-estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade ribeirinha na fronteira da Amazônia brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 53, n. 1, p. 100-111, jan/abr 2017.

LE-BOURLEGAT, Cleonice; AMARILHA, Sandra. **Prolocal:** inclusão produtiva dos pequenos negócios como política de desenvolvimento municipal no Mato Grosso do Sul. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 14, n. Especial, p. 59-70, 2013.

LEITE, Marcos Antônio. **Rede Brasil Rural quer potencializar agricultura familiar brasileira.** Mobilizadores COEP. Erradicação da miséria. 14 de março de 2012. Disponível em: www.mobilizadores.org.br/.../rede-brasil-rural-quer-potencializar-agricultura-familiar-...

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Murilo Araújo; BORGES, Pedro Pereira. **Função social do IPTU e desenvolvimento local**. Novas Edições Acadêmicas. Book Market Service Ltd. Beau Bassin, 2018.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, junho, 2003.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MILKPOINT. **CNA projeta resultados mais positivos no campo em 2018**. Giro de Notícias, dezembro de 2017. Disponível em <<https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/cna-projeta-resultados-mais-positivos-no-campo-em-2018-108457n.aspx>> Acesso em: 28 abr. 2018.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 31-43, abr./jun. 2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEUKIRCHEN, L.C.; ZANCHET, A.; PAULA, G. de. **Tecnologia de gestão e rentabilidade na pequena propriedade rural - estudo de caso**. In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia, 43., 2006, Ribeirão Preto. Anais, Ribeirão Preto: SOBER, 2006.

NEVES, Marcos Fava. Perspectivas para o agronegócio neste 2018. **Jornal da USP**, 08 de fevereiro de 2018. Disponível em <<http://jornal.usp.br/artigos/perspectivas-para-o-agronegocio-neste-2018/>> Acesso em: 28 abr. 2018.

OCDE/FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Perspectivas Agrícolas 2015-2024**. Disponível em <<http://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>> Acesso em: 28 maio 2017.

OIE - World Organisation for Animal Health. Disponível em <<http://www.oie.int/>> Acesso em out. 2017.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 119, p.18-19, 1 de agosto de 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson. **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, Sergio Ostetto. Desenvolvimento local e organização sócio espacial. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 4, n. 6, p. 47-53, Mar. 2003.

OSVALDO JUNIOR. **Agroecologia gera renda de até R\$ 2 mil para 353 agricultores.** Disponível em <<https://www.correiodoestado.com.br/noticias/agroecologia-gera-renda-de-ate-r-2-mil-para-353-agricultores/181683/>> Acesso em: 28 maio 2017.

PADILHA JUNIOR, João Batista. **Gestão de sistemas de comercialização.** Departamento de Economia Rural e Extensão da UFPR. Curitiba, PR, 2017.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de capital humano. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p.185-191, julho de 2001.

PEREIRA, José Jarbas de Carvalho; BEZERRA, Josué Alencar. Uma leitura sobre a agricultura familiar e práticas rurais nas comunidades de gameleira e poço da pedra, em riacho de Santana-RN. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 1, n. 2, p. 19-34, jul./dez., 2011.

PERES, Fernando Curi. **O capital social como motor do desenvolvimento sustentável.** Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/o-capital-social-como-motor-do-desenvolvimento-sustentavel-revista-marco-social-rio-de-janeiro-maio-2001-pgs24-31.aspx>> Acesso em maio 2018.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Território da Cidadania Transamazônica Estado do Pará.** Altamira: FVPP, 2004.

RIBEIRO, Antônio Rogerio. Reforma agrária: as medidas paliativas do governo federal no vale do Ivinhema/MS (1950 e 1960). **Revista Pitágoras**, v.4, n.4., dez/mar 2013.

RODRIGUES-POSE, Tereza. **Regulamentação da lei da agricultura familiar:** ganhos para o Brasil. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário Assessoria de Comunicação, 2002. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-lei-da-agricultura-familiar-ganhos-para-o-brasil>> Acesso em: 28 maio 2017.

ROSA, Sueli L. Couto. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável.** 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER, em Fóz do Iguaçu, em agosto de 1999.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. **Agricultura familiar e desenvolvimento local:** os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2012.

SCHMITZ, Andrew; MOSS, Charles B.; FURTAN, Hartley W.; SCHMITZ, Helen C. **Agricultural policy, agribusiness and rent-seeking behavior.** *University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division*, 2010.

SHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf> Acesso em 17 mai. 2018.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório de atividades:** Sebrae no agronegócio: estratégias e formas de atuação. Brasília: Sebrae, 2015.

____ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Prefeitos de 21 do MS municípios recebem Kit do Prolocal.** Disponível em <<http://www.ms.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MS/prefeitos-de-21-do-ms-municipios-recebem-kit-do-prolocal,f38290a0d2816410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em julho de 2017.

SILVA NETO, Waldemiro Alcântara; BACHA, Carlos José Caetano; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. **Evolução do financiamento rural para a pecuária e sua relação com a dinâmica regional dessa atividade no Brasil.** Goiania, GO: NEPEC/FACE/UFG, 2011.

SPHINX SURVEY Edição Léxica. V.5.1.0.7. **Software para coleta e análise de dados.** Disponível em <https://www.sphinxbrasil.com/assets/files/produtos/SphinxRapido_Manual_de_uso_do_software_versoesant.pdf> Acesso em julho de 2017.

VAN DER PERK, Johan; DE GROOT, Rudolf. **Case study critical natural capital coastal wetlands:** the dutch wadden sea. London: Keele University, Working Paper n. 12, 2000. Disponível em <http://www.ibrarian.net/.../CASE_STUDY_CRITICAL_NATURAL_CA..> Acesso em: 26 nov. 2017. (tradução própria).

VETTORATO, Cristian de Campos; VETTORATO, Michel de Campos; FOGAÇA, Jéssica Leite; MACHADO, Vânia Maria Vasconcelos; FERNANDES, Marco Antônio Rodrigues. **O papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.** IX Sintagro – Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócio. Botucatu - SP, 22 a 24 de junho de 2017.

WIKIPÉDIA. **Ivinhema.** Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ivinhema>> Acesso em fevereiro de 2018.

ANEXOS

Quadro 2 – Ações de Desenvolvimento do Projeto Território da Cidadania da Grande Dourados

AÇÃO	COMO
Gestão e Monitoramento do Projeto	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitoramento das ações do Projeto ➤ Elaboração e Captação de Recursos ➤ Jantar de Apresentação dos Resultados ➤ Lei Geral – implantação ➤ Organização dos grupos enquanto Associações e Cooperativas (PAA, Banco de Alimentos e CONAB). ➤ Levantamento dos produtores rurais com registros ➤ Almoço oferecido pelos produtores na Chácara Dna. Paulina
Acompanhamento das Mensurações	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhamento das Mensurações da pesquisa Tzero ➤ Realização – Sebrae/MS
Acompanhamento das Avaliações	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhamento da aplicação da pesquisa Tzero, realização: Sebrae/MS
Realização de Dias de Campo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dias de Campo – Encontro de Piscicultores; ➤ MS FAZ TECNOLOGIA TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS ➤ Dias de Campo – Agricultura Familiar ➤ Dias de Campo – Apicultura ➤ Realização: Sebrae/MS e parceiros
Divulgação das Cartilhas de Boas Práticas Agroecológicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento e confecção de material para o produtor rural pelo MDA
Capacitação Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Higiene e Manipulação de Alimentos (Douradina, Agrovila Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Rio Brilhante, Jateí, Vicentina, Juti, Glória de Dourados e Ivinhema); ➤ Treinamento Gerencial Rural (Douradina, Agrovila Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Rio Brilhante, Jateí, Vicentina, Juti, Glória de Dourados e Nova Alvorada do Sul); ➤ QT Rural (Douradina, Agrovila Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Rio Brilhante, Jateí, Vicentina, Juti, Glória de Dourados e Ivinhema); ➤ Associativismo (Agrovila Dourados, Fátima do Sul, Rio Brilhante, Jateí, Vicentina, Juti, Glória de Dourados, Nova Alvorada do Sul e Ivinhema); ➤ Formação do Preço de Venda (Rio Brilhante, Jateí, Vicentina, Juti, Glória de Dourados, Nova Alvorada do Sul); ➤ Juntos Somos Fortes (Fátima do Sul e Ivinhema); ➤ Rota do Orgânico; ➤ Encontro de Cooperativismo; ➤ Realização: Sebrae/MS; Municípios e parceiros
Plano de Acesso á Mercado	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação dos canais de comercialização. ➤ Venda PNAE/PAA ➤ Venda Conab ➤ Venda banco de alimentos ➤ Fomentar estruturação das Feiras do Produtor (Prefeituras). ➤ Atuação por meio do Comércio Brasil junto a esses grupos. ➤ Criação de rótulo e embalagens, através de consultoria especializada para os grupos que estarão participando do processo de certificação e de produtores convencionais. ➤ Consultor á campo levantando produtos e direcionando para mercado local, regional e Estadual. Realização: Sebrae/MS e Parceiros.
Inserção em Cooperativa de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio á inserção ou criação de uma Cooperativa de Crédito. ➤ Sebrae/MS e Parceiros.
Consultorias Tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhamento Técnico – Instituto Maytenos (Mensal) ➤ Realização: Sebrae/MS

Participação em Feiras	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Participação nas Feiras Agropecuárias e destinadas á Agricultura Familiar e Produtos Orgânicos (Semana da Agricultura Familiar, Expoagro , Showtec , Biofhac, etc) ➤ Feira do Empreendedor: Exposição de produtos e lançamento dos produtos em processo de certificação, Espaço Piscicultura (Exposição de equipamentos e insumos) e Espaço Apicultura (Exposição de 01 Apiário) Realização: Sebrae/MS e parceiros.
Certificação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Certificação dos produtos (Hortaliças, frutas, polpa de frutas, goiabada cascão, geléia de goiaba e café). Realização: SEBRAETEC
Divulgação e Publicidade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ações de divulgação dos treinamentos, Dias de Campo, Participação em Eventos, Feira do Empreendedor e do Projeto. Realização: Sebrae/MS
Caravanas e Missões Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Caravanas de Negócios em Feiras e Congressos Técnicos e Visitas Técnicas em outros Estados. Sebrae/MS e parceiros.
Comércio Brasil	<ul style="list-style-type: none"> > Participação com envio de amostras de produtos em Feiras de Alimentos São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro > Participação do evento em Ponta Porã realizado pela FAEMS/SEBRAE e Associações Comerciais com Rodada de Negócios – Comércio Brasil > Aplicação de diagnósticos em 11 empresas Ofertantes > Aplicação de diagnósticos em 16 empresas demandantes > Pesquisa de Máquina Industrial para despelicular gergelim; > Geração de Negócios: Mandioca; Gergelim; Polpas de Goiaba; Café; Mel; Arroz Preto e em andamento hortifrutí e Funghi Sec.

Fonte: SEBRAE (2011)

A Figura 12 é ilustrativa, da assinatura do Termo de Adesão ao projeto, com a Prefeitura de Ivinhema e produtores.



Figura 12: Assinatura do termo de adesão PNAE

Fonte: Arquivo da Consultora Idete Mendes

Pesquisa para Subsídio para Trabalho de Mestrado

Página 1 de 2

Nº : _____

1. Qual é a sua situação civil?

- Casado Solteiro Viúvo
 União Estável Divorciado

2. Tem filhos?

- Sim Não

3. Se sim, quantos?

- 1 2 3 4 5 ou mais N/A

**4. Quem trabalha com você na sua propriedade rural ?
(Pode marcar mais de uma Questão)**

- Diaristas ou funcinários
 Esposa ou Esposo
 Filho(s)
 Irmão(s)
 Pais
 Parentes

5. A quanto tempo tem propriedade rural em Ivinhema ?

- Menos de 10 anos
 11 a 15 anos
 16 a 20 anos
 21 a 25 anos
 Acima de 25 anos

6. A origem da sua propriedade é:

- Divisão familiar Colonização Reforma agrária
 Assentamento Aquisição

7. Qual o tamanho de sua área?

- Menos de 10 ha. 11 a 20 ha. 21 a 40 ha.
 41 a 100ha. Acima de 100ha.

8. Qual é o nível da sua escolaridade?

- Analfabeto
 Semianalfabeto
 Fundamental incompleto
 Fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Acima de ensino médio completo

9. Sua principal fonte de renda provém do que se produz na sua propriedade?

- Sim Não

**10. Se você tem outra fonte de renda, qual a origem?
(Pode ser mais de uma resposta)**

- Aluguel Aposentadoria Autônomo
 Emprego fixo Funcionário público Outros

11. O que você produz para consumo próprio? (Marque as mais importantes)

- Galinha,frangos e ovos Porcos e leitões
 Leite,queijo,manteiga e derivados Gado de engorda
 Bezerros Carneiros
 Hortaliças e verduras Frutas e doces
 Mandioca e farinha Outros _____

12. O que você produz para vender? (Marque as mais frequentes)

- Galinha,frangos e ovos Porcos e leitões
 Leite,queijo,manteiga e derivados Gado de engorda
 Bezerros Carneiros
 Hortaliças e verduras Frutas e doces
 Mandioca e farinha Outros _____

**13. A escolha do que produzir foi por influência de quem?
(Pode marcar mais de uma opção)**

- Família quando criança Trabalhou de empregado para outro produtor
 Qualidade da terra Treinamento ou cursos
 Orientação técnica Oportunidade,por que tem quem comprar
 Outros

14. Como você avalia hoje a atividade rural de pequena propriedade? Somente uma resposta.

- É um bom negócio e meus filhos e netos vão se manter
 É um bom negócio, mas meus filhos filhos e netos terão que buscar outra fonte de renda
 É um negócio que dará para alimentar minha família só mais alguns anos
 É razoável, mas só dá para sustentar a mim e meu cônjuge
 É muito fraco de renda, temos que complementar

**15. Onde você vendia sua produção, antes do PNAE?
Marque as alternativas mais frequentes.**

- Porta em porta na cidade Feira livre
 Mercado Prefeitura
 Escolas Outros _____

16. A partir de que ano vc iniciou suas vendas para o PNAE?

- 2009 2010
 2011 2012
 2013 2014
 2015 2016
 2017

Pesquisa para Subsídio para Trabalho de Mestrado

Página 2 de 2

Nº : _____

17. Como você ficou sabendo do PNAE?

- Vizinho
- Liderança ou reunião da associação
- Rádio
- Funcionário da prefeitura
- Funcionário do lagro ou do MAPA
- Senar
- Sebrae MS
- Agraer
- Outros

18. Antes de vender para o PNAE, você vendia para a Prefeitura?

- Sim
- Não

19. Se sim, qual era o apoio que a prefeitura dava para comercialização dos seus produtos?

- Cursos
- Local para vender, como feira livre ou mercado municipal
- Orientações técnicas
- Transporte
- Outros

20. Antes dessa periodo era associado de alguma entidade coletiva?

- Sim
- Não

21. Como acessou os recursos do PNAE pela primeira vez?

22. Promoveu alguma mudança na forma de produzir para fornecer para o PNAE?

- Sim
- Não

23. Se sim, quais melhorias promoveu na sua produção?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Introduzir novas culturas
<input type="checkbox"/> Novas técnicas podutivas
<input type="checkbox"/> Estufa
<input type="checkbox"/> Sementes de qualidade
<input type="checkbox"/> Outros _____ | Organizar uma escala de produção, baseada na necessidade de colher
<input type="checkbox"/> Irrigação
<input type="checkbox"/> Mudas precoces
<input type="checkbox"/> Adubação |
|---|--|

24. Quais foram os anos que você vendeu para o PNAE?

- | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 2009 | <input type="checkbox"/> 2010 | <input type="checkbox"/> 2011 |
| <input type="checkbox"/> 2012 | <input type="checkbox"/> 2013 | <input type="checkbox"/> 2014 |
| <input type="checkbox"/> 2015 | <input type="checkbox"/> 2016 | <input type="checkbox"/> 2017 |

25. Você acessou o PNAE sozinho ou recebeu ajuda de alguma instituição? Se sim, de quem?

- Sozinho
- Insituições, Associações e Outros _____

26. Hoje você ainda continua vendendo via PNAE?

- Sim
- Não

27. Vender para o PNAE foi importante para sua renda?

- Sim
- Não

28. A Prefeitura Municipal apoiou de alguma forma para você vender para o PNAE?

- Sim
- Não

29. Se sim, quais foram as ajudas que você reconhece?

- Ajudou a conseguir a DAP
- Ajudou no transporte da produção
- Apoiou de forma técnico como produzir
- Avisou dos editais em aberto
- Ensinou a preencher a documentação para participar do edital de compras
- Informou o que ela iria comprar com antecedência, orientando o que produzir
- Pagou valores praticados no mercado ou acima deles
- Outros _____

30. A partir de 2011 houve ajustes ao sistema de editais de compra via PNAE, o que facilitou sua participação?

- Assessoria da Prefeitura
- Assessoria do Sebrae/MS
- Assessoria do SENAR/Agraer
- Mudanças na Assossiação/Cooperativa